

O ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM OSÓRIO/RS NA DÉCADA DE 1980:

A Creche Nossa Senhora da Conceição

Diana Patrícia Mauer



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE LITORAL NORTE – OSÓRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

DIANA PATRÍCIA MAUER

**O ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM OSÓRIO/RS NA DÉCADA DE 1980:
A Creche Nossa Senhora da Conceição**

**OSÓRIO
2022**

DIANA PATRÍCIA MAUER

O ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM OSÓRIO/RS NA DÉCADA DE 1980:

A Creche Nossa Senhora da Conceição

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

Orientador: Leandro Forell

OSÓRIO

2022

Catálogo de Publicação na Fonte

M448a Mauer, Diana Patrícia.

O atendimento à infância em Osório/RS na década de 1980: a creche Nossa Senhora da Conceição. / Diana Patrícia Mauer. – Osório, 2022.

156 f.

Orientador: Professor Dr. Leandro Forell

Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Educação, Unidade em Litoral Norte-Osório, 2022.

1. Atendimento à infância. 2. Creche. 3. História da educação infantil. 4. História da educação. 5. Educação de Osório/RS. 6. Processo civilizador. 7. Rede de interdependências. I. Forell, Leandro. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Valéria Lucas Frantz CRB10/1710

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE LITORAL NORTE - OSÓRIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO**

DIANA PATRÍCIA MAUER

O ATENDIMENTO À INFÂNCIA EM OSÓRIO/RS NA DÉCADA DE 1980:

A Creche Nossa Senhora da Conceição

Aprovado em Osório, 13 de outubro de 2022.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Forell

Banca examinadora

Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Schefer

Prof.^a Dr.^a Dóris Bittencourt de Almeida

Prof.^a Dr.^a Luciane Sgarbi Santos Grazziotin

Prof.^a Dr.^a Maria Augusta Martiarena de Oliviera

Aos meus avôs, 'Opa' Ewaldo Mauer, que gostava de me contar histórias e amou nossa família, permitindo eu estar aqui, e Armindo Friske, que eu não pude conhecer, mas sempre me fez contar a sua história com amor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sempre em primeiro lugar aos meus pais, Arno e Marinez, que são meus maiores incentivadores desde pequena. Permitiram que eu tivesse tempo, insistiram para que eu tivesse dedicação e me amaram de todas as formas.

Agradeço ao Gustavo, que esteve ao meu lado desde o começo nos melhores e nos mais difíceis momentos da pesquisa, sendo meu estagiário, revisor, ouvinte, conselheiro e principalmente companheiro.

Agradeço imensamente ao meu orientador Leandro Forell, que viu que eu era capaz, mesmo quando eu mesma duvidava, e permitiu que eu criasse com o que me sentia confortável, mas fosse além do que eu imaginava.

Agradeço duas mulheres pesquisadoras importantes na minha trajetória, Maria Augusta Martiarena de Oliveira, que foi minha primeira orientadora de pesquisa e me fez ver possibilidades, e Fabiana Mayboroda, que me abriu a porta deste mestrado e esteve ao meu lado desde o começo apoiando e orientando com muita amorosidade.

Agradeço ao GEPRACO, nosso grupo de pesquisa, que em todas as etapas esteve presente para indicar caminhos, encontrar fragilidades e dar suporte emocional. Mais especialmente ao meu grupo de colegas, a Liga da Justiça, com Gabriella, Marilize e Felipe, que foram suporte para os momentos difíceis e fonte de alegria nas conversas distraídas.

E por último, mas não menos importante, agradeço a Deus, porque sem ele nada há.

RESUMO

A presente dissertação é uma pesquisa historiográfica, ancorada na História Cultural, que aborda o atendimento à infância no município de Osório/RS na creche Nossa Senhora da Conceição desde de sua inauguração, em 1983, até a promulgação da LDB/96. A definição da temática de pesquisa se deu a partir de aproximações pessoais e da pesquisa no Arquivo Histórico Municipal Antônio Stenzel Filho. Dessa forma, os instrumentos de produção de informações foram a pesquisa em acervos, totalizando quatro, e da História Oral, com cinco entrevistas com profissionais que atuaram na instituição no período pesquisado. A partir dos achados buscou-se entender como o atendimento era realizado, quais as prioridades estabelecidas, qual a realidade social das crianças e das famílias atendidas, qual os profissionais que atuavam, como eram as relações entre os profissionais e quais as relações com o cenário político. Compreendeu-se que o trabalho da instituição buscava um processo civilizador da comunidade (ELIAS, 2011) por meio de suas práticas de cuidado com as crianças e de sua tentativa em educar as famílias. Além disso, as festas promovidas pela instituição nas datas comemorativas ajudaram a legitimar seus valores e sua importância para a comunidade. A rede de interdependências (ELIAS, 2001) que permeava a creche moldou o atendimento e definiu as prioridades e os valores da instituição. Entendeu-se que, apesar do forte caráter assistencial da instituição, e do não entendimento do caráter educativo, ele também estava presente.

Palavras-chave: Atendimento à infância. Creche. História da Educação Infantil. História da Educação. Educação de Osório/RS. Processo Civilizador. Rede de Interdependências.

ABSTRACT

This dissertation (master thesis) is historiographical research, anchored in Cultural History, which addresses child care in the municipality of Osório/RS at the Nossa Senhora da Conceição Nursery from its inauguration, in 1983, until the enactment of LDB/96. The definition of the research theme was based on personal approximations and research in the Antônio Stenzel Filho Municipal Historical Archive. Thus, the instruments for producing information were researched in collections, totaling four, and Oral History, with five interviews with professionals who worked in the institution during the research period. From the findings, we sought to understand how the service was performed, what were the priorities established, how the social reality of the children and families served, which professionals worked, how were the relationships between professionals and how were the relationships with the scenario political. It was understood that the institution's work sought a civilizing process for the community (ELIAS, 2011) through its practices of caring for children and its attempt to educate families. In addition, the festivities promoted by the institution on commemorative dates helped to legitimize its values and its importance to the community. The network of interdependencies (ELIAS, 2001) that permeated the nursery shaped the service and defined the institution's priorities and values. It was understood that despite the strong assistance character of the institution, and the lack of understanding of the educational character, it was also present.

Keywords: Childcare. Nursery. Childhood Education History. Education History. Civilizing process. Education of Osório/RS. Network of interdependencies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa da região Litoral Norte.....	19
Figura 2 - Fachada da Creche Nossa Senhora da Conceição em 1988.....	22
Figura 3 - Momento de pesquisa nos álbuns de Leda Rios.	63
Figura 4 - DAL034 - Berçário na Creche Criança Feliz.....	72
Figura 5 - DSN005 - Crianças no refeitório usando aventais.....	74
Figura 6 - DAL036 - Antropometria nas creches municipais	75
Figura 7 - DAM023 - Carta para diretora da creche.....	79
Figura 8 - DEA055 - Normas para o funcionamento da UPPE.....	81
Figura 9 - DAM009 - Lista de crianças e fábricas	86
Figura 10 - DAL037 - Sala do Jardim de Infância na Creche Bem-me-quer	90
Figura 11 - DAL051 - Momento do sono na Creche Bem-me-quer	92
Figura 12 – DSN003 - Funcionárias da Creche Nossa Senhora da Conceição em 1987	94
Figura 13 - DAL075 - 1º Encontro Municipal de Creches	97
Figura 14 - DAL075 - 1º Encontro Municipal de Creches	97
Figura 15 - DAL047 - Treinamento nas creches	98
Figura 16 - DAM044 - Decreto de criação da Creche Nossa Senhora da Conceição	100
Figura 17 - NJA037 - Manchete sobre inauguração da creche.....	101
Figura 18 - DAL022 - Vista interna do pavilhão.....	103
Figura 19 - DAL023 - Pavilhão de Recreação	104
Figura 20 - DAL015 - Doação do Lions Clube para a creche	112
Figura 21 - NJA036 - Reportagem do Jornal Folha do Litoral em 03/02/1983	113
Figura 22 - DSN001 - Festa de Dia das Mães	117
Figura 23 - DAL031 - Festa Junina	118
Figura 24 - DSN004 - Festa Junina	118
Figura 25 - DAL060 - Festa de aniversário	119
Figura 26 - DSN015 - Desfile em 07/09/1984	120
Figura 27 - DSN019 - Desfile em 07/09/1985	121
Figura 28 - DSN019 - Desfile em 07/09/1985	121
Figura 29 - DAL085 - Desfile da Semana Farroupilha	122
Figura 30 - DAL085 - Desfile da Semana Farroupilha	122
Figura 31 - DNS011 - Passeio a Jardim Zoológico	123

Figura 32 - DSN010 - Festa de dia das crianças	124
Figura 33 - DAL066 - Reportagem sobre natal nas creches.....	125
Figura 34 - Página inicial do site	128
Figura 35 - Página das publicações do site.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAMOS – Associação Municipal de Assistência ao Menor de Osório

ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

ASPHE – Associação Sul Brasileira de Pesquisadores em História da Educação

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBPE - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais

CEA - Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento

Ceme - Centro de Memória do Esporte da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

CIHELA – Congresso Iberoamericano de História da Educação Latino Americana

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CRPE Centros Regionais de Pesquisas Educacionais

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

DAL - Documentos do Acervo de Leda Rios

DAM - Documentos do Arquivo Municipal

DEA - Documento de Educação e Assistência

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica

DNCr – Departamento Nacional da Criança

DSS - Departamento de Serviço Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil

FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FMAPEL - Fundação Movimento Assistencial de Pelotas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IFRS – Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul

INEP - Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPAI - Instituto de Proteção e Assistência à Infância

LBA - Legião Brasileira de Assistência

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NJA - Notícia Jornal do Arquivo Histórico

PNE – Plano Nacional de Educação

PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

SBHE – Sociedade Brasileira de História da Educação

SME - Secretaria Municipal de Educação

SOAMI – Sociedade Osoriense de Assistência à Maternidade e à Infância

UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFU – Universidade Federal de Uberlândia

UPPE – Unidade de Proteção ao Pré-escolar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	CONTEXTUALIZAÇÃO.....	19
2.1	O CENÁRIO DA PESQUISA.....	19
2.2	O DESENVOLVIMENTO DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA NESTE CENÁRIO..	21
3	ESTADO DO CONHECIMENTO	28
3.1	AS PESQUISAS ENCONTRADAS	29
3.1.1	Levantamento bibliográfico.....	29
3.1.2	Concepção de infância e o atendimento à infância.....	30
3.1.3	Concepção de atendimento à infância a partir da visão de personagens importantes	34
3.1.4	Perspectiva de impressos sobre a infância e o atendimento	36
3.1.5	Associação destinada à filantropia.....	38
3.1.6	Histórias de instituições de atendimento ou de municípios	39
3.2	APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA DE PESQUISA	45
4	NORBERT ELIAS PARA ANALISAR	47
5	PROCESSOS METODOLÓGICOS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO	53
5.1	INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES	57
5.1.1	Pesquisa em arquivos e o diário de campo.....	58
5.1.2	História Oral	64
6	O ATENDIMENTO À INFÂNCIA NA PRIMEIRA CRECHE DE OSÓRIO	71
6.1	PROCESSOS EDUCACIONAIS.....	71
6.1.1	Saúde, higiene e alimentação das crianças como prioridade do atendimento	71
6.1.2	Realidades familiares das crianças atendidas pela creche.....	80
6.1.3	Os profissionais da creche.....	89
6.2	ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE E O MUNDO POLÍTICO	99
6.2.1	Atores sociais e suas interdependências	99
6.2.2	A doação e a filantropia como meio de sustentar os “supérfluos” da creche.....	110
7	PRODUTO DO PROGRAMA DE MESTRADO.....	128
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130

REFERÊNCIAS	133
APÊNDICE A – Quadro Estado do Conhecimento	140
APÊNDICE B – Quadros de documentos catalogados e utilizados na pesquisa	143
APÊNDICE C – Roteiro geral de entrevista para professores(as)	154
APÊNDICE D – Roteiro geral de entrevista para funcionários(as)	155
APÊNDICE E – Roteiro geral de entrevista para ex Secretária de Saúde	156
APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre Esclarecido	157

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa une duas áreas de estudo pelas quais tenho muito apreço: a História da Educação e a Educação Infantil. Desde nova gosto de observar as crianças, principalmente os bebês. Gosto de perceber como eles descobrem o seu entorno e como aprendem com ele, talvez seja por isso que escolhi trabalhar com educação. Ou talvez seja pela minha vontade de cuidar do outro e de estar presente para as crianças e os bebês para auxiliar no processo de descoberta e aprendizado. Com estes gostos e desejos a Educação Infantil foi um encontro, que me proporciona alegrias, desafios e até mesmo frustrações.

Já o encontro com a História da Educação aconteceu na adolescência. Por mais de seis anos eu fui bolsista de iniciação científica em um projeto de História da Educação, e foi por meio deste que me aproximei da academia e me encantei pela pesquisa, pela escrita, pelos arquivos, pelas apresentações e pelas aprendizagens. Eu era estudante do Ensino Médio Integrado ao Técnico em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Osório, e participar de um projeto de pesquisa era algo interessante, porém concorrido. Eu já havia sido bolsista em um projeto de extensão, e naquele ano de 2013 queria participar da pesquisa, assim, o único projeto voltado para as Ciências Humanas, que me era mais prazerosa do que Exatas ou Biológicas, era aquele coordenado pela professora Maria Augusta Martiarena de Oliveira¹. Posso resumir a Guta como minha primeira guia para dentro do mundo acadêmico, minha primeira inspiração e incentivadora.

Por dois anos, enquanto aluna do IFRS - Campus Osório, participei do projeto, realizei pesquisas no Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho – com jornais, fotografias e revistas – apresentei em eventos e fiz parte de um forte grupo de pesquisa. Assim, em 2015, quando ingressei na graduação em Pedagogia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), a professora Guta me chamou para retornar como bolsista externa pela Fapergs, anteriormente era bolsista pelo CNPq. Continuei no projeto até o final da graduação em 2019, logo, participei de eventos nacionais e internacionais, como o Encontro da ASPHE (em três edições) e o CIHELA (em Medellín e Montevideo), publicamos um livro² sobre a pesquisa no arquivo e fortaleci meu desejo em prosseguir com a academia.

¹ A Dr.^a Maria Augusta possui pós-doutorado pela Unisinos e é pós-doutoranda pela Universidade Federal Fluminense, pesquisa História da Educação, História da EPT, Fotografia, Educação na Primeira República, História do Rio Grande do Sul, História do Brasil e da América Latina.

² OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena; TEIXEIRA, Clarice Maria de Sousa Portela Germann; MAUER, Diana Patrícia (Orgs.). **Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho**: Imprensa e História. Porto Alegre: Pragmatha, 2019.

A graduação em Pedagogia foi escolhida pelo apreço com a infância e o desejo em participar dos processos de aprendizagem dos pequenos. A escolha do que cursar foi difícil, nada me agradava, todas as profissões me pareciam sem propósito, até que me lembrei do que gostava de fazer quando criança: brincar de ser professora. A decisão me pareceu óbvia naquele momento, não poderia ser outra coisa senão professora, e as possibilidades de seguir com a carreira acadêmica na docência eram muitas, o que me agradou mais ainda. Durante o curso, apesar de ainda estar no projeto de História da Educação, a infância me encantou cada vez mais, e meu Trabalho de Conclusão de Curso³ tomou outro rumo. Estudei os bebês, as suas aprendizagens, os seus movimentos e o papel do adulto neste cenário. Com orientação de Paulo Sergio Fochi, realizei uma pesquisa sobre o Movimento Livre na Abordagem Pikler-Lóczy⁴. A experiência foi encantadora, durante meu estágio passava horas observando os bebês, registrando e depois estudando seus movimentos, suas conquistas e as influências da organização do espaço e das ações do adulto no seu desenvolvimento.

A Diana que procurou a seleção de mestrado da UERGS, pensava em um projeto parecido com aquele do TCC, mas meu orientador, Leandro Forell, percebeu que minha trajetória poderia me levar a outro lugar: a unir duas áreas que gosto e em que tenho experiência. Assim, decidimos estudar o processo de constituição do atendimento à infância no município de Osório, em que resido. Este processo leva em conta pontos como o contexto social da época, as configurações da sociedade, as relações estabelecidas entre os personagens envolvidos, e outras questões que surgiram no decorrer do levantamento de informações. Dessa forma, Elias (2001; 2011) me auxiliou a pensar a noção de processo na constituição do atendimento institucional para os bebês.

Os bebês foram escolhidos afim de delimitar uma faixa etária e um tipo de atendimento específico: o berçário. Dessa forma, o atendimento aos bebês passa a ser o foco do estudo, tendo claro que outras modalidades de atendimento podem ter iniciado antes no contexto estudado. A escolha pela denominação “atendimento” não é desinteressada, visto que a Educação Infantil como entendemos hoje atende por este nome somente depois da Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB/1996). Já o “atendimento institucional” delimita a forma deste atendimento, que parte do Estado, sendo subsidiado pelo mesmo, me ateno, assim, neste caso, ao atendimento realizado pela prefeitura, em parceira ou não com outras instituições.

³ MAUER, Diana Patrícia. **Condições para o Movimento Livre em uma perspectiva pikleriana**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

⁴ A Abordagem Pikler-Lóczy foi desenvolvida pela pediatra Emmi Pikler, quando assumiu a direção do Instituto Lóczy, em 1946, que abrigava crianças órfãs dos 0 aos 3 anos. A abordagem preza por uma relação privilegiada entre adulto e criança e pela liberdade de movimentos dos bebês.

A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 é a primeira legislação a promover a Educação Infantil como parte da Educação Básica, e em conjunto com a Constituição de 1988, garante esta primeira etapa como direito das crianças e dever do Estado. Porém, cabe aqui alguns questionamentos: como era antes? Como era o atendimento à infância antes da LDB/96? Como os bebês eram atendidos? Como iniciou? Como funcionava a creche? O que mudou na sociedade para que este atendimento fosse necessário? Quem era responsável por este atendimento? Qual órgão do governo institucionalizou este atendimento? É com estas e outras questões que esta pesquisa se propôs.

É preciso ressaltar, ainda, a escolha do município de Osório – RS. Além de ser a cidade em que resido e em que a UERGS – Campus Litoral Norte está instalada, é o município em que iniciei a pesquisa, em 2013. Eu não nasci nesta região, nasci na cidade de Alecrim – RS, morei em outros dois municípios pequenos na região norte do estado e só em 2011 passei a residir em Osório, quando minha mãe começou a trabalhar no IFRS – Campus Osório. Desde então, esta cidade se tornou meu lar, sendo onde me identifiquei, em que construí e alcancei sonhos. No ano de 2013, quando comecei na iniciação científica, comecei, assim, a pesquisar no Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho e me aproximei do espaço e da funcionária responsável. Portanto, uma reaproximação para o mestrado era fácil e prazerosa.

A aproximação com as instituições educacionais também se torna interessante para conhecer mais sobre a realidade educacional, visto que eu já havia atuado como estagiária em uma escola de Ensino Fundamental do município, mas somente realizando pequenas inserções na realidade da rede municipal de Educação Infantil. Quando me formei, em 2019 atuei em uma escola da rede privada do município até assumir o concurso em Capão da Canoa no início de 2020, onde atualmente atuo como professora de Educação Infantil nas turmas de berçário e maternal I. Assim, apesar de exercer a docência em outra cidade, Osório se mostrou um município com possibilidades de pesquisa e acesso aos locais necessários.

Assim, a partir de algumas dúvidas e curiosidades nasceu esta pesquisa, guiada por uma questão que poderia ser descrita assim: **Como foi se constituindo o atendimento à infância na primeira creche de Osório/RS na década de 1980?** Esta é uma pergunta que me levou aos documentos, me levou ao encontro de personagens e me provocou outras tantas questões. A Educação Infantil, por vezes julgada como desnecessária, vista como um “depósito de crianças”, aqui, nesta pesquisa, se mostra a protagonista. É sobre ela que questiono, é sobre o seu início que busco saber. Ao estabelecer o foco no atendimento da creche, procuro delimitar uma das formas de atendimento, talvez a minha preferida, que ainda sofre preconceitos e menosprezos por ser herdeira do atendimento assistencial à infância.

O senso comum e algumas pesquisas, como as apresentadas no Estado do Conhecimento desta dissertação, nos indicam fatores que levaram o atendimento às crianças ao cenário em que se encontra hoje, como parte da Educação Básica. Geralmente, compreende-se que a necessidade das mulheres mães de entrarem no mundo do trabalho é a principal responsável por esta iniciativa, visto a necessidade de um local e atendimento adequado às crianças. Assim, dividindo o atendimento entre crianças com mães trabalhadoras na creche e crianças com condições econômicas mais favoráveis na pré-escola recebendo uma preparação para a próxima etapa escolar, a história da Educação Infantil é contada. Entretanto, interpretações generalizantes precisam ser questionadas, interrogadas, expostas e contestadas. As condições sociais não foram necessariamente as mesmas em todas as regiões e municípios no início deste atendimento, os períodos não foram os mesmos, a realidade econômica não era a mesma, de forma que histórias diferentes podem ser contadas.

Apesar da Educação Infantil vir sendo estudada nas últimas décadas, ainda há um processo para conseguirmos compreender os seus significados para as crianças, para a comunidade escolar e para a realidade brasileira agora e no futuro. Percebe-se pela grande quantidade de legislações que a compõem que entender o que é a Educação Infantil está em andamento, mas com desentendimentos, abalos e concorrências entre diferentes âmbitos. Assim, esta dissertação é uma pesquisa sobre uma das tantas Histórias da Educação Infantil, e é realizada em um Mestrado Profissional em Educação. Entretanto, um olhar histórico sobre esta temática é por vezes fragilizado devido às tantas interpretações generalizantes e preconceituosas.

É possível perceber com o Estado do Conhecimento que apresentarei a seguir, que a pesquisa sobre a História da Educação Infantil em sua maioria das vezes é uma narrativa de acontecimentos, de leis, de pontos importantes, mas sem apresentar questionamentos, reinterpretções, como se espera de uma análise em uma pesquisa historiográfica da História Cultural. Dessa forma, se torna interessante investigar o início da Educação Infantil, quando ainda nem possuía essa nomenclatura, investigar quais as implicações para este atendimento e o que podemos aprender com o seu início, com um olhar de uma tímida, porém curiosa, historiadora e interessada professora.

Para tanto, esta dissertação apresenta as seguintes seções: a introdução inicial já apresentada; a contextualização histórica do município de Osório e do atendimento à infância neste cenário; o Estado do Conhecimento realizado sobre a temática pesquisada; o referencial teórico analítico baseado em Norbert Elias (2001; 2011); os processos metodológicos alinhados com a História da Educação em que apresento a pesquisa historiográfica e os instrumentos de

produção de informação desta pesquisa que se dividem entre os arquivos pesquisados e as entrevistas realizadas; as análises que possuem duas grandes categorias, cada qual com suas subcategorias, em que abordam os processos educativos da creche e a articulação com a sociedade e o mundo político; as considerações finais e por fim o produto elaborado para o programa de mestrado profissional.

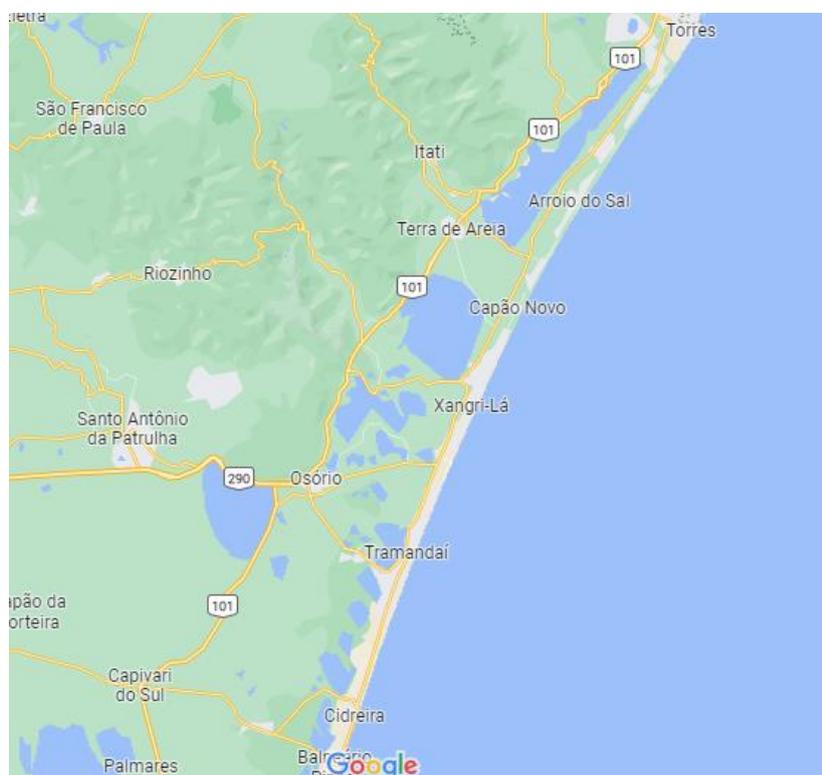
2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Por se tratar de uma pesquisa sobre o atendimento à infância, torna-se importante realizar uma contextualização sobre a trajetória deste primeiro nível da Educação Básica. Não sendo sempre considerado como Educação, o atendimento à infância se apresentou em diferentes modalidades, com diferentes origens antes das legislações para padronizar e universalizar seu acesso. Antes de apresentar o desenvolvimento do atendimento à infância, apresento o cenário da pesquisa: Osório.

2.1 O CENÁRIO DA PESQUISA

O município de Osório está localizado no Litoral Norte do Rio Grande do Sul (FIGURA 1), e segundo o IBGE (2020; 2021) a população estimada para o ano de 2020 era de 46.414 pessoas em uma área territorial de 663,562 km². É um dos municípios mais antigos da região, e seu território abrangia a maioria dos outros municípios a sua volta, desde Torres – RS até os municípios mais ao sul como Palmares do Sul. Emancipou-se de Santo Antônio da Patrulha em 1857 como Conceição do Arroio e só em 1934 passou a chamar-se Osório.

Figura 1 - Mapa da região Litoral Norte



Fonte: Google Maps.

O município conta com 23 lagoas de água doce, e para Marques (2020, p. 24), “a exploração das vias navegáveis de Osório a Torres transformou-se em um meio de comunicação e transporte entre as cidades”, assim, no período de 1921 a 1960, a navegação foi importante para o desenvolvimento econômico, cultural e educacional da região do Litoral Norte. Hoje a cidade é conhecida como a “Cidade dos Bons Ventos” e abriga um dos maiores parques eólicos da América Latina, segundo Marques (2020, p. 24-25), é “um complexo eólico de referência internacional no segmento de geração de energia renovável e sustentabilidade”.

Marques (2020, p. 24) destaca que a localização de Osório “é ímpar, pois está entre a Serra Geral e o Oceano Atlântico. Essa posição geográfica lhe dá fauna e flora diversificadas”. O município possui uma faixa de praia, com as praias de Atlântida Sul e Mariápolis, e uma faixa de serra, com o Morro da Borússia. Dessa forma, o município é composto por diferentes paisagens e pontos turísticos. Apesar da potência destes pontos, segundo Marques (2020, p. 19) a economia do município é baseada no “comércio do setor terciário, onde responde junto com Tramandaí, Capão da Canoa e Xangrilá como maiores arrecadoras de impostos no Litoral Norte”. A pluralidade cultural é percebida nas tradições do município, visto que há uma mistura entre portugueses açorianos que influenciaram na religiosidade e nas edificações do município, negros escravizados que formaram quilombos, italianos e alemães que povoaram o morro da Borússia influenciando na gastronomia e no plantio, além de indígenas Guarani Mbya que se fixaram na RS 389, conhecida como Estrada do Mar (MARQUES, 2020). Hoje a população é heterogênea, a partir destes grupos e também migrantes que procuravam outras oportunidades no município de Osório.

Já foram realizadas algumas pesquisas historiográficas sobre a educação no município. A primeira escola do município de Osório, que hoje chama-se Escola Estadual de Ensino Fundamental General Osório, iniciou suas atividades em 1922. Segundo Mauer et al (2014, p. 2-3), “em 28 de outubro de 1922, a professora Maria Thereza Villanova de Castilho foi designada para reger a 15º Aula Mixta [sic]⁵ de Conceição do Arroio”. Na época havia outras aulas ministradas por outros professores, geralmente em suas residências, em outras localidades do município. A aula ser mista significava que atendia tanto meninos quanto meninas. Entretanto, em 1924, a 15º Aula Mista passou a ser um Grupo Escolar, dirigido pela professora citada, e em 1926 um Colégio Elementar, título típico do estado na época. A escola, localizada no centro da cidade, segundo Mauer et al (2014, p. 4) “apresenta um edifício marcado por

⁵ Sempre que estiver sinalizado [sic], significa que escrevi como o termo foi registrado no documento original. A língua portuguesa passou por processos de mudanças, e assim a escrita das palavras foi sendo modificada ao longo das décadas.

grande suntuosidade para os padrões do período em que foi fundado” e atualmente funciona no mesmo prédio, que foi reformado e expandido.

A Escola Normal Rural, que hoje é a Escola Estadual de Ensino Médio Ildefonso Simões Lopes, é uma das instituições de ensino mais significativas e conhecidas do município e região. Segundo Almeida (2007), a escola foi fundada na década de 1950 e em 1956 formou sua primeira turma de professores rurais. Assim, a escola era voltada para a formação docente, e em quatro anos pretendia preparar os jovens tanto para a docência quanto para o “exercício de certa liderança no meio rural” (ALMEIDA, 2007, p. 97). No ano de 1957, havia dez escolas rurais no estado, mas a localização de Osório era privilegiada, pois “a Escola de Osório provavelmente pretendia abarcar toda a região do litoral norte, bem como as áreas serranas e próximas à capital também” (ALMEIDA, 2007, p. 102).

Outro trabalho sobre memórias de instituições educacionais do município de Osório é o que apresenta a história da Escola Estadual de Ensino Médio Maria Teresa Vilanova Castilhos, conhecida como Escola Polivalente. Segundo Teixeira, Isoppo e Milani (2019, p. 15), a instituição foi inaugurada em 14 de novembro de 1974, e “surgiu da ideia de atrelar a escola ao trabalho, adaptando os currículos tradicionais às necessidades socioeconômicas do país”. Para tanto, a escola oferecia disciplinas técnicas, como agrícolas, comerciais, artes industriais e educação para o lar. Oliveira (2019) destaca que a escola surgiu de um acordo entre o MEC e a USAID (United Agency for International Development), agência norte-americana que auxiliou a implantar este modelo escolar no Brasil, em diversos estados. Na instituição eram atendidos os alunos do ginásio, que, após a LDB/96 podemos denominar como Anos Finais do Ensino Fundamental, atualmente a escola atende a este público e ao Ensino Médio. O atendimento à infância no município permeia esta dissertação e no próximo subcapítulo apresento um pouco da trajetória deste atendimento, desde seus primeiros passos até a década de 1990, com a promulgação da LDB/96.

2.2 O DESENVOLVIMENTO DO ATENDIMENTO À INFÂNCIA NESTE CENÁRIO

No município de Osório, o atendimento à infância, na modalidade Educação Pré-escolar, iniciou na década de 1970, conforme constatado nos periódicos observados no Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho, porém a modalidade creche iniciou na década de 1980. A primeira creche do município ainda existe, e funciona no mesmo prédio (FIGURA 2), sendo nomeada atualmente Escola Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Conceição e atendendo crianças de 0 a 5 anos de idade. Em 1983, quando inaugurada, a instituição abrigava

a creche, com berçários, o jardim de infância, que se chamava “Núcleo Pinguinho de Gente” e a UPPE (Unidade de Proteção ao Pré-Escolar)⁶, um programa que iniciou no município também na década de 1970 e atendia as crianças com uma realidade socioeconômica vulnerável.

Figura 2 - Fachada da Creche Nossa Senhora da Conceição em 1988.



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

No ano de 2022, o município conta com 12 escolas municipais de Educação Infantil⁷, e mais seis escolas privadas que possuem convênio com a prefeitura para compra de vagas. Assim, são atendidas 1517 crianças na rede municipal, dos 0 aos 5 anos de idade, sendo: 89 crianças em berçário I; 123 em berçário II; 193 no maternal I; 246 no maternal II; 402 no pré I; e 464 no pré II. Nas escolas conveniadas são atendidas em torno de 400 crianças e outras 496 crianças aguardam vagas. A rede municipal conta com 96 professores de Educação Infantil e 106 auxiliares.

⁶ A Unidade de proteção ao pré-escolar foi um programa da Legião Brasileira de Assistência criado na década de 1970 pelo departamento de Medicina para atender crianças subnutridas com acompanhamento médico e nutricional (estas informações foram obtidas por meio de documentos e reportagens encontrados no Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho).

⁷ As informações sobre a realidade educacional do município de Osório foram obtidas por meio de conversas com a Secretaria de Educação, pois não encontrei dados disponíveis no site da prefeitura.

O início do atendimento à infância no Brasil, é marcado por características de assistencialismo, visto que foi a partir deste âmbito que ele se mostrou necessário. Kuhlmann Jr. (2000) afirma que as creches começaram a ser difundidas internacionalmente a partir da França, na década de 1870, mas que já existiam há pelo menos 15 anos. Inicialmente, estas instituições esgotavam diretamente relacionadas ao trabalho das mulheres mães na indústria, mas surgiram depois das escolas para as crianças maiores. Entretanto, no Brasil, foi somente no período da República que a creche começou a existir, segundo Kuhlmann Jr (1998 *apud* CARVALHO, 2006) a primeira foi a Creche da Companhia de Fiação e tecidos do Corcovado, fundada em 1899 pelo Instituto de Proteção à Infância (IPAI-RJ). Porém, outras formas de atendimento já existiam no Brasil, com outros objetivos, como o recolhimento de crianças abandonadas, sendo puramente assistencialista e fortemente influenciado pelo Higienismo⁸. Segundo Carvalho (2006, p. 118), os médicos e psicólogos higienistas realizavam descrições do que consideravam “como sendo um desenvolvimento infantil normal e classificavam as condutas das crianças e de suas famílias como normais ou patológicas”.

Além das creches, outras instituições de atendimento faziam parte do cenário brasileiro como os Jardins de Infância⁹, destinado às crianças maiores e de elite, e as Escolas Maternais, destinadas aos filhos de operários oferecendo alimento e abrigo durante a jornada de trabalho dos pais. Para Rabelo e Stephanou (2010, p. 41), foi o jardim de infância, criado por Friederich Froebel, em 1840 na Alemanha, “a experiência mais bem-sucedida no atendimento à infância, contrapondo-se às demais, sendo visto, às vezes, como possuidor privilegiado de uma concepção pedagógica”, pois ele pretendia reformar a educação pré-escolar, “e assim reformar a estrutura familiar e os cuidados destinados à infância”. Em 1875, no Rio de Janeiro, foi fundado o primeiro Jardim de Infância brasileiro, pelo médico Menezes Viera.

Estes três modelos de atendimento, creche, escola maternal e jardim de infância, “fizeram parte do conjunto de instituições modelares de uma sociedade civilizada” (KUHLMANN JR., 2000, p. 8), pois, controlar e educar as crianças permitiria modelar a sociedade da forma que se esperava que ela fosse. Para Carvalho (2006, p. 124) as creches surgiram com o objetivo de melhorar a qualidade do ambiente das crianças, principalmente filhas de trabalhadores fabris, pois, “havia uma concepção de que a família seria, de certa forma,

⁸ O Higienismo no Brasil ocorreu no final do século XIX e início do século XX, se caracteriza por um movimento de valorização e promoção da saúde da população, principalmente por meio do ensino de cuidados e hábitos de higiene. (CARVALHO, 2006)

⁹ A obra de Maria Helena Camara Bastos (2002), intitulada *Pro Patria Laboremus*: Joaquim José de Menezes Vieira (1848-1897), apresenta os Jardins de Infância elaborados pelo médico citado.

‘incapaz’ de administrar a educação de sua prole”, logo, buscava-se disciplinar as crianças e as famílias de acordo com um ideal de homem.

Além dos três modelos de atendimento citados, criou-se no Brasil os Jardins de Recreio. Mayboroda e Grazziotin (2019), que estudaram o Jardim de Recreio fundado em Porto Alegre em 1926 por Frederico Gaelzer., afirmam que em uma tentativa de controle da população se estabeleceu uma teia de intervenções por meio de práticas, entre elas o atendimento às crianças. Este atendimento era realizado nas praças públicas, em período integral para crianças de até 6 anos e no contraturno para os que já frequentavam a escola. Assim, as autoras compreendem os Jardins de Recreio como “uma política pública que articula aspectos relativos à urbanidade, à civilidade e à educação” (MAYBORODA; GRAZZIOTIN, 2019, p. 7), e, assim, buscava educar as crianças com estes valores.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNs) (BRASIL, 2013), o atendimento à infância foi durante muito tempo dividido para as crianças pobres e as crianças em situação econômica favorável, sendo o primeiro ligado à assistência e o segundo em diálogo com práticas educacionais. Dessa forma,

Essa vinculação institucional diferenciada refletia uma fragmentação nas concepções sobre educação das crianças em espaços coletivos, compreendendo o cuidar como atividade meramente ligada ao corpo e destinada às crianças mais pobres, e o educar como experiência de promoção intelectual reservada aos filhos dos grupos socialmente privilegiados. Para além dessa especificidade, predominou ainda, por muito tempo, uma política caracterizada pela ausência de investimento público e pela não profissionalização da área. (BRASIL, 2013, p. 81).

No início da década de 1980, a educação pré-escolar passou a considerar as crianças dos 0 aos 6 anos, englobando as outras modalidades já existentes. Entretanto, o atendimento das crianças de 0 a 3 anos ainda era do âmbito dos Ministérios da Saúde e da Previdência, assim, segundo Kuhlmann Jr. (2000, p. 14, grifo do autor) “a defesa do caráter *educacional* das creches foi uma das principais bandeiras do movimento de luta por creches e dos profissionais dessas instituições”. A luta era para abandonar o caráter assistencialista e estabelecer o caráter educacional das instituições que atendiam crianças de 0 a 3 anos.

Atualmente, o caráter assistencialista ainda permeia a Educação Infantil, por vezes atrapalhando o trabalho docente por não entender a importância do caráter pedagógico mesmo com bebês e crianças bem pequenas, pois, como afirmam Montiel e Sarat (2020, p. 141) há “distintas concepções sobre atendimento e educação entre seus profissionais”, e por vezes como uma das formas de atender às crianças em situação socioeconômica vulnerável ou situação familiar perigosa, principalmente por meio de alimentação e higiene. Além deste caráter, a

Educação Infantil também herdou dos antigos modelos a nomenclatura. Segundo Kuhlmann Jr. (2000, p. 9), a separação das crianças em modalidades destinadas a diferentes classes econômicas e diferentes faixas etárias “irá se incorporar aos nomes das turmas em instituições com crianças de 0 a 6 anos (berçário, maternal, jardim, pré)”. Esta é a divisão que vemos hoje na Educação Infantil, além de creche e pré-escola, partindo da legislação. Estes nomes das etapas carregam preconceitos, porém é preciso superar seus usos de formas pejorativas – creche como só assistência e pré-escola somente como preparação para a próxima etapa educativa

Esta nomenclatura já aparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1961 (BRASIL, 1991), quando a Educação Pré-Primária, que se destinava às crianças de até 7 anos, deveria ser ministrada em Escolas Maternais ou Jardins de Infância. Havia, ainda, a prerrogativa de que mães trabalhadoras tinham necessidade e direito a esse atendimento, portanto o Art. 24 destaca que: “As emprêsas [sic] que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária” (BRASIL, 1961). Entretanto, a Constituição de 1967 (BRASIL, 1967) não cita a Educação Pré-Primária, porém afirma que empresas comerciais, industriais e agrícolas tem a obrigação de manter o ensino primário dos empregados e filhos dos mesmos. A LDB/71 (BRASIL, 1971) por sua vez, aborda o atendimento às crianças que ainda não estavam no 1º Grau em apenas um parágrafo do Art. 19, sem exigir responsabilidade das empresas, e afirma: “§ 2º Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternais, jardins de infância e instituições equivalentes”.

É a partir da LDB/96 (BRASIL, 1996) que a Educação Infantil passa a fazer parte da Educação Básica, e é definida como a primeira etapa da mesma. Porém a Constituição Federal de 1988 já reconheceu a Educação Infantil como um dever do Estado, passando a ser vinculada não somente a uma política de assistência social, mas também a uma política de educação nacional. Segundo as DCNs (BRASIL, 2013, p. 81), foi a partir deste período que “creches e pré-escolas passaram a construir nova identidade na busca de superação de posições antagônicas e fragmentadas, sejam elas assistencialistas ou pautadas em uma perspectiva preparatória a etapas posteriores de escolarização”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990), também prevê o mesmo dever para o Estado em seu artigo 54. Ambos os documentos, a Constituição e o ECA, citam as modalidades creche e pré-escola, assim como a LDB/96 em seu art. 30: creche para crianças de até três anos e pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade. Assim, é dever do Estado ofertar a Educação Infantil gratuita até os 5 anos, porém o dever de assegurar vaga na

escola é exigido somente para crianças a partir dos 4 anos. Para LDB/96 a finalidade da Educação Infantil pode ser designada como: “Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Ou seja, é uma educação integral, que não tem função somente assistencial e sim educativa em diversos âmbitos do ser humano, porém complementa a educação da família, sem se sobressair sobre ela.

Outras legislações compõem a Educação Infantil, como o Plano Nacional de Educação (PNE), tanto de 2001 quanto de 2014. O PNE/2001 (BRASIL, 2001), tinha como objetivo, em síntese, a ampliação do atendimento de todos os níveis de ensino, estendendo a obrigatoriedade da primeira etapa para as crianças de 6 anos. Considerando que até o ano de 2013 a Educação Infantil atendia crianças até os 6 anos, porém a partir de então crianças com 6 anos completos até 31 de março já ingressam no Ensino Fundamental. O PNE/2001 (BRASIL, 2001) pretendia ampliar a oferta da Educação Infantil alcançando 50% das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos, até o final de sua vigência em 2011. Assim, realizou-se um diagnóstico da situação da Educação Infantil e estabeleceu diretrizes, objetivos e metas com prazos a serem cumpridos, estando relacionados principalmente à expansão do atendimento, à formação de professores e à melhora da qualidade do atendimento, totalizando 26 metas para esta modalidade. Já o PNE de 2014 (BRASIL, 2014) apresenta apenas uma meta específica para a Educação Infantil: universalizar a Educação Infantil até 2016 para as crianças de 4 a 5 anos e ampliar a oferta para 0 a 3 anos, atendendo no mínimo 50% das crianças até o final da vigência do plano (2024), para tanto o plano estabelece 17 estratégias.

Outro documento importante para a Educação Infantil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC)¹⁰ (BRASIL, 2017) que estabelece conhecimentos, competências e habilidades para a educação básica. Estados e municípios elaboraram suas próprias bases a partir da nacional e os professores a utilizam para planejar e orientar seu trabalho pedagógico. Além desse documento, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2010), também auxiliam a orientar a organização e o funcionamento desta etapa da Educação Básica. O aglomerado de legislações promulgadas após a LDB/96 realizam uma tentativa de universalizar o atendimento à infância, porém esta pesquisa busca o seu início, antes de ser nomeada Educação Infantil. Dessa forma, realizei um estado do conhecimento a fim de buscar entender o que vem sendo pesquisado sobre o atendimento à infância de forma

¹⁰ A BNCC ainda passa por um período de adaptação nas escolas, visto que força um currículo aos docentes em um contexto em que o currículo não foi o foco até o momento.

historiográfica e compreender o cenário que busquei neste capítulo. No próximo capítulo apresento como foi realizado o estado do conhecimento, quais pesquisas encontrei e como elas se aproximam de minha temática de pesquisa.

3 ESTADO DO CONHECIMENTO

Durante os meses de março e abril do ano de 2021 realizei uma busca por pesquisas que conversassem com a temática da dissertação. Entretanto, ao invés de pesquisar nos grandes repositórios, optei por selecionar as principais revistas específicas das temáticas de História da Educação e Educação. Assim, realizei a pesquisa em dez periódicos das mais diversas universidades e associações do país. Entre elas destaco a Revista História da Educação (ASPHE), a Revista Brasileira de História da Educação (SBHE), a Revista Brasileira de Educação (ANPEd) e a Educação em Revista (UFMG), em que obtive um maior número de resultados. É preciso ressaltar que a escolha em pesquisar nos repositórios das próprias revistas se deu por uma incógnita sobre o que realmente seria encontrado, visto que atendimento à infância abraça diversas temáticas. Entretanto, após selecionar os artigos das revistas realizei uma busca em repositórios tradicionais (como o Scielo) e encontrei alguns dos títulos que já havia selecionado, mas não diferentes.

Após pesquisar nas revistas já citadas e também na Revista Educação e Realidade (UFRGS), realizei uma procura por periódicos que não conhecia. Para tanto, acessei o Currículo Lattes de Moysés Kuhlmann Jr., considerado pela academia um dos principais autores da temática História da Educação Infantil, e localizei as revistas em que o autor publicou, bem como seus orientandos. Desta forma realizei um levantamento de outros nove periódicos em que poderia pesquisar. Entretanto, dois não foram encontrados os repositórios disponíveis online, um não era da temática educacional, um apresentou erros no sistema online e em outros dois não encontrei artigos da temática. Assim, os periódicos que encontrei neste levantamento e que se mostraram relevantes para a pesquisa se reduziram a três, sendo eles: Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas); Cadernos de História da Educação (UFU); e Revista Diálogo Educacional (PUCPR).

Estabeleceu-se um recorte temporal abrangendo desde 2000 até o ano corrente de 2021. Não foram estabelecidas palavras-chave específicas, pois a busca se deu em todas as edições publicadas no período estabelecido. Entretanto a temática observada foi o atendimento à infância/criança/bebês, em uma perspectiva histórica. Com essa primeira busca nas revistas elenquei 51 trabalhos que se aproximavam da temática, entretanto, foi preciso estabelecer critérios de seleção para que os artigos lidos fossem mais específicos e corroborassem com meu projeto. Os critérios estabelecidos para selecionar artigos que não conversassem com minha temática foram: não se tratava de um artigo, mas sim resenha ou transcrição de obra; pesquisa fora do contexto nacional brasileiro; abordava a concepção ou representação da infância, mas

não a institucionalização do atendimento; educação pela família; escola primária; discursos sobre puericultura voltado às famílias; e que não apresentasse uma abordagem histórica na pesquisa. Após a seleção dos artigos, cheguei a um total de 20 publicações, organizados no APÊNDICE A – Quadro Estado do Conhecimento, por ordem de publicação.

3.1 AS PESQUISAS ENCONTRADAS

O panorama gerado pelos trabalhos auxiliou a compreender como aconteceu o atendimento à infância, principalmente no contexto brasileiro, auxiliando na contextualização histórica deste projeto. Os artigos apresentam histórias de instituições de atendimento ou de municípios em geral e as concepções de infância que guiavam estes atendimentos. Organizei os trabalhos em grupos temáticos, sendo eles: levantamento bibliográfico (um artigo); concepção de infância e o atendimento à infância (cinco artigos); concepção de atendimento à infância a partir da visão de personagens importantes (três artigos); perspectiva de impressos sobre a infância e o atendimento (três artigos); associação destinada à filantropia (um artigo); histórias de instituições de atendimento ou de municípios (sete artigos). Saliento que a organização não se deu em ordem cronológica, portanto as temáticas passeiam pelas décadas, sem uma ordem definida.

3.1.1 Levantamento bibliográfico

O primeiro artigo que destaco realiza um levantamento bibliográfico sobre a mesma temática, porém resgatando trabalhos anteriores ao período selecionado para esta pesquisa. O trabalho intitulado “As pesquisas na área da Educação Infantil e a História da Educação: construindo a história do atendimento às crianças pequenas no Brasil”, escrito por Alessandra Arce (2007), publicado na Revista História da Educação, analisa a produção acadêmica de 1987 a 2001 sobre a temática e apresenta os elementos pesquisados, bem como as lacunas existentes. A autora divide o texto em três momentos: considerações iniciais; pesquisas na área da Educação Infantil; e pesquisas que relacionam Educação Infantil e História da Educação, destacando que era uma tímida relação.

Arce (2007) inicia, então, a descrever as pesquisas encontradas acerca da Educação Infantil com caráter histórico. Foram seis trabalhos elencados e resumidos que abordam a trajetória histórica do atendimento à infância, um ponto a ser destacado é que todas as produções datam da década de 1980, período anterior ao estipulado no Estado do Conhecimento desta

pesquisa (2000 a 2020). A autora salienta que a alta produção acadêmica neste período foi promovida pelo processo da constituinte brasileira no final da década de 1980, e continuou em expansão na década de 1990, levando à criação de grupos de pesquisa fortes. Arce (2007) destaca os principais grupos de pesquisa na área de Educação Infantil, entretanto, apesar destes grupos não serem diretamente vinculados à História da Educação, é a partir deles que provêm a maioria dos estudos sobre a temática pesquisada.

O próximo momento do trabalho elenca a categorização realizada pela autora das pesquisas encontradas. Arce (2007) destaca Kuhlmann Jr. como o autor que mais produz estudos na área de História da Educação e Educação Infantil e torna-se o mais citado entre os outros trabalhos. A pesquisadora salienta que as produções acadêmicas de 2000 e 2001 já começam a ser realizadas por pesquisadores pertencentes à área de História da Educação e não somente à Educação Infantil, tendo a História como um acessório às discussões. Arce (2007, p. 123) afirma que há um “número baixo de pesquisas dedicadas ao estudo histórico da profissão docente para esta faixa etária, assim como da infância como categoria histórica”. Na sequência a autora elenca algumas lacunas nas pesquisas sugerindo-as como possíveis novas pesquisas, entre elas a falta de representatividade do olhar sobre outras regiões que não o Sudeste e a história dos conteúdos de ensino na Educação Infantil com destaque para os manuais.

Uma ênfase importante dada por Arce (2007, p. 125) é o baixo número de trabalhos que tem como foco a pesquisa histórica, “este fato deve-se à ainda existente crença na área de que a história da educação infantil não passa de uma sucessão recente de fatos, ou seja, ainda não se reconhece a historicidade das práticas e produções da área”. Recorrendo-se a sínteses generalistas, reducionismos e superficialismos quando aborda a temática. Assim, o diálogo entre as duas áreas representa um rico campo de pesquisa.

3.1.2 Concepção de infância e o atendimento à infância

Há artigos encontrados que realizam um panorama da concepção de infância e como ela influenciou diretamente no atendimento à infância ou descrevem o cenário geral deste atendimento. É o caso dos cinco artigos relatados a seguir (GONDRA, 2010; PEREZ, PASSONE, 2010; KUHLMANN JR., 2000; CARVALHO, 2006; ROSSETTI-FERREIRA, RAMON, SILVA, 2002). O artigo intitulado “A emergência da infância”, de José Gonçalves Gondra (2010), publicado no periódico Educação em Revista, analisa três aspectos considerados ferramentas desta emergência. O próprio título joga com duplo sentido, podendo ser algo crítico, urgente e podendo ser um aparecimento, uma invenção. Entretanto, a primeira

está condicionada à segunda, ou seja, a infância só pode ser urgente se já existir, se já tiver sido inventada. Gondra (2010, p. 197) destaca que o surgimento da infância “se encontra associado à instituição e à legitimação de uma concepção de vida recortada em etapas, cada qual com seus marcadores/indicadores temporais”, concepção permeada pelo discurso médico, mas compartilhada em distintos campos, como o religioso, o jurídico, o do mundo do trabalho, o militar e o pedagógico.

O artigo de José Roberto Rus Perez e Eric Ferdinando Passone (2010), sob o título “Políticas Sociais de atendimento às crianças e as adolescentes no Brasil”, publicado no periódico *Cadernos de Pesquisa*, analisa o surgimento e o desenvolvimento destas políticas. Até a década de 1980 as políticas sociais relacionadas à proteção social eram incipientes, e três momentos foram significativos para a transformação institucional: o Estado Novo, a ditadura militar e a redemocratização. Assim, a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990 alteraram o entendimento dos direitos civis, sociais, econômicos e culturais, com caráter de promoção e proteção. O Estatuto divide em dois grandes períodos as políticas sociais destinadas ao atendimento à criança e ao adolescente, antes e depois de sua criação. Segundo Perez e Passone (2010, p. 651) “o principal critério de delimitação entre esses dois períodos está alicerçado na concepção de infância e adolescência e nas diretrizes implícitas”. Os autores realizam um percurso histórico da institucionalização da infância que culmina na promulgação do ECA, quando a infância e a adolescência adquiriram status de sujeito de direitos.

O artigo de Moysés Kuhlmann Jr. (2000), intitulado “Histórias da educação infantil brasileira”, publicado na *Revista Brasileira de Educação*, resgata o passado recente das instituições de atendimento à infância em meio às comemorações dos 500 anos do Brasil. Kuhlmann Jr. (2000) destaca que no final dos anos 1900 a Educação Infantil brasileira sofreu transformações, e só com a LDB/96 passou a ser reconhecida como primeira etapa da Educação Básica. O autor apresenta dados sobre as pré-escolas do município de São Paulo, destacando que, no ano de 2000 as creches do município ainda pertenciam ao órgão do bem-estar social, e não da Educação. Entretanto, esta “incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista” (KUHLMANN JR., 2000, p. 7).

Após um período de lutas para o atendimento à infância, relatados por Kuhlmann Jr. (2000), estabelecia-se na década de 1980 uma crítica à recreação, valorizando o “pedagógico”, propondo a preparação para a alfabetização, “não era uma rejeição total; mencionava-se a importância de a criança brincar, mas isso imediatamente era secundarizado, em uma hierarquia

subordinada ao pedagógico” (KUHLMANN JR., 2000, p. 17). Ao finalizar seu texto, o Kuhlmann Jr. (2000, p. 17) destaca que ao “se fazer a defesa do direito das crianças das classes populares ao conhecimento, parece querer-se purificar o pedagógico”, tira-se o caráter prático, ora se aproxima do currículo do ensino fundamental e ora se reafirma como proposta de desenvolvimento intelectual abstrato, resgatando o modelo froebeliano.

Rodrigo Saballa de Carvalho (2006) apresenta o artigo “A emergência das Instituições de Educação Infantil”, na Revista História da Educação, em que procura discutir as condições para tal emergência. O autor ressalta no início de seu texto que aborda contribuições de alguns autores, inclusive historiadores, mas que se responsabiliza pela aproximação entre as temáticas. Com as mudanças ocorridas na Modernidade, a escola passou a ter lugar de destaque, pois se apresentava como uma difusora de princípios corroborando para o desenvolvimento da sociedade, principalmente para a formação de profissionais. Entretanto, Carvalho (2006) destaca que as instituições dedicadas ao cuidado e educação das crianças surgiram depois das escolas, estando diretamente relacionadas ao trabalho das mulheres mães nas indústrias. A educação passou por mudanças nesse período, mas segundo Carvalho (2006, p. 117) esse processo foi possível “devido ao nascimento da Pedagogia como ciência, como saber da formação humana que se dedicava a ‘calcular racionalmente’ as complexas (e inúmeras) variáveis, que tornavam possível o funcionamento do processo educacional”.

Entretanto, foi somente na segunda metade do século XIX que as instituições de Educação Infantil tiveram condições para expandir, localizando-se inicialmente nos países em que as mães trabalhavam fora do lar. No Brasil, somente no século XX que iniciou a preocupação com esta etapa da educação, com forte influência do higienismo. Assim, os médicos e psicólogos “descreviam o que se considerava como sendo um desenvolvimento infantil normal e classificavam as condutas das crianças e de suas famílias como normais ou patológicas” (CARVALHO, 2006, p. 118). Dessa forma, pensando nas condições para a emergência destas instituições, Carvalho (2006, p. 118) as entende como maquinarias, que seriam “capazes de disciplinar as subjetividades dos indivíduos para algumas formas muito particulares de viver o espaço e o tempo”, relacionadas ao Modernismo. A partir desta premissa o pesquisador busca discutir como as instituições de Educação Infantil se constituíram e se difundiram na sociedade, disciplinando por meio do controle dos corpos, tempos e espaços. Para tanto, a partir de Foucault (1981; 1988 *apud* CARVALHO, 2006), o autor problematiza as mudanças econômicas, políticas e sociais abordando a biopolítica da população para auxiliar a compreender o que se pensava sobre a primeira infância no século XVIII.

No contexto brasileiro houve a repercussão dos pressupostos difundidos na Europa na primeira metade do século XIX. Para Carvalho (2006, p. 125) a educação das crianças no Brasil “também passou a ser um campo de regulação, controle e conseqüente intervenção social, sendo justificada pela influência da classe média nos movimentos de assistência à infância”. A primeira creche brasileira, segundo Kuhlmann Jr (1998 *apud* CARVALHO, 2006) foi a Creche da Companhia de Fiação e tecidos do Corcovado, em 1899, fundada pelo Instituto de Proteção à Infância (IPAI-RJ). Novamente o discurso médico-higienista teve influência na difusão da Educação Infantil, tida como sinônimo de progresso e formadora de cidadãos ‘corretos’ e ‘disciplinados’, por meio da normalização das condutas. Além disso, havia a preocupação com a saúde e bem-estar das crianças, percebendo o espaço escolar como um espaço para realizar um trabalho preventivo nos aspectos higiênicos e físicos. Para concluir seu texto, Carvalho (2006) retoma aspectos presentes na história da Educação Infantil, como a concepção de infância, a maternidade e o trabalho feminino fora do lar. Para o autor, a principal relação entre a escola e a sociedade moderna é a disciplinaridade, ou seja, o governo. Segundo Carvalho (2006, p. 131) as escolas de Educação Infantil “operaram (e continuam operando) através de suas diferentes práticas escolares na produção de subjetividades, ‘ensinando’ aos indivíduos formas de ser e se relacionar com o mundo no qual estão inseridos”.

O artigo “Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento”, de Maria Clotilde Rossetti-Ferreira, Fabiola Ramon e Ana Paula Soares Silva (2002), publicado no periódico *Cadernos de Pesquisa*, destaca como as mudanças econômicas e culturais transformam as famílias e a educação em todas as camadas sociais. Alguns fatores destas mudanças fizeram aumentar a necessidade educação/cuidado de crianças pequenas, e segundo Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva (2002, p. 67) “esse aumento da demanda é acompanhado por novas concepções sobre educação coletiva de crianças pequenas, influenciadas pelas várias políticas que vêm sendo propostas e implementadas”. Para as autoras a produção científica sobre a educação e cuidado infantil cresceu nas últimas décadas, incluindo no Brasil. As legislações também influenciaram tornando a Educação Infantil um direito da criança e dever do Estado, não somente opção da família. Mas, foi a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, que a Educação Infantil passou a integrar os sistemas de ensino e passou a haver uma preocupação com a formação específica dos educadores.

Entretanto, para Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva (2002, p. 68) é preciso “questionar se de fato esses avanços legais vêm se concretizando nos programas propostos para as crianças pequenas, com o mesmo significado, alcance e potencial em diferentes países”, principalmente para as crianças mais pobres. As autoras verificam que políticas propostas por governos e por

agências multilaterais concebem “educação/cuidado infantil como uma forma de intervenção social para superação das desigualdades” (ROSSETTI-FERREIRA; RAMON; SILVA, 2002, p. 68).

Para finalizar o artigo, as autoras questionam se as creches e pré-escolas são a única opção de atendimento que se deseja, ou se os atendimentos alternativos, que da forma como se realizavam reforçavam a exclusão social, poderiam ser redefinidos. Para Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva (2002, p. 96) “é importante que exista uma variedade de projetos, capaz de dar conta da diversidade cultura presentes nesses países”, com caráter complementar às ações educativas formais.

3.1.3 Concepção de atendimento à infância a partir da visão de personagens importantes

Os próximos três artigos apresentam a concepção de infância e de atendimento a partir da visão de personagens importantes para determinadas épocas (CAMARA, 2013; ELIAS, RESENDE, 2014; MIGNOT, FILHO, 2011). A pesquisa de Sônia Camara (2013), intitulada “Inspeção Sanitária e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho”, publicada na Revista Brasileira de História da Educação, busca refletir sobre a criação do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar em 1910, pelo médico Carlos Arthur Moncorvo Filho, fundador do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI). O Instituto pretendia, por meio da filantropia e da assistência científica, erradicar os males que permeavam a infância, como a mortalidade, a morbidade, o abandono e o analfabetismo. A proposta de criação do Serviço de Inspeção Sanitária Escolar pretendia “alargar o campo de atuação sobre a infância, irradiando os preceitos higiênicos necessários a um público mais amplo do que o assistido pelo IPAI” (CAMARA, 2013, p. 63).

Os principais documentos analisados pela autora foram livros, alocações e relatórios, do começo do século XX, produzidos e publicados pelo médico Moncorvo Filho, no período em que se dedicou às temáticas da higiene escolar e infantil. A partir das publicações, Camara (2013, p. 70) destaca que houve uma “pedagogização” dos conhecimentos médicos e da educação higiênica, e assim por meio de ações voltadas para as mães “pretendia-se alterar o perfil sanitário das famílias, dando novos contornos sociais para os sujeitos e suas relações”. Para tanto, uma das ações empreendida era a puericultura que definia normas consideradas mais adequadas e legítimas, procurando moldar a ação das mães na criação dos filhos.

Entretanto, Moncorvo Filho reconhecia uma urgência em atender às crianças pobres que estavam nas ruas, nas fábricas e nas escolas, com o intuito de protegê-las. Logo, o Serviço de

Inspeção Sanitária Escolar, poderia promover a educação higiênica de forma mais ampla, e auxiliar na ‘cruzada civilizadora’, que Moncorvo Filho punha em marcha para combater os males, entre eles: o alcoolismo infantil, a procriação que “degenerava” a população, a mortalidade infantil, o aleitamento mercenário e a tuberculose. Para finalizar seu artigo, Camara (2013, p. 83) destaca o desejo dos médicos em expandir o higienismo através das escolas para modelar uma “consciência higiênica”, que “permitiria ao País sair de uma suposta situação de atraso para a civilização”. Entretanto, por injunções políticas, o Serviço foi desmontado seis meses depois de sua homologação.

O artigo de Aluizio Ferreira Elias e Haroldo de Resende (2014), intitulado “A criança ajustada: aspectos do pensamento de Dante Moreira Leite sobre a infância urbana brasileira”, publicada no periódico *Cadernos de História da Educação*, analisa três artigos, publicados entre 1957 e 1960, que versam sobre o pensamento pedagógico do pesquisador. Os autores realizam um contexto histórico das décadas de 1930, 1940 e 1950, época permeada pelo desenvolvimentismo urbano-industrial.

Em 1955 foi criado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) e os órgãos regionais, Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE), que enfraqueceu após o golpe político-militar em 1964. Vinculado ao órgão regional de São Paulo estava Dante Moreira Leite, que empresta seu nome ao título do artigo e “procurava sustentar ideias coerentes com o ideal de uma sociedade urbanizada e industrializada. [...] foi um crítico tanto das estratégias adotadas pelo governo, quanto da inércia que o caracterizava em certos momentos” (ELIAS; RESENDE, 2014, p. 145).

As instituições educacionais deste período seguiam diretrizes sociais do governo de Kubitschek, entre elas o controle para um comportamento social aceitável. Era preciso ensinar às crianças a vida coletiva da cidade, pois crianças “desajustadas” ou agressivas se tornariam adultos problemáticos que acarretam transtornos para a vida pública. Assim, conforme Elias e Resende (2014, p. 148, grifo dos autores), Leite considerava “a educação infantil como mecanismo de ajustamento e de manutenção da ordem pública”.

Segundo os autores, Leite acreditava que o cruzamento planejado e silencioso entre e Psicologia e a Educação formaria uma práxis educativa ideal. A Psicologia seria responsável pela saúde emocional e mental das crianças, mas não uma Psicologia ingênua, e sim a Psicanálise que poderia auxiliar na elaboração de material didática e na identificação de patologias. Conforme Elias e Resende (2014, p. 151, grifo dos autores), “para Leite, a escola era o espaço em que se dava o encontro entre essa população a ser ajustada e a atuação técnica dos saberes científicos”. Para finalizar seu texto, os autores destacam que Dante Moreira Leite

foi um pesquisador do seu tempo, atuando por meio de dispositivos governamentais e atendendo às diretrizes do seu governo, assim legitimou e difundiu saberes pedagógicos úteis à época e ao projeto do governo.

A pesquisa de Ana Chrystina Venancio Mignot e Aristeo Leite Filho (2011), intitulada “‘A criança tem necessidade de expansão física’: recomendações e prescrições de uma educadora para o Jardim de Infância”, publicada no periódico *Cadernos de História da Educação*, analisa um caderno da professora Anna Amélia, de 1965, sobre o curso “Educação Pré-Primária” oferecido por Heloísa Marinho. O curso era muito procurado por professoras e oferecido no Cursos de Extensão e Aperfeiçoamento (CEA) do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Na época foi criado o Centro de Estudos da Criança, por Lourenço Filho, que ofereciam os cursos de Educação Pré-Primária, Iniciação Escolar Primária e Educação de Crianças Excepcionais. Segundo Mignot e Filho (2011, p. 199), Heloísa sintetiza as ideias de Froebel e de Dewey, pois “quer assegurar o desenvolvimento natural da criança, e por outro quer também ajustá-la ao social”. Ao finalizar seu texto os autores destacam que, o livro e o curso da educadora podem ser definidos como um guia prático, mas que conduz à reflexão.

3.1.4 Perspectiva de impressos sobre a infância e o atendimento

A perspectiva de impressos sobre a infância e o atendimento também foi abordada em três artigos (KUHLMANN JR., MAGALHÃES, 2010; GUIMARÃES, 2011; KUHLMANN JR., FERNANDES, 2014). O artigo de Moysés Kuhlmann Jr e Maria das Graças Sandi Magalhães (2010), intitulado “A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (1920-1940)”, publicado na *Educação em Revista*, apresenta os almanaques de farmácia como difusores do projeto de modernização da sociedade brasileira, para tanto educar a criança era uma introdução aos padrões modernos esperados. Os autores consultaram 155 exemplares de 45 empresas farmacêuticas e uma empresa alimentícia, que datam entre 1911 e 1953. Os almanaques de farmácia eram produzidos em maior tiragem do que as obras literárias nesta época, ou seja, com grande alcance popular. Entretanto, são escassos atualmente para pesquisas, encontrados apenas em coleções particulares. Segundo Kuhlmann Jr. e Magalhães (2010, p. 328), a indústria de medicamentos “incorporou e divulgou as ideias relativas ao movimento sanitário do período, vinculadas à questão da nacionalidade e à modernização do país”.

Um dos assuntos em destaque na maioria dos almanaques no início do século XX é o aleitamento materno com a conseqüente crítica às amas de leite. Entretanto, “com o aumento da industrialização e o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que se percebe é a

intensificação da propaganda da alimentação artificial” (KUHLMANN JR.; MAGALHÃES, 2010, p. 329). Para Kuhlmann Jr e Magalhães (2010, p. 336) “os almanaques de farmácia excederam sua função de propaganda, compondo um conjunto de materiais que divulgavam um discurso civilizador”. Mediante as novas necessidades da sociedade, trabalhadores que fossem saudáveis e disciplinados e, ainda, soubessem votar, era necessário alfabetizar as crianças. Assim, uma atividade que pretendia também relacionar educação e saúde eram os passatempos destinados às crianças e que aproximavam os leitores aos conhecimentos do universo escolar. O Almanaque Nestlé, único da indústria alimentícia analisado, promovia distribuição gratuita de merendas nas escolas e doação de produtos para hospitais, creches e ambulatórios, para depois ilustrar suas edições com fotografias das crianças consumindo seus produtos nas instituições.

O artigo intitulado “O discurso médico sobre a educação da infância pobre veiculado pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1939), escrito por Paula Cristina David Guimarães (2011) e publicado em Cadernos de História da Educação, pesquisa o discurso médico veiculado pelo periódico mais representativo da região em um período marcado por duas reformas educacionais. No início do século XX “a infância foi pensada como formoso capital humano, que deveria ser cuidado, acompanhado e disciplinado para que frutificasse como um bom cidadão do futuro” (STEPHANOU; BASTOS, 2005 *apud* GUIMARÃES, 2011), assim a infância pobre tornou-se o principal foco das ações de melhoria do país, aliando o discurso médico à educação. Entretanto, a difusão destes pensamentos não se dava somente nas instituições educacionais, mas também, por meio do rádio, do cinema, de cartazes, de livros e de revistas específicas, como a Revista do Ensino.

Segundo Guimarães (2011), a Revista do Ensino era a principal difusora das ações implementadas para a ampliação do ensino, e diversos discursos eram veiculados no periódico, entre eles o discurso médico, principalmente o higienista. A autora apresenta, então, a organização dos fragmentos encontrados do periódico relacionados ao discurso médico, destacando os voltados à infância pobre que influenciaram na formação de conceitos sobre essa infância. Um dos preceitos defendidos pela revista foi a figura do “médico escolar”, que vigiava o desenvolvimento das crianças associado ao bom desempenho escolar. A higiene também estava fortemente presente nas escolas, com a pretensão de alcançar, também, as famílias. As Escolas Normais se tornaram laboratórios para o estudo da eugenia, que influenciava diretamente os aparelhos educativos.

O artigo de Moysés Kuhlmann Jr. e Fabiana Silva Fernandes (2014), intitulado “Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957)”, publicado na Revista

Diálogo Educacional, analisa o Boletim Interno da Divisão de Educação, Assistência e Recreio como um instrumento para a formação de educadores. O Boletim, publicado pela Secretaria de Cultura e Higiene da prefeitura de São Paulo, era um canal de comunicação com os funcionários que atuavam nas instituições socioeducativas, a saber: Parques e Recantos Infantis, Centros de Rapazes e Centros de Moças. Segundo Kuhlmann Jr e Fernandes (2014, p. 697-698) o Boletim promovia três estratégias para a formação dos educadores: “sua utilização para divulgar reuniões e orientar procedimentos profissionais; a publicação de textos de caráter teórico de diferentes áreas de conhecimento; e a divulgação de propostas de atividade que orientavam a programação e a prática”. Segundo os autores, percebia-se no Boletim a preocupação em preparar as crianças para o mundo do trabalho, privilegiando atividades manuais em detrimento da educação intelectual e teórica da escola regular, o que contribuía para a segregação das camadas sociais. Para finalizar seu artigo, os pesquisadores destacam que ao buscar modos de definir as crianças “difíceis de lidar” acabava-se encontrando uma concepção de infância.

3.1.5 Associação destinada à filantropia

Um dos trabalhos aborda uma associação destinada à filantropia, atitude comum para suprir as necessidades de atendimento da infância. A pesquisa “As Damas da Assistência à Infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930)”, escrita por Sônia Camara (2017) e encontrada na Revista História da Educação, busca refletir sobre o papel desempenhado por esta associação. Criada em 1906, pelo Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI) do Rio de Janeiro, a associação era composta por mulheres da elite carioca que realizavam filantropia às crianças e mães oriundas da pobreza.

Para Camara (2017, p. 201) a caridade, a filantropia e a assistência buscavam enfrentar “aos preceitos higiênicos elementares, o socorro à pobreza, a atenuação da ignorância e a cura das doenças”. Assim, para atender a essas demandas, iniciativas privadas de caráter filantrópico e assistencial foram concebidas, permeadas por uma intenção de modernizar o país. Moncorvo Filho é o principal nome destacado pela autora como responsável pela criação da associação. Inspirado em experiências de outros países, para o médico, mais forte do que a lei eram os costumes, portanto defendia uma atuação educativa das damas, para “colaborar na correção dos maus hábitos e na normatização dos costumes como medidas eficazes na composição das campanhas do Bem a serem empreendidas” (CAMARA, 2017, p. 202). Assim, por meio de uma educação higienista às mães pobres, a associação tornou-se um importante auxiliar do IPAI.

Camara (2017) questiona qual foi realmente a função da Associação das Damas da Assistência à Infância, qual foi a colaboração para os modelos assistenciais à infância. Para tanto, a autora analisa os primeiros anos da associação que definiram a identidade de atuação das mulheres participantes, definindo, também, a Associação como um espaço de sociabilidade formal, permeado por relações e jogos de poder. Assim, a pesquisadora divide sua análise em dois momentos: o primeiro busca compreender a organização da Associação e suas ações de assistência; e o segundo momento prioriza os projetos mobilizados pelas mulheres, destacando as iniciativas e bandeiras do IPAI. As fontes documentais se constituem em livros, relatórios, periódicos, estatutos e boletins. Para finalizar seu texto a autora volta a destacar que as Damas não exerciam papéis submissos, mas acionaram suas representações aceitas (mãe/esposa) para ampliar seu espaço de atuação, sendo considerada uma tática de reação, e difundindo, assim, um modelo de assistência.

3.1.6 Histórias de instituições de atendimento ou de municípios

Os demais trabalhos, totalizando sete, abordam as histórias de instituições de atendimento ou de municípios, englobando várias instituições (RIZZINI, GONDRA, 2014; VANTI, 2002; MAYBORODA, GRAZZIOTIN, 2019; CAMARA, SILVA, 2017; ARCE, VALDEZ, 2004; VENZKE, 2006; RABELO, STEPHANOU, 2010). Na Revista Brasileira de Educação, Irma Rizzini e José Gonçalves Gondra (2014) publicaram o artigo “Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899)”. A pesquisa investiga a infância tida como problema social, no período entre o fim do Império e o início da República, e o tratamento a ela dispensado pelos médicos higienistas. Assim, a documentação de dois internatos do Rio de Janeiro foi fonte de análise, bem como teses, livros e periódicos especializados. Segundo Rizzini e Gondra (2014, p. 564) quando a medicina adentra às escolas, tendo a higiene como escopo, ela “se pautou em um projeto de larga tradição voltado para a educação física, moral e intelectual, isto é, a chamada educação integral, [...] orientado pela racionalidade médico-higiênica”.

Os autores apresentam em seguida a concepção dos médicos higienistas sobre o controle do corpo, visto como importante, e, ainda, como eles separam a vida em fases com diferentes necessidades. Assim, a infância, que pode ser dividida em fases também, quando associada à pobreza, é permeada por desequilíbrios, precisando a pobreza ser medicalizada “de modo que protegesse e defendesse a sociedade dos perigos que representava” (RIZZINI; GONDRA, 2014, p. 568). Uma das formas de combater os males que permeavam a infância pobre foi asilar as

crianças, ou seja, colocar em internatos que cumpriam funções de casa, oficina e escola. Para compreender como operavam estes dispositivos médicos os autores analisaram dois internatos: o Asilo de Meninos Desvalidos (fundado em 1875 no regime imperial) e a Escola Quinze de Novembro (fundada em 1899 no período republicano).

Para finalizar seu texto, Rizzini e Gondra (2014, p. 578) destacam o tecido discursivo que articulava “saberes médico-higiênicos, jurídicos, pedagógicos, da assistência social, filantropia e dos sistemas jurídico-policiais” para abordar a educação e o cuidado com as infâncias. Outro destaque é a diferenciação realizada neste período entre “menores”, que poderiam ser submetidos aos dispositivos de controle, e as “crianças”, submetidas à prevenção por meio de políticas educacionais e assistenciais. Assim, a infância passou a ser instruída e profissionalizada, em uma experiência higiênica, para imprimir utilidade e rentabilidade às suas vidas.

A pesquisa “A breve história de Ethelvina: caridade, filantropia e assistência à infância em Pelotas (RS, 1875-1900)” de Elisa dos Santos Vanti (2002), publicada na Revista História da Educação, abarca o processo histórico da construção social dos conceitos de ‘maternidade intensiva’ e ‘medicalização da infância’. Com o aumento do número de abandonos de crianças e consequente mortalidade a igreja passou a se desagradar com a situação e as primeiras instituições de recolhimento de bebês foram criadas, na Europa no século XV e no Brasil no século XVIII. No contexto da cidade de Pelotas, o atendimento à infância era exclusivo das famílias, exceto nos casos de abandono declarado, em que as crianças eram abrigadas pela Roda dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas e pelo Asilo de Órfãs Nossa Senhora da Conceição, neste mesmo período, algumas cidades como Rio de Janeiro e São Paulo já ofereciam jardins de infância e creches assistenciais.

A personagem que dá nome ao artigo, Ethelvina, ingressa na Santa Casa em 1890. A menina frequentava as aulas do Asilo Nossa Senhora da Conceição durante o dia e à noite era cuidada pelas próprias irmãs de caridade, pois havia sido devolvida pela ama-criadeira em 1896 que não tinha mais condições de sustentá-la e rejeitada pelo Asilo, pois neste período já não queriam mais aceitar filhas de pais desconhecidos. Em 1900 Ethelvina vai a um asilo de órfãs em Porto Alegre, mas sem registro do porquê retorna para Pelotas. Segundo Vanti (2002, p. 153) “é a primeira vez que um exposto deixa de ser mencionado no relato como sendo apenas mais um número [...] Ethelvina, ao contrário, ganha vida por sua rebeldia e por sua vontade de mudar a realidade”. A adolescente aparece nos relatos das Atas da Santa Casa de Pelotas como “insubordinada”, a alternativa das irmãs, então, é conseguir uma família para adotá-la, pois o comum era as expostas já adolescentes e adultas auxiliarem nos serviços da Roda.

Ethelvina é adotada pelo Major Baptista Pereira em 1905, sua saída marca o fim definitivo da Roda, que já vinha dando sinais de sua extinção, principalmente pela precariedade do atendimento aos poucos expostos. A população abandonava seus infantes nas ruas que depois recolhidos e levados para a Santa Casa, entretanto, eles eram praticamente “deixados para morrer sob os cuidados suspeitos de criadeiras não remuneradas, essas crianças só vivem para serem registradas no Livro dos Expostos” (VANTI, 2002, p. 156). Entretanto, a situação econômica da Santa Casa era favorável, com investimentos na construção de enfermarias, compra de medicamentos e contratações de médicos. O último registro sobre os expostos na Ata da Santa Casa de Pelotas é da morte de uma menina em 1908. A Roda dos Expostos foi ignorada nas publicações do Almanaque de Pelotas no século XX, assim a sua existência foi sendo esquecida, como algo vergonhoso.

O artigo de Fabiana Gazzotti Mayboroda e Luciane Sgarbi Santos Grazziotin (2019), intitulado “A política pública dos Jardins de Recreio como espaço civilizador no contexto urbano de Porto Alegre (1920-1950)”, encontrado na busca na Revista História de Educação, procura compreender as condições da implementação dos Jardins de Recreio, bem como o seu funcionamento, por meio de uma análise documental historiográfica. As autoras destacam que na segunda metade do século XIX a estrutura das cidades estava mudando, não só arquitetonicamente, mas também nas formas de apropriação dos espaços. Este movimento institui práticas de controle, logo “tais práticas estabeleceram uma teia de intervenção sanitaria, de assistência clínica, terapêutica e educacional, assegurando a circulação de discursos médicos pelo tecido social” (MAYBORODA; GRAZZIOTIN, 2019, p. 4). A nova configuração produz um novo imaginário social para a cidade de Porto Alegre, e em 1926 os Jardins de Recreio são implementados, considerados uma política pública pioneira no Brasil, idealizada por Frederico Gaelzer.

Os objetivos desta política pública visavam “fomentar hábitos saudáveis e eliminar atitudes insalubres; resguardar as crianças da debilidade e das moléstias; construir e gerar um sistema de ação colaborativa” (MAYBORODA; GRAZZIOTIN, 2019, p. 15), sendo assim, capazes de conduzir as crianças para a prevenção e preservação, lembrando seu vínculo ao higienismo. Para tanto, o espaço era dividido em salas de aula e área externa com diversos equipamentos para recreação, além de biblioteca. O atendimento não era realizado só para crianças e jovens e, também, não só no período diurno, assim, o período noturno era voltado para a classe laboriosa com atividades físicas.

A frequência mensal nas praças era alta, segundo relatórios passava de vinte e cinco mil jovens e crianças. Mayboroda e Grazziotin (2019, p. 18) destacam três motivos que demonstram

esse como um fenômeno sociocultural e político: “a adesão da população à frequência nas praças; o associativismo ou seja, a criação dos clubs; e a institucionalização do Serviço de Recreação Pública”. Este serviço buscava desenvolver atividades comunitárias, para aproveitamento útil e sadio do tempo ócio por meio de recreação organizada, orientada e instrutiva. Para finalizar o texto, as autoras reafirmam que a criação dos Jardins de Recreio está vinculada ao urbanismo, ao higienismo, e também, ao nacionalismo. Havia uma preocupação em não só oferecer equipamentos para a prática esportiva nas praças, mas também realizar atividades pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento de um ideal de nação.

Na Revista Brasileira de História da Educação, na publicação de Sônia Camara e Alessandra Moura da Silva (2017), intitulada “Em favor da infância e em caridade da Pátria: a criação da primeira colônia escolar de férias do Rio de Janeiro de 1923 a 1924”, as autoras analisam a implantação da colônia, procurando compreender a concepção que orientou sua criação e a prática da instituição. O responsável pela concepção e implementação do projeto foi o médico Almir Madeira, diretor do Instituto de Proteção e Assistência à Infância de Niterói (IPAI). Segundo as autoras havia uma crescente preocupação com a infância, demonstrada na criação dos serviços de higiene.

Para Camara e Silva (2017, p. 111) as colônias escolares de férias faziam parte dos programas de preservação e regeneração, assim se tornam estratégias dos médicos higienistas “na elaboração e na promoção de ações destinadas a alargar o raio de interferência educativa, preservativa e regeneradora para além do perímetro espacial e temporal da escola”, estendendo o controle e a preservação para o período de férias escolares.

A criação da Colônia convergia com o cenário internacional, que buscava civilizar e progredir, para tanto, segundo Camara e Silva (2017, p. 118) “era necessário educar a população e, assim, enfrentar o atraso em que o país se encontrava imerso”. Logo, a Colônia foi idealizada para disciplinar as crianças, por meio de hábitos benéficos, como a prática de exercícios e a boa alimentação, além de ofertarem atendimento médico. A imprensa apoiava a iniciativa, ressaltando a debilidade dos ambientes familiares das crianças pobres, com agravante morais, sociais e biológicos que poderiam corrompê-las.

Para finalizar seu artigo, as autoras destacam que, segundo Madeira (1947 *apud* CAMARA; SILVA, 2017, p. 132), não foram só as colônias de férias que tiveram o caráter de prevenção ao analfabetismo e à “degradação da raça”, mas também “as escolas ao ar livre, as escolas do sol, as escolas sanatórios e os preventórios”. Assim, para Camara e Silva (2017, p. 133) havia uma concepção de “regeneração da raça”, que condenava “as heranças biológicas, as influências morais e a maneira como os pais cuidavam dos filhos”. Ao concluir, as

pesquisadoras afirmam que sua pesquisa considera também o cenário internacional que as auxiliou a compreender a matriz que fundamentou a criação da Colônia de férias.

A pesquisa de Alessandra Arce e Diane Valdez (2004), intitulada “‘A primeira infância vai à escola’ O regulamento do Jardim de Infância – Goiás/1928” e apresentada na Revista História da Educação, destaca a implementação desta instituição na cidade referida em meio à influência da Escola Nova. Assim, as autoras utilizam do “Regulamento e Programa do Jardim da Infância” para analisar a concepção de infância e os princípios metodológicos que orientavam a prática nestas instituições.

A escola passa a ser palco de diversas práticas relacionadas à saúde como ginástica, assistência médica e dentária, além de cuidados na alimentação e no vestuário. Para Arce e Valdez (2004, p. 141) a “infância e família são alvos da educação como forma de modelação de comportamentos e atitudes”. Assim, apesar de serem constituídas pelos princípios froebelianos e escolanovistas, as instituições não conseguem segui-los, devido a essas intervenções em busca do controle. Outro destaque do Regulamento é “a preocupação de incutir na infância – desde a mais tenra idade – o amor pela pátria e o espírito moral e cívico” (ARCE; VALDEZ, 2004, p. 142).

Apesar de pautar-se na teoria froebeliana, o “Regulamento e Programa do Jardim de Infância” analisado pelas autoras apresenta contradições. São percebidos princípios froebelianos, como por exemplo, não intervir na atividade infantil, estimular atividades livres e espontâneas, fortalecer a imaginação, incentivar a observação, entre outros.

Ao finalizar seu texto, as autoras concluem que, apesar das incoerências do documento oficial havia “uma preocupação no sentido de proporcionar à infância um espaço diferenciado que sirva para o aprendizado antes da entrada oficial para a escola” (ARCE; VALDEZ, 2004, p. 149). Ressaltam, ainda, que às vezes o que aparece como novo já estava posto antes e foi considerado antigo e ultrapassado, demonstrando, assim, a importância de conhecer a história das instituições educacionais.

O artigo de Lourdes Helena Dummer Venzke (2006), denominado “Educação Infantil: espaços, tempos, desafios”, publicado na Revista História de Educação, aborda a história da Educação Infantil no município de Pelotas/RS. No século XIX o atendimento às crianças se resumia na ‘roda dos expostos’ e no asilo para órfãos, entretanto, já no final deste século difundia-se a ideia de que a mulher mãe era responsável pela criação e amamentação de seu filho. A sociedade pelotense não admitia mais o tratamento que era destinado às crianças abandonadas, logo, a filantropia começa a despontar procurando progresso nestas situações.

A primeira creche assistencial do município foi inaugurada em agosto de 1936, tendo cunho religioso e administrada pela Sociedade Protetora da Creche. Em 1941 foi inaugurado o Parque de Recreio Infantil, para crianças de dois a doze anos, constituído por diferentes espaços destinados a atividades físicas e recreação. A industrialização e a urbanização fizeram necessária a construção de um espaço seguro e apropriado para as crianças, além das premissas de vida saudável e patriotismo que permeavam a época.

Venzke (2006) destaca, ainda, os Jardins de Infância, destinados a crianças de quatro a seis anos, sendo instituições particulares ou da rede estadual, a segunda modalidade foi inaugurada em 1940. Porém, o Jardim de Infância na rede pública municipal foi implantado somente em 1953 e funcionava em um Grupo Escolar anexo ao asilo de órfãos. O atendimento à infância foi ampliado no final da década de 1970. Segundo Venzke (2006, p. 157) “essa década caracterizou-se pela educação de massas, em que se expandiu também o movimento nacional por creches em virtude da participação cada vez maior da mulher no mercado de trabalho”.

Assim, a primeira creche pública municipal de Pelotas iniciou seu precário atendimento em 1979, já no ano de 1991 o número total de instituições era dezessete. A Fundação Movimento Assistencial de Pelotas (FMAPEL) era responsável pela manutenção das creches. A preocupação maior das creches era com o cuidado (alimentação, segurança e higiene), visto que atendiam as crianças de baixa renda, enquanto nas instituições de Jardim de Infância e/ou pré-escola havia uma preocupação com o desenvolvimento psicomotor, afetivo e cognitivo, visando uma preparação para o Ensino Fundamental.

O artigo de Giani Rabelo e Maria Stephanou (2010), intitulado “Pedagogia Missionária e construção da ideia de infância sagrada: a Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei (Santa Catarina – 1960 a 1970)”, publicado na Revista Brasileira de História da Educação, analisa o documento elaborado pelas missionárias do Instituto Coração de Jesus, que contém informações privilegiadas sobre o cotidiano da instituição infantil mantido pelas religiosas. Conforme Rabelo e Stephanou (2010, p. 38), a criação do Jardim de Infância “resultou de um convênio firmado entre a congregação e o Departamento de Serviço Social da CSN – DSS/CSN [Companhia Siderúrgica Nacional]”, uma das empresas do complexo carbonífero do sul de Santa Catarina.

Assim, o Jardim se destinava aos filhos dos operários, atendidos pelas religiosas que não possuíam formação específica para tal, mas que, durante seu período de atuação, realizaram cursos para se qualificarem pedagogicamente. A “Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei de Capivari” foi elaborada pelas religiosas e se constitui em uma espécie de diário manuscrito das atividades, datando desde sua inauguração em 1960 até 1970. As práticas pedagógicas das

jardineiras foram enriquecidas por meio dos cursos que elas realizaram, estes destacavam a importância de “dialogar e colocar em prática conhecimento científicos para que suas intervenções pudessem resultar na formação de pessoas mais inteligentes, capazes, verdadeiros cristãos” (RABELA; STEPHANOU, 2010, p. 46). Assim, estava clara a tentativa de moldar as crianças conforme o que se desejava para a sociedade e para a Igreja católica.

As vinte pesquisas aqui elencadas e resumidas apresentam desvios e aproximações com a temática de pesquisa, portanto, no próximo subcapítulo busco as aproximações que auxiliaram na construção desta dissertação e foram importantes para a construção do contexto histórico e para a construção das análises.

3.2 APROXIMAÇÕES COM A TEMÁTICA DE PESQUISA

Os artigos encontrados e estudados neste Estado do Conhecimento permitem realizar uma construção histórica do atendimento à infância, percebendo as importantes questões que o permeiam, como, por exemplo, o Higienismo. Foi possível perceber como os interesses políticos direcionaram as modalidades de atendimento, ora recolhendo crianças abandonadas, ora “limpando” as ruas e ora permitindo às mães a entrada no mundo do trabalho. A forma como está organizada atualmente a instituição de Educação Infantil aglutina várias experiências anteriores, desde as nomenclaturas até as questões pedagógicas.

Entretanto, a maioria das pesquisas apresentadas não realiza uma abordagem histórica, com caráter historiográfico, ou seja, realiza uma descrição dos acontecimentos, buscando construir uma teoria, mas não problematiza as questões que permeiam, não faz perguntas aos documentos, e como Pesavento (2014) afirma a história é resultado das perguntas do historiador, resultado de suas escolhas e de sua organização. As leis e documentos analisados nas pesquisas legitimam as teorias esperadas, sem uma margem para interpretação e sem hipóteses contrárias. Dessa forma, os artigos encontrados, abordam as relações de causa e efeito entre documentos e o atendimento à infância. Porém, nesta pesquisa buscou-se outros indícios que demonstram o processo de constituição deste atendimento. Pois, uma pesquisa historiográfica, que se encontra no campo da História Cultural, como é o caso da pesquisa de Mayboroda e Grazziotin (2019), procura questionar a verdade legitimada e permeia os porquês de tal acontecimento.

Para tanto, o autor que auxilia a questionar e analisar este processo de institucionalização do atendimento à infância é Norbert Elias (2001; 2011) que apresenta em suas obras o processo civilizador e o processo de criação da etiqueta, denotando como tais acontecimentos não surgem

espontaneamente e de repente, mas fazem parte de uma sucessão de fatos e relações que caracterizam um processo gradativo, e demonstra, ainda, como as relações de interdependência se mostram neste cenário e determinam as relações de poder. Em suma, os trabalhos encontrados auxiliaram a compreender o processo histórico do atendimento, mas também a perceber quais verdades são legitimadas e passíveis de questionamentos.

4 NORBERT ELIAS PARA ANALISAR

No ano de 1530, na Europa, Erasmo de Rotterdam escreveu o tratado “*De civilitate morum puerilium*”, em português “Da civilidade em crianças”. A partir desta obra o conceito de *civilité* passou a ter um novo significado para a sociedade, “Erasmo deu nova nitidez e força a uma palavra muito antiga e comum, *civilitas*” (ELIAS, 2011, p. 66). Assim, segundo Leão (2007) a obra de Erasmo pode ser considerada a principal difusora do conceito de civilidade e foi cunhada na transição da sociedade feudal para a monarquia absoluta. Entretanto, o intelectual não foi o primeiro a se preocupar com a temática. Elias (2011) destaca que qualquer que seja o ponto de partida na História da Humanidade iremos encontrar acontecimentos anteriores sobre o tema. Assim, na obra O processo Civilizador (2011), Norbert Elias estabelece a Idade Média europeia como ponto de partida para examinar o processo de mudança, “a curva de desenvolvimento que o liga à era moderna” (ELIAS, 2011, p. 71).

As normas de comportamento do período medieval foram registradas em documentos redigidos pelos religiosos, sendo assim há um grande volume de informações passíveis de análise. Elias (2011, p. 91) destaca que essa categoria literária, ou seja, os livros sobre “boas maneiras”

Mostram-nos com exatidão o que estamos procurando - isto é, o padrão de hábitos e comportamento a que a sociedade, em uma dada época, procurou acostumar o indivíduo. [...] E mostram ao mesmo tempo, através do que censuram e elogiam, a divergência entre o que era considerado, em épocas diferentes, maneiras boas e más.

A maioria dos escritos é um compilado de fragmentos da tradição oral, para Elias (2011, p. 72) “esses fragmentos são importantes exatamente porque descrevem não o que era grande ou extraordinário, mas os aspectos tópicos da sociedade”. Porém, o tratado de Erasmo Rotterdam se destaca exatamente por não ter sido elaborado a partir de fragmentos da tradição oral ou a partir de outras obras, mas sim a partir da observação e experiência do próprio autor. Além deste aspecto de originalidade, o tratado se desenvolve em um período de transição da hierarquia social medieval para a estabilização moderna. É um período de reagrupamento social, segundo Elias (2011, p. 82) o tratado “pertence a uma fase em que a velha nobreza de cavaleiros feudais estava ainda em declínio, enquanto se encontrava em formação a nova aristocracia das cortes absolutistas”. Assim, esta situação permitiu a intelectuais como Erasmo, pertencentes a uma pequena classe, elevarem-se socialmente e serem francos e imparciais em seus escritos. Apesar desta possível imparcialidade Erasmo não ignora as disparidades sociais, “percebe com exatidão que os autênticos viveiros do que são consideradas boas maneiras em sua época são as cortes principescas” (ELIAS, 2011, p. 82). A obra de Erasmo apresenta

características da tradição medieval, mas anuncia uma novidade, para Elias (2011, p. 79) neste tratado “desenvolve-se gradualmente um conceito que empurraria para o segundo plano o conceito de cortesia da cavalaria-feudalismo”.

A obra de Norbert Elias realiza uma análise do percurso das normas de comportamento, para evidenciar as mudanças sutis que foram ocorrendo. Elias (2011) analisa manuais de etiqueta e civilidade, e segundo Leão (2007, p. 15) “esses documentos dão informações detalhadas sobre a vida social no antigo regime e, ao mesmo tempo, são veículos difusores de modelos de conduta e pensamentos”. São diversas as categorias de texto analisadas pelo autor, como poemas, regras, tratados e canções. Com os exemplos que passeiam pelos anos, Elias (2011) demonstra como a constituição da civilização é um processo, pois não é algo dado e compreendido imediatamente, pelo contrário, séculos de mudanças ocorreram para chegar ao que hoje percebemos como natural.

Nas questões analisadas por Elias (2011) percebemos menções a questões orgânicas do ser humano que são embaraçosas para a sociedade em que vivemos, como assoar o nariz. Entretanto, no seu tratado Erasmo estava indicando “um novo padrão de vergonha e repugnância que começa a se formar lentamente na alta classe secular” (ELIAS, 2011, p. 135). Hoje, estes padrões de vergonha e nojo que demoraram séculos para se firmar são ensinados e cobrados nos primeiros anos de vida das crianças. Mas, Erasmo “nada vê de mal em chamar por seus nomes funções corporais que, de acordo com nossos padrões atuais, não podem ser sequer mencionadas em sociedade, e ainda menos em livros sobre etiqueta” (ELIAS, 2011, p. 135). Assim, é possível compreender que a população para quem Erasmo escrevia tinha um controle dos impulsos e emoções não tão rigoroso. Para Leão (2007, p. 19) este processo de civilização ocidental “consiste no modo pelo qual se estrutura uma rede de censuras e proibições que transforma, de forma muito lenta e em conjunto, os comportamentos, as emoções individuais e a vida coletiva”.

Na obra Sociedade de Corte, Elias (2001) analisa as regras sociais da sociedade aristocrática francesa, principalmente da corte de Luís XIV, para explicar como uma rede de interdependências modificam as relações entre os indivíduos. Neste período, “a ascensão social e econômica dos grupos de profissionais burgueses tornou-se gradativamente mais visível, enquanto grande parte dos nobres ficava cada vez mais pobre” (ELIAS, 2001, p. 79), isto porque a vida na corte era luxuosa, porém não era permitido aos membros da corte trabalhar, esta era função da burguesia. Assim, a nobreza era subsidiada pelo monarca e gastava tudo o que tinha para manter os luxos sinônimos de status, enquanto a burguesia economizava para investir em rendimentos futuros. Para ilustrar Elias (2001, p. 91) faz a feliz comparação: “podemos dizer

que, sob muitos aspectos, os ricos de hoje em dia vivem como os pobres de antigamente, enquanto os pobres vivem como os ricos”.

Assim, o que valia mais era a aparência, a posição social, não a renda monetária, para Elias (2001, p. 78) “aqui o *ethos* estamental, instrumento de auto-afirmação nas camadas superiores, prevalece sobre o *ethos* econômico, instrumento de auto-afirmação nas camadas inferiores”. Ou seja, para esta sociedade a posse de um título de nobreza é mais valioso do que riqueza acumulada. Entretanto, mesmo com o subsídio do monarca, as camadas superiores com o “*ethos* do consumo em função do status e uma forte concorrência em busca dele são constituídas de tal modo que sempre há uma série de famílias destinada a se arruinar naquelas sociedades” (ELIAS, 2001, p. 87). Porém, o rei tem poder para controlar a decadência social, podendo aliviar ou evitar o empobrecimento e a ruína de famílias nobres se assim desejar.

Assim, os indivíduos da corte estavam envolvidos em um jogo de relações determinado pelo status. Elias (2001, p. 108) compara a engrenagem da corte com a bolsa de valores: “nela também se formam opiniões de investidores financeiros, ao passo que na corte trata-se de opiniões sobre o valor dos indivíduos que dela fazem parte”, portanto, as oscilações dos valores impactam diretamente na posição do indivíduo na hierarquia. Elias (2001, p. 107-108) destaca ainda, que “a posição real de um indivíduo no entrelaçamento da sociedade de corte sempre foi determinada pelos dois fatores ao mesmo tempo: o nível oficial e a posição vigente, mas o segundo era o mais importante para o comportamento dos cortesãos”. As relações são importantes para a vida na corte e a observação se torna uma importante ferramenta, mas não apenas a observação dos outros, também a auto-observação, que é desenvolvida de uma forma específica neste período.

Além disso, “[...] a maneira de lidar com as pessoas é calculada com precisão, de acordo com o objetivo de quem ‘lida’” (ELIAS, 2001, p. 122). A forma como o monarca tratava determinado indivíduo indicaria como os demais indivíduos da corte tratariam aquele indivíduo. Assim, conforme Leão (2007, p. 46) “o campo de batalha é transportado para dentro dos indivíduos, o que quer dizer que o movimento de civilização orienta-se ao mesmo tempo para o autocontrole e para a diferenciação das funções sociais”. Segundo Elias (2001) o cortesão precisa controlar-se emocionalmente, pois uma descarga emocional é um sinal de inferioridade. Assim, “perde-se em espontaneidade e ganha-se em previsibilidade e autodeterminação” (LEÃO, 2007, p. 49), pois ao estar sendo constantemente observado é preciso se auto-observar.

Além dos modelos de autocontrole haviam tradições cerimoniais e etiquetas, que se “constituíam importantes instrumentos de dominação e distribuição de poder” (LEÃO, 2007, p. 49). Para o rei havia a necessidade de uma elite, pois sem ela não existiria a monarquia

absoluta, conforme Elias (2001), em uma monarquia absoluta o rei é tudo, o rei é o Estado. Assim, ele precisa se autoafirmar como rei e dominar seu povo, e o rei Luís XIV fez isso estabelecendo uma rede de disputas por status dentro da sua corte

Assim, para Leão (2007, p. 46) “o monarca equilibra-se sobre o sistema de tensões e disputas entre os grupos que o apoiam, situação mantida às custas de uma etiqueta rigorosa”. O rei era o promotor das intrigas que movimentavam a hierarquia, a fim de promover e manter um equilíbrio de tensões, “esse era o instrumento de sua dominação, a força que favorecia o medo e a obediência à sua imagem” (LEÃO, 2007, p. 47). Porém, para Elias (2001, p. 211) é equivocado considerar o rei apenas como o opressor da nobreza, pois ele também era o provedor, “[...] a nobreza precisava do rei porque nesse campo social somente a vida em sua corte lhes dava acesso às chances econômicas e de prestígio que possibilitavam uma existência de nobres”.

Segundo Leão (2007, p. 48) “a etiqueta foi, portanto, a lógica que regeu essa formação social”. É possível perceber que as características básicas da personalidade dos cortesãos não são desenvolvidas aleatoriamente, mas emergem “da estrutura social, da figuração, da rede de interdependências que eles formam entre si” (ELIAS, 2001, p. 128). Elias (2011, p. 214) destaca, ainda, que “tal mudança nas estruturas de personalidade é um aspecto específico do desenvolvimento de estruturas sociais”. Para Elias (2001), a corte francesa era uma configuração, ou figuração¹¹, de sociedade, que apresentava determinadas características diferentes das demais monarquias. Esta figuração não se constituiu instantaneamente com a posse do rei Luís XIV, mas foi gradativamente ocorrendo ao longo dos séculos e teve seu auge na monarquia deste rei. As mudanças que aconteceram neste processo de curialização não foram apenas nas ideias, “mas mudanças ocorridas nos próprios homens em consequência das mudanças que marcaram as figurações que eles formam uns com os outros” (ELIAS, 2001, p. 246), ou seja, mudanças no *habitus*. Para Elias (2011, p. 240),

A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações.

Leão (2007, p. 29) afirma que o sociólogo buscou nas suas obras compreender “como indivíduos em dados períodos da história, situam-se nas cadeias sociais de interdependência

¹¹ Similar à configuração na teoria de Elias (2001).

dos acontecimentos”. Porém, interdependência não significa harmonia, mas também tensões e conflitos. Segundo Elias (2011, p. 239) “a ideia de indivíduos decidindo, agindo, e ‘existindo’ com absoluta independência de um do outro é um produto artificial do homem, característico de um dado estágio do desenvolvimento de sua autopercepção”. Assim, a civilização está relacionada a essas formas como as pessoas ligam-se umas às outras formando estruturas sociais e também é um processo de produção simbólica. Entretanto, Elias (2011, p. 214, grifo do autor) alerta que não se pode afirmar com certeza absoluta que uma sociedade é ou não civilizada, mas, por meio de pesquisas sistemáticas, “cabe dizer com alto grau de certeza que alguns grupos de pessoas *tornaram-se* mais civilizados, sem necessariamente implicar que é melhor ou pior, ou tem valor positivo ou negativo, tornar-se mais civilizado”.

Com esta transformação gradativa da corte, a decadência da sociedade cavaleirosa e o esboroamento da Igreja Católica, formou-se uma cultura de corte, e os membros da corte usavam o termo *civilisé* – mas também *cultivé*, *poli* ou *policé* – para designar a sua qualidade de comportamento, comparando-se com indivíduos socialmente inferiores, o *homme civilisé* era o homem que “representava o verdadeiro ideal da sociedade de corte” (ELIAS, 2011, p. 52). Assim, conceitos como *politesse* e *civilité* tinham o mesmo significado que *civilisation*, com a mesma função, ou seja,

expressar a autoimagem da classe alta europeia em comparação com outros, que seus membros consideravam mais simples ou mais primitivos, e ao mesmo tempo caracterizar o tipo específico de comportamento através do qual essa classe se sentia diferente de todos aqueles que julgava mais simples e primitivos (ELIAS, 2011, p. 52).

Na segunda metade do século XVIII, com a França reinada não mais pelo rei Luís XIV, as questões sociais e políticas eram pensadas pela *intelligentsia* francesa, ou seja, pela classe média, enquanto na Alemanha os interesses da *intelligentsia* ainda eram puramente acadêmicos. Quando cunhado o termo *civilisation*, por Mirabeu em 1760, a influência das ideias reformistas era nítida, o termo era uma crítica social tanto à barbárie da Idade Média quanto às decadentes cortes luxuosas da sociedade moderna, buscando a “verdadeira civilização” entre os dois extremos. O conceito ganha força com a comercialização e a industrialização, ou seja, com a burguesia em expansão, pois reflete o fado social específico desta classe. Elias (2011, p. 66) destaca que “o aparecimento mais ou menos súbito de palavras em línguas quase sempre indica mudanças na vida do próprio povo, sobretudo quando os novos conceitos estão destinados a se tornarem fundamentais e de longa duração como esses”: *civilité* e seu subsequente *civilisation*.

Elias (2001; 2011) faz parte desta pesquisa pois auxilia a compreender o processo de constituição do atendimento institucionalizado aos bebês. Para compreender este processo

buscou-se perceber quais foram as mudanças que ocorreram na sociedade para que este atendimento fosse necessário, quais as relações de interdependência estavam estabelecidas entre os pares e entre adultos e crianças, o que pode demonstrar também onde estava centrado o poder. Pois, para Elias (2001; 2011) as relações de interdependência têm muito a dizer sobre os motivos de um acontecimento. Além disso, foi possível perceber o processo civilizador que ocorreu junto à constituição do atendimento à infância por meio da creche, e como a concepção deste atendimento foi se modificando ao longo das décadas, deixando de ser somente uma necessidade e passando a ser também um desejo para as famílias. Assim, Elias (2001; 2011), com suas teorias sobre as redes de interdependência e o processo civilizador, se mostrou um autor importante para estabelecer a relação entre a história do atendimento à infância neste contexto e as mudanças ocorridas na sociedade no período.

5 PROCESSOS METODOLÓGICOS E A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Uma pesquisa em História da Educação é guiada por uma pergunta, como a maioria das pesquisas acadêmicas. Entretanto, Reis (2011, p. 15, grifo do autor) destaca que “a história-problema só foi possível porque os *Annales* passaram do fato histórico ‘bruto’ ao fato histórico ‘construído’”, ou seja, a História se torna uma “invenção” do historiador e não apenas uma narração ou coletânea de documentos. Le Goff (1990, p. 288) destaca, ainda, que “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Logo, estão implicadas no documento as relações estabelecidas na sociedade, entretanto, não se trata somente de documentos escritos. Hoje, na pesquisa historiográfica outros registros são considerados, Alberti (2008, p. 164) destaca alguns como a música, a fotografia, os filmes, os monumentos, as obras de arte e os testemunhos, dessa forma, “o documento escrito deixou de ser o repositório exclusivo dos restos do passado”. Cellard (2012, p. 296) contribui, ainda, ao afirmar que “o que é vestígio do passado, tudo o que serve de testemunho, é considerado como documento ou ‘fonte’, como é mais comum dizer atualmente”. Para Le Goff (1990, p. 283) além do documento há o monumento, logo,

A memória coletiva e a sua forma científica, a história, aplicam-se a dois tipos de materiais: os documentos e os monumentos. De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores. Estes materiais da memória podem apresentar-se sob duas formas principais: os monumentos, herança do passado, e os documentos, escolha do historiador.

Então, para Le Goff (1990) o monumento é uma herança e tem algo a contar sobre o passado, já o documento só é documento porque o historiador assim o fez. Alberti (2008, p. 184, grifo do autor) destaca que “se concordamos com Le Goff o ‘dever principal do historiador é **a crítica do documento** – qualquer que ele seja – como monumento”. Crítica pode ser considerada com valor pejorativo, mas também pode significar uma avaliação, um juízo de valor, uma apreciação, uma opinião ou uma legitimação. Assim, o historiador precisa legitimar seu documento como um monumento, ou seja, precisa considerar que o documento tenha uma história a contar e seja o resultado do esforço de uma sociedade. Pois, segundo Saliba (2009, p. 318) “Le Goff dizia que o que transforma, afinal, um documento em monumento é a sua utilização pelo poder”, podemos considerar este poder como o das instâncias públicas que decidem o que é monumento ou não, mas também podemos considerar o poder de legitimação do historiador, que ao escolher seus documentos lhes dá um status de monumento.

Pesavento (2014, p. 51) nos auxilia a compreender que a verdade é inatingível, mas que pode estar presente no texto como “um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta”. Apesar desta impossibilidade em alcançar o real, “não significa, de forma alguma, que a história renuncia à realidade e se volta para si mesma, contentando-se em observar os seus passos. Quer dizer, antes, nós o veremos, que a relação com o real mudou” (CERTEAU, 1982, p. 41). A História produz versões dos acontecimentos, que podem variar conforme as fontes escolhidas, conforme a perspectiva teórico-metodológica do historiador e, ainda, conforme a subjetividade do historiador. Saliba (2009, p. 317) destaca que “Febvre¹² acabava com a ilusão da existência do documento isolado, bruto, quase imponderável, relacionando-o à participação ativa, rigorosa e seletiva do historiador, constitutiva do próprio processo de conhecimento do passado”.

Pesavento (2014, p. 55) salienta que, mesmo o discurso histórico não operando pela veracidade, ele cria expectativas no historiador e no leitor, pois o texto “produz um efeito de verdade: é uma narrativa que se propõe como verídica e mesmo se substitui ao passado, tomando o seu lugar”. A História, então, dá consistência ao que narra, fazendo, assim, parte da construção do real. Porém, esta construção não é finalizada quando o texto é terminado, Reis (2011, p. 14) afirma que a História que fazemos hoje “reabre constantemente o passado em vez de reconstituí-lo definitivamente. Ela o retoma, o remaneja, o rediscute, estimulada pelas experiências do presente, que é sempre novo, e exige, para se pensar, a reabertura do passado”. A partir do presente a História é reescrita, reinventada.

Uma nova corrente da pesquisa historiográfica é importante para definir a História que se busca nessa pesquisa: a História Cultural. Segundo Pesavento (2014, p. 16) a História Cultural “assinala, pois, uma reinvenção do passado, reinvenção esta que se constrói na nossa contemporaneidade, em que o conjunto das ciências humanas encontra seus pressupostos em discussão”. Esta nova forma de pensar a pesquisa historiográfica está relacionada, como se supõe pelo seu nome, com a cultura, para Pesavento (2014, p. 42) podemos definir como uma tentativa em “decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas, discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo”. Já afirmava Le Goff (1984, p. 102 *apud* ALBERTI, 2008, p. 183) que o documento é o resultado “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias”, ou seja, como elas se percebiam e se expressavam.

¹² Historiador francês co-fundador da Escola de Annales.

A História tem um compromisso com a verossimilhança, portanto “[...] a narrativa histórica não se sustenta por si só: ela guarda marcas de historicidade - as fontes, os documentos que deram margem à elaboração do texto - que, em tese, permitiriam ao leitor refazer o caminho empreendido pelo historiador” (PESAVENTO, 2014, p. 54). Vários historiadores e pensadores contribuíram para elaborar esta nova corrente da História, entre eles o alemão Norbert Elias, estes

[...] propunham um novo olhar sobre a História; fantasmagorias e representações sociais, sensibilidades e sociabilidades aprendidas em seus códigos e sentidos culturalmente construídos, uma nova compreensão do tempo histórico, tal como era construído pelos historiadores; tais foram, grosso modo, alguns dos insights e ideias dos pensadores alemães que afluem para a mesma abordagem da História Cultural: era preciso pensar o mundo por um novo olhar, resgatando as construções sociais sobre o mundo elaboradas pelos homens em todas as épocas. (PESAVENTO, 2014, p. 101).

Pesavento (2014, p. 51) destaca, ainda, que “estabelece-se, com isso, um dilema nos domínios de Clio: tudo o que foi um dia poderá vir a ser contado de outra forma, cabendo ao historiador elaborar uma versão plausível, verossímil, de como foi”. Assim, ao perceber a importante função do historiador na seleção dos documentos, nas perguntas que elabora para eles e na preferência de uma perspectiva metodológica e não outra, podemos questionar qual é o papel do historiador na pesquisa em História?

Dentre as leituras realizadas para a elaboração deste projeto, o questionamento de Hartog (2017, p. 36-37) se destaca: “Qual o papel do historiador senão o de trazer um pouco mais de inteligibilidade sobre o mundo e um aumento de lucidez aos seus concidadãos?”. Considerando inteligibilidade como sinônimo de clareza, de compreensão, podemos entender o papel do historiador com o objetivo de auxiliar aos sujeitos a compreender o seu entorno, compreender como se deram os acontecimentos, porque tais coisas aconteceram e não outras. Porém, como? Alguns autores nos auxiliam a elaborar um pensamento a respeito.

Para Albuquerque Jr. (2019, p. 31) o trabalho do historiador é comparado ao artesanato, a uma tecelagem, ou, ainda, a uma costura, pois após leituras e mais leituras, o historiador faz “um trabalho artesanal de pesca, de caça ou mesmo de furto, um trabalho de metucioso esquartejamento dos textos em notas e fichamentos, é o historiador em sua solidão que vai costurar todos aqueles, fazê-los aparecer como se fizessem parte de um mesmo tecido”. Pesavento (2014, p. 66) corrobora ao afirmar que a bagagem de leituras e de conhecimento é imprescindível para o historiador, denomina este capital como erudição, pois “se há um capital próprio à formação do historiador é justamente este: ter um volume de conhecimentos

disponíveis para serem aplicados e usados, dando margem a uma maior possibilidade de conexões e inter-relações”.

Há outras comparações para o historiador. Ginzburg (1989), no paradigma indiciário, o compara com um detetive, “pois é responsável pela decifração de um enigma, pela elucidação de um enredo e pela revelação de um segredo” (PESAVENTO, 2014, p. 63), assim, o historiador detetive vê além do que é dito e mostrado, percebe os traços secundários, os detalhes, não à toa o paradigma também é chamado pelo autor de paradigma semiótico. No mesmo texto, Ginzburg (1989) compara o historiador ao crítico de arte, que busca por obras falsas, e na mesma lógica, não se deixa convencer pela primeira impressão, “busca o segundo plano, vai na procura dos detalhes que cercam a cena principal, analisa cada elemento em relação ao conjunto” (PESAVENTO, 2014, p. 64). Uma terceira comparação aparece no texto de Ginzburg (1989), com o médico, já comentado anteriormente, que assim como o historiador trabalha com o concreto (corpo ou documento), e realiza suposições e hipóteses (sobre a doença ou a história).

Outra comparação realizada é entre o historiador e o coveiro. Péguy (1992 *apud* HARTOG, 2017) afirma que o historiador enterra os mortos e se alegra com isso, como se abrisse espaço para os vivos, entretanto, Hartog (2017, p. 56) salienta que “não, o historiador não é um coveiro, mas aquele que zela os mortos, ou mesmo que os evoca”. Assim, para o autor o historiador é quem zela pelas histórias dos mortos e as conta para a contemporaneidade. É válido lembrar que o historiador não realiza esta preservação com fins de juízo de valor, pois compreende que é um indivíduo de outro tempo, vivendo em uma sociedade com outras regras e costumes. Para Reis (2011, p. 20), a historiografia é uma promessa de vida, assim “para a memória elaborada e liberada, os mortos continuam vivos e a historiografia faz a celebração da vida-vivida”. Voltando à comparação de Albuquerque Jr. (2019, p. 30) com o artesão, o autor afirma que “o prostrar, o contar, o narrar é a arte que permite a tecelagem do passado, ela é a arte que permite inventar o passado, que permite dar forma aos tempos, que possibilita o registro do que se passou procurando entender-se como se passou”.

Voltamos ao conceito de “inventar o passado”. Para o historiador, inventar não significa se levar pela imaginação (apesar dela estar também presente), mas se aproxima mais do conceito de construir uma unidade de sentido. Albuquerque Jr. (2019, p. 31) afirma que é o historiador “quem reaquece os fragmentos do passado, quem lhes infunde calor, vida, para que ganhem liga, se soldem, venham a amalgamarem em um todo, em uma unidade de sentido”. Pesavento (2014, p. 50) também corrobora ao afirmar que o historiador é quem mediatiza, ou seja, é quem “realiza uma seleção dos dados disponíveis, que tece relações entre eles, que os

dispõe em uma sequência dada e dá inteligibilidade ao texto”. Assim, o historiador escreve, o historiador produz textos, o historiador fabrica narrativas sobre os acontecimentos do passado, e ao fazer isso o historiador faz história.

A palavra “fazer” aparece aqui próxima ao sentido do verbo grego *poien* que significa forjar, assim segundo Hartog (2017, p. 21), “[...] em um sentido de ‘fazer’ ao mesmo tempo novo e muito antigo: o de forjar, fabricar, criar. Se escrever é fazer, escrevendo o historiador também faz”. Para Pesavento (2014, p. 53) o historiador cria o passado, pois, “a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta do como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão”. Pesavento (2014, p. 50) ainda destaca que

O que o historiador pretende é reconstruir o passado, para satisfazer o pacto de verdade que estabeleceu com o leitor, mas o que constrói pela narrativa é um terceiro tempo, situado nem no passado do acontecido nem no presente da escritura. Esse tempo histórico é uma invenção/ficção do historiador, que, por meio de uma intriga, refigura imaginariamente o passado.

O historiador trabalha com o passado, estando no presente e criando um terceiro tempo, como afirma a autora. Para tanto, o historiador precisa de ferramentas/instrumentos para construir este outro tempo, o tempo da história que ele irá contar, que é sobre o passado, mas situada no presente. O tempo é um elemento importante para a pesquisa em História e os documentos que contam sobre o tempo são vários. Nesta pesquisa foram estabelecidos dois instrumentos de produção de informação principais, os documentos do arquivo histórico e as memórias. No decorrer da pesquisa no campo me deparei com outros documentos que ajudavam a contar a história do atendimento à infância: o arquivo da prefeitura e o acervo de documentos de uma das entrevistadas. Assim, no próximo subcapítulo explano minhas concepções sobre a metodologia destes instrumentos e quais foram os documentos encontrados e tencionados, além das entrevistas realizadas com personagens deste contexto.

5.1 INSTRUMENTOS DE PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES

A pesquisa historiográfica deste trabalho foi realizada com dois tipos de instrumentos de produção de informação. A pesquisa em documentos e a história oral. Para Pesavento (2014, p. 53) “nada é simplesmente colhido do passado pelo historiador”, assim, não foram somente colhidos dados nos documentos. Eles foram questionados, relacionados para assim construir uma pesquisa, não uma verdade, mas uma interpretação. O primeiro momento da pesquisa se

deu nos arquivos, em que documentos como reportagens, fotografias, decretos, ofícios, entre outros, foram escolhidos para serem melhor observados e analisados.

O segundo momento da pesquisa teve como metodologia a História Oral, assim, entrevistei profissionais que atuaram no período pesquisado, na Escola de Educação Infantil Nossa Senhora da Conceição. Os nomes das profissionais entrevistadas surgiram em uma conversa com a atual diretora da instituição e a servente Jussimara, que é a funcionária mais antiga da escola, sendo a primeira a ser entrevistada. A seguir abordo minha compreensão a partir de diversas leituras sobre os instrumentos escolhidos para realizar esta pesquisa e explico sobre os processos que aconteceram nesta pesquisa.

5.1.1 Pesquisa em arquivos e o diário de campo

Fui de manhã para o arquivo, Gustavo¹³ me acompanhou, apelidei ele de meu estagiário. Enquanto ele olhava os jornais de 1982 eu olhava mais uma caixa de documentos da LBA (a caixa 2). Ele encontrou uma notícia sobre creche em Osório, em 1982 foi liberada verba para construção e em 1983 inauguraram a Creche Nossa Senhora da Conceição (Diário de Campo, 02/02/2021).

A pesquisa em documentos encontrados em arquivo histórico demanda tempo e paciência. Farge (2017, p. 59) alerta para a lentidão das mãos e do espírito, “as pilhas não acabam nunca de ser consultadas, umas após as outras; mesmo limitadas em quantidade por sondagens preparadas previamente e calculadas com precisão, eles exigem do leitor muita paciência”. Entretanto, apesar desse esforço, esta lentidão em procurar documentos e ler cada um deles permite ao historiador se envolver com as fontes. Na obra “O Sabor do Arquivo”, Arlete Farge (2017) aborda questões importantes não só dos fazeres do historiador no arquivo, mas também das sensações que permeiam este labor.

Segundo Farge (2017, p. 23), o exercício de copiar os documentos se torna vital para a pesquisa, pois “o arquivo copiado à mão em uma página em branco é um fragmento de tempo capturado; só mais tarde separam-se os temas, formulam-se interpretações. Isso toma muito tempo e às vezes faz mal ao ombro, provocando estiramento no pescoço; mas ajuda a descobrir o sentido”. É preciso descobrir o sentido que os documentos nos trazem, questionar estes documentos, pois,

[...] as fontes, além de não falarem por si mesmas, chegam ao presente arruinadas, fragmentadas, lacunares ou excessiva/estranhamente eloquentes. É o historiador quem vai ao arquivo com suas questões e as desenvolve

¹³ Gustavo é meu namorado, e me ajudou a olhar as diversas caixas de documentos do Arquivo Histórico.

apoiando-se nas fontes. Não há observação da documentação sem problemas e hipóteses. Os documentos só falam para confirmar ou não as hipóteses levantadas pelo sujeito da pesquisa. (REIS, 2011, p. 8).

Desse modo, segundo Bacellar (2011, p. 25) a importância de determinados documentos em detrimento (mas não desvalorização) de outros é estabelecida pelo objeto da pesquisa, “pelo historiador, seus interesses e questionamentos”. Assim, é o problema, a questão central que “vai guiar na seleção dos documentos, na seleção e construção das séries de eventos relevantes para a verificação das hipóteses” (REIS, 2011, p. 13). A questão central deste projeto é **“Como foi se constituindo o atendimento à infância na primeira creche de Osório/RS na década de 1980?”** Logo, as pesquisas no arquivo histórico foram guiadas por este questionamento. Os documentos observados, em sua maioria, se relacionavam com a educação. Mas, também foram observados jornais do período em que o atendimento iniciou. Ressalta-se que este período foi encontrado após pesquisas iniciais nos periódicos.

O primeiro instrumento é a pesquisa em documentos. Foram quatro acervos diferentes pesquisados: o Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho; o Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório; o acervo de Leda Rios; e o acervo da própria instituição, a EMEI Nossa Senhora da Conceição. A pesquisa no Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho foi a primeira aproximação com o campo e começou no verão de 2021. O arquivo, que está localizado no Centro Cultural José do Patrocínio, no município de Osório, foi fundado em 1991 sob o nome de “Arquivo Público Municipal”. Segundo Teixeira, Mauer e Oliveira (2019, p. 55) “a criação do arquivo histórico surgiu da necessidade de um ambiente que pudesse resguardar adequadamente a documentação escrita, fotográfica e sonora relativa ao município”. Já em 1997, com a Lei nº 2.927, o arquivo recebeu o nome que possui atualmente. Antônio Stenzel Filho, seu patrono, foi um autor e historiador do município, que publicou a obra “Vila da Serra” contando sua versão da história de Osório quando ainda era nomeada Conceição do Arroio.

O acervo do arquivo é dividido em três partes: a primeira é composta por documentos oriundos da Prefeitura Municipal, da Junta Militar e do Diário Oficial; a segunda é “composta por arquivos particulares, oriundos de famílias, que consistem em cartas, ofícios, leis, requerimentos, certidões, certificados, títulos eleitorais, registros de dados da Navegação Lacustre e da Estação Férrea” (TEIXEIRA, MAUER, OLIVEIRA, 2019, p. 56); já a terceira parte é subdividida entre mapoteca, fototeca, biblioteca, documentos descritivos e jornais.

Nesta primeira busca foram observados jornais, documentos relacionados à educação e fotografias. Foram encontrados alguns materiais interessantes para realizar um panorama da situação educacional do período pesquisado e chegar até a primeira creche. Ao todo foram 85

documentos catalogados e 52 notícias. Para organizar os achados criei uma catalogação utilizando códigos, o código para os documentos deste acervo é DEA (Documento de Educação e Assistência) e para as notícias dos periódicos é NJA (Notícia de Jornal do Arquivo Histórico). No APÊNDICE B apresento os documentos catalogados e utilizados para esta pesquisa¹⁴.

Para auxiliar neste processo de pesquisa e catalogação iniciei, também, um diário de campo, em que exponho meus achados, minhas impressões e minha ideias sobre a temática. Quando olhei todos os documentos disponíveis relacionados à educação do arquivo histórico, comecei a pesquisa no Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório, que abriga documentos variados oriundos da própria prefeitura. Entrei em contato com um funcionário que conheço e ele separou caixas de documentos sobre educação que datavam da década de 1980 e 1990, “conversei com o Wili já há alguns dias e ele estava à procura de documentos, hoje me enviou fotos de alguns e de três caixas que estão me esperando. Ansiosa para olhar tudo semana que vem!” (Diário de Campo, 01/12/2021). Depois de algumas idas ao arquivo já havia olhado todos os documentos que ele havia separado, ao todo foram 86 documentos bem diversos, com o código DAM (Documentos do Arquivo Municipal).

Os documentos de acervos históricos precisam de extremo cuidado, Bacellar (2011, p. 57) alerta que “o manuseio por si só já é um motivo de preocupação, pois o suor das mãos pode afetar o papel. Além disso, o virar das páginas de modo brusco ou descuidado pode rasgar a folha ou romper as encadernações”. Assim, o pesquisador precisa usar luvas e ter cuidado no manuseio, no caso do Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho, o ambiente de armazenamento do acervo e o de consulta aos documentos é o mesmo, logo, é pouco iluminado e pouco arejado, para não prejudicar o acervo. O desafio se torna ainda maior com o cheiro de mofo, de certa forma, o uso de máscaras obrigatório por conta da pandemia auxiliou neste aspecto.

Antigamente o arquivo tinha luvas à disposição, mas agora tive que trazer as minhas. Pelo menos usando máscara não sinto tanto o cheiro dos papéis. Mas está muito calor, colocamos o ventilador virado para nossas pernas, porque só tem uma janela que pode abrir (Diário de campo, 26/01/2021).

É possível compreender porque a pesquisa arquivística envolve todos os sentidos do pesquisador, além de envolver a visão, envolve o cuidado com o tato, envolve a tentativa em anular o olfato, envolve a audição que não ouve nada, somente o silêncio do ambiente de concentração, e para Farge (2017, p. 37) envolve o paladar, pois “quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um

¹⁴ Não exponho todos os documentos catalogados, pois o montante é de 333 documentos, e alguns não estavam diretamente relacionados à pesquisa.

instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio”. A autora ainda destaca que tem sente este gosto do arquivo sente a necessidade de gestos alterados de exclusão e reintegração dos documentos, ou seja, ora experencia a busca nos arquivos, ora se recolhe em seu descanso, sua escrita e sua degustação. Isto porque “a história não é jamais a repetição do arquivo, mas desinstalação em relação a ele, e inquietação suficiente para interrogar incessantemente sobre o porquê e o como de seu fracasso no manuscrito” (FARGE, 2017, p. 75).

O acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição foi pesquisado após a primeira entrevista que realizei com uma servente da escola que atua na instituição desde sua inauguração. A senhora me mostrou os álbuns de fotografias da escola que datam desde 1983 e cataloguei 20 documentos que mostram principalmente as comemorações realizadas. Bacellar (2011, p. 64) afirma que o “historiador precisa entender as fontes em seus contextos, perceber que algumas impressões demonstram de quem as escreveu”, fugindo do olhar ingênuo e desconfiando das intenções de tais documentos. Não podemos esperar encontrar a verdade no documento, ou ainda, “não se trata de descobrir nele, de uma vez por todas, um tesouro enterrado, oferecido ao mais esperto ou ao mais curioso, mas de tomá-lo como um suporte que permita ao historiador buscar outras formas do saber que faltam ao conhecimento” (FARGE, 2017, p. 58). O historiador colecionador pertence à pesquisa historiográfica tradicional, o historiador pode até afirmar que coleciona informações e conhecimentos, mas o passo mais importante da pesquisa é questioná-las, interpretá-las e percebê-las com outros olhares. Não podemos afirmar que esteja superado o colecionar como forma de fazer historiografia, porém, a contemporaneidade apresenta outras formas.

Mesmo assim, os vestígios materiais que se encontram no arquivo – um jornal, um folheto de propaganda, um grampo enferrujado, uma poeira centenária – despertam um efeito de certeza, para Farge (2017, p. 18) “a palavra dita, o objeto encontrado, o vestígio deixado tornam-se representações do real”. Como se, ao folhear o jornal estivesse folheando o passado e assim folheando o “real”. Entretanto, essa sensação dura pouco e Farge (2017, p. 97) nos adverte: o documento, o texto, o arquivo não são provas definitivas, mas muitas vezes “morro-testemunho incontornável cujo sentido deve ser construído em seguida por questionamentos específicos”. Bacellar (2011, p. 69) corrobora ao destacar que os “documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender a necessidades específicas do momento”, portanto, o pesquisador precisa avaliar suas fontes para perceber se elas têm informações de qualidade para a pesquisa ou não.

O último acervo pesquisado foi o de Leda Rios, uma das entrevistadas. Antes de explanar sobre o acervo é preciso destacar que Leda foi secretária de saúde de Osório, por isso e por outras possíveis razões, catalogou diversos documentos que mostram as ações sociais realizadas no município desde 1986, ano em que se tornou primeira dama, até 1996, ano em que deixou de ser secretária de saúde.

Pelo whatsapp ela já me contou algumas coisas e disse que tem documentos guardados. Mesmo assim me surpreendi com a quantidade de coisas que ela tem arquivada e com a organização dela. Ela trouxe vários álbuns em que estão catalogados recortes de jornais, fotografias e documentos sobre a Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Serviço Social de 1986 a 1996, período em que ela foi a secretária. (Diário de Campo, 13/01/2022).

Os nove álbuns que Leda me emprestou em nosso primeiro encontro contavam com diferentes documentos como fotografias das creches municipais e das ações realizadas pela secretaria, recortes de jornais e ofícios (FIGURA 3).

Figura 3 - Momento de pesquisa nos álbuns de Leda Rios.



Fonte: produzido pela autora (2022).

Não cataloguei todos os documentos encontrados nos álbuns, somente os que eram relacionados às creches, pois havia muito sobre ações dos postos de saúde e outras questões relacionadas à saúde. Foram catalogados 90 documentos utilizando o código DAL (Documentos do Acervo de Leda Rios).

Para auxiliar neste processo de pesquisa e catalogação o diário de campo se mostrou útil. O diário de campo é uma ferramenta que auxilia a “administrar simultaneamente observações, leituras, reflexões e frustrações” (WINKIN, 1998, p. 138). Ele pode ser usado para

anotações rápidas durante observações ou entrevistas, mas pode ser usado também para relatar as horas de pesquisa em arquivos. Segundo Winkin (1998) o diário tem três funções. A primeira delas é a catártica, ou seja, emotiva. O diário precisa ser usado para expressar os sentimentos do pesquisador naquele momento, não só o que observou ou encontrou, mas o que sentiu enquanto o fazia. O autor ainda destaca que “é preciso que o diário seja privado, que só vocês tenham o direito de lê-lo e relê-lo” (WINKIN, 1998, p. 138).

A caixa 3 de documentos foi uma grande surpresa! A melhor caixa encontrada até agora, fiquei muito feliz, aliviada e animada. Vamos aos nomes primeiro: em 1976 Mario Arno Hesse era Diretor de Serviço de Educação e Francisco Luvielmo era Secretário Municipal de Educação. Nesse mesmo ano a prefeitura se comprometeu com a LBA em auxiliar à UPPE, o prefeito ainda era Jorge Dariva¹⁵ (Diário de Campo, 02/02/2021).

A segunda função do diário é empírica, é a própria experiência expressa nos relatos, o que foi observado, encontrado, percebido. Para Winkin (1998, p. 139) “a terceira função do diário é reflexiva e analítica”, pois enquanto escreve, enquanto relata, o pesquisador já pode realizar breves análises ou reflexões, pode perceber padrões ou excentricidades. Assim, nesta pesquisa o diário de campo se compromete tanto com a pesquisa no arquivo histórico, quanto com as entrevistas que serão realizadas. O diário referente à pesquisa com os documentos já está em andamento, visto que a pesquisa no arquivo já iniciou, e apresenta as sensações que o ambiente desperta e as pequenas descobertas e reflexões realizadas. A segunda etapa da pesquisa também contou com o auxílio do para anotações e reflexões durante as entrevistas, a partir da metodologia da História Oral, abordada no próximo subcapítulo.

5.1.2 História Oral

Segundo Alberti (2008) o documento escrito, a partir da Escola de Annales, deixou de ser o único resto do passado plausível de análise, assim, além de diversas outras fontes, a memória passou a se destacar. Grazziotin e Almeida (2012, p. 35-36) alertam que a memória e a História Oral podem se confundir, porém “a memória constitui-se em documento, e a História Oral é a metodologia aplicada de operacionalizar o diálogo entre teoria e dados empíricos, promovendo outras perspectivas de conhecimento do passado”. Esta metodologia de pesquisa surgiu após a invenção do gravador de fita, no século XX.

¹⁵ Jorge Dariva foi prefeito do município de Osório entre 1975 e 1982, quando faleceu de um infarto ainda em exercício. Considerado um político de impacto na região diversas homenagens foram prestadas no litoral norte como nomes de ruas e escolas.

Apesar de por muito tempo ser negligenciado, a partir da década de 1980 “o relato pessoal deixou de ser visto como exclusivo de seu autor, tornando-se capaz de transmitir uma experiência coletiva, uma visão de mundo tornada possível em determinada configuração história e social” (ALBERTI, 2008, p. 163). A autora destaca, ainda, que principalmente a partir da década de 1990 a História Oral e a academia se reconciliaram, e isto “se deve sobretudo ao fim da polarização maniqueísta entre ‘vencedores’ e ‘vencidos’, ‘nacional’ e ‘local’, ‘escrito’ e ‘oral’, ‘erudito’ e ‘popular’, e assim por diante” (ALBERTI, 2008, p. 164). Até este período a História Oral buscava “dar voz” aos grupos excluídos, promovendo ainda mais esta polarização.

Para Sarlo (2007) o passado se refere a duas categorias que competem uma com a outra: a memória e a história. Para a autora uma categoria desconfia da outra, “porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança” (SARLO, 2007, p. 9). A principal desconfiança da história para com a memória é porque esta evoca o passado, mas pertence ao presente, a subjetividade de quem lembra é do presente. Apesar de existir esta desconfiança sobre a veracidade dos testemunhos, que nem sempre apresentam provas para se comprovar, a memória é um direito. Segundo Hartog (2017, p. 41) ela é também um dever e até mesmo uma arma, pois “fazendo cair a barreira que separa o presente do passado, a memória constrói uma ponte entre o mundo dos vivos e esse além ao qual retorna tudo o que saiu da luz do sol”, ou seja, entre o mundo do presente e o mundo do passado.

Alberti (2008, p. 165) questiona: “Quais são as possibilidades de pesquisa abertas pela História oral? Que problemas ela pode ajudar a solucionar?”. A própria autora busca responder, afirmando que a História Oral nos permite o estudo de como os grupos efetuaram e elaboraram suas experiências e permite, ainda, questionar as interpretações generalizantes que encontramos sobre determinados acontecimentos. Grazziotin e Almeida (2012, p. 29) corroboram ao afirmar que “ao trabalhar com memórias, encontramos um conjunto de traços e recordações em que foi possível perceber formas de pensar, causas, ocasiões ou fatos que, de alguma maneira, permitiram construir um sentido e uma organização para as Histórias que escolhemos contar”.

Como as autoras afirmam: são as histórias que escolhemos contar. Nos questionamos neste ponto, vale a pena qualquer história? Contar a história de um indivíduo (ou de um grupo) pode representar a sociedade? Para Alberti (2008, p. 170) a memória, o discurso, o testemunho de um indivíduo mostram o que “é estrutural e estatisticamente próprio ao grupo e ilustram formas típicas de comportamento” (ALBERTI, 2008, p. 170). Grazziotin e Almeida (2012, p. 13-14) também realizam este questionamento: “Seriam significativas as narrativas de pessoas simples, quase anônimas em suas ações, tão parecidas com as histórias de tantas outras

peessoas?”. As autoras se valem do pensamento de Bachelard (1974 *apud* GRAZZIOTIN, ALMEIDA, 2012, p. 14) e destacam que

Não existem ideias simples, não há histórias ‘pequenas’, porque, para serem compreendidas, precisam estar em um sistema complexo de pensamentos e experiências. Então, as pesquisas operaram com micro-histórias associadas às práticas de memórias, buscando fazer emergir a diversidade, o idiossincrático. Depende do pesquisador a possibilidade de fazer com que a documentação selecionada ‘faça dizer’, sem estabelecer escalas entre histórias consideradas grandes ou pequenas. Também, não há que se compreender, isto sim, a complexidade do trabalho com memórias, sua relatividade e subjetividade, tanto quanto sua capacidade de constituir-se como documentação histórica.

A História Oral pode trabalhar simultaneamente com outras fontes, porém é preciso observar que “a memória oral não é coadjuvante para preencher lacunas que outros documentos não deram conta” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 26). A entrevista também não serve “para uma espécie de ‘checagem’ das informações ou para tentar encontrar elementos que se constituam em uma ‘contraprova’ no sentido de confrontar, confirmar ou contestar os depoimentos e/ou documentos escritos já obtidos” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 41). Assim, quando a pesquisa é composta por mais documentos, para Grazziotin e Almeida (2012, p. 33) “é importante tratar o documento escrito, iconográfico e oral de forma interligada e problematizada no contexto em que aparece”, ou seja, os documentos pertencem ao mesmo período e podem se complementar, com cuidado para não privilegiar alguns em detrimento de outros.

Um dos maiores cuidados que o pesquisador deve ter quando trabalha com a História Oral é não interpretar o que está sendo dito na entrevista como a verdade, sem questioná-la. Esta é uma atitude ingênua, e para Grazziotin e Almeida (2012, p. 28) “permanece, portanto, o desafio de trabalhar com a memória sem a pretensão da verdade e com a clareza de que ela não é a história, mas que nutre a pesquisa, produzindo uma História”. Assim, a partir de entrevistas e pesquisas em outros documentos a critério do historiador, a História vai sendo construída com os questionamentos que são realizados para as fontes. Grazziotin e Almeida (2012, p. 32) destacam que

Uma atividade de pesquisa que acredita apenas no recolhimento de uma documentação confia equivocadamente que esta coleta conduza a um ‘encontro com a verdade’. Pelo contrário, entende-se que quem pesquisa produz, cria e dá vida à documentação, em um processo interativo com os indícios e os sujeitos de sua investigação.

Para Alberti (2008, p. 184), quando pensamos em entrevistas na História Oral, o pesquisador “deve ser capaz de ‘desmontá-las’, analisar as condições de sua produção, para utilizá-las com pleno conhecimento de causa”. Dessa forma, o discurso não nos dá uma verdade,

mas é questionado, relacionado, desmontado, para então trazer possíveis respostas. Zago (2003) ainda nos ratifica que a entrevista não é neutra, pois o entrevistado/informante tem uma subjetividade, ocupa um lugar de sujeito, e a partir deste lugar conduz suas lembranças e elabora seu discurso. Portanto, o pesquisador deve estar atento às falas, às expressões e aos silêncios do entrevistado. Para Grazziotin e Almeida (2012, p. 39), outras atenções metodológicas precisam estar em pauta, “como: a importância de se estar atento aos mínimos detalhes durante as entrevistas e de não abrir mão de registros escritos que enriquecem as análises”. Aqui encontramos novamente o diário de campo como uma ferramenta fundamental para registros espontâneos e apontamentos posteriores rápidos e importantes.

Ao entrevistar diversos sujeitos pertencentes a um mesmo grupo, ou que fizeram parte de um mesmo acontecimento trabalhamos com memória coletiva. Para Grazziotin e Almeida (2012, p. 25), com a memória de um grupo o tempo “se desloca, se move, instaurando certas permanências, que, por sua vez, possibilitam a construção de uma História”. Para tanto, a narrativa da História Oral é percebida como uma possibilidade de reter o tempo. Entretanto, para capturar estes fragmentos do passado é preciso usar de ferramentas que auxiliem ao historiador, como o diário de campo e o gravador de voz.

A gravação das entrevistas também proporciona uma maior capacidade de escuta, disponibilidade para propor novas questões, retomar possíveis pontos obscuros, sem falar que ela promove uma organização mais coerente e completa das ideias suscitadas. O pensamento não é algo que se possa disciplinar, ao contrário, é indócil, viaja no tempo e no espaço em uma velocidade acelerada. Então, quem fala não controla todo o fluxo de sua fala. E o uso do gravador torna-se um facilitador, permitindo uma observação mais apurada daquilo que envolve os encontros. Então, se por um lado, o gravador pode constituir-se em um inibidor, por outro, produz mais benefícios do que problemas. (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 40).

Além desta gravação, a transcrição posterior realizada pelo próprio pesquisador, torna possível lembrar aspectos marcantes do encontro, relacionar as falas com as anotações no diário de campo e, ainda, realizar novas anotações e rápidas reflexões. Da mesma forma como a transcrição dos documentos no arquivo, a transcrição das entrevistas permite ao historiador um momento catártico e reflexivo. Assim, a História Oral também exige do historiador além do conhecimento sobre a metodologia, a sensibilidade, “soma-se a isso, a cumplicidade, escuta sensível e respeito à fala do outro” (GRAZZIOTIN; ALMEIDA, 2012, p. 36). Ao abordar o respeito à fala do outro, destaco que o APÊNDICE F - Termo de Consentimento livre e esclarecido, apresenta um modelo de termo que foi utilizado para preservar os entrevistados. Do pesquisador em História são exigidas diversas habilidades e sensibilidades, resumindo um *ethos* que se compara ao investigador que segue pistas, ao crítico de arte que procura falhas, ao

coveiro que evoca os mortos, ao médico que procura sinais e ao artesão que por meio das costuras constrói o passado.

Nesta pesquisa foram entrevistadas quatro funcionárias da creche e a então Secretária de Saúde, Meio Ambiente e Serviço Social. As entrevistas ocorreram de forma presencial, exceto uma que estava em seu sítio, portanto a entrevista foi realizada pela plataforma Google Meet. As entrevistas foram gravadas e transcritas, esse processo foi importante para perceber as entonações, repetições e assuntos que se repetiram. Elaborei três roteiros de entrevista, um para as duas professoras (APÊNDICE C) e um para as duas serventes (APÊNDICE D), e um roteiro para a entrevista com a secretária (APÊNDICE E), todos partiram de um roteiro geral, em que esbocei os assuntos que gostaria de abordar. Apresento a seguir as entrevistadas: Jussimara, Maria, Catiana, Estela e Leda¹⁶. Torna-se importante para uma pesquisa historiográfica conhecer o contexto das informações construídas, pois, as memórias são individuais e a história de vida dos donos das memórias podem contribuir para entendê-las. Todas as informações que exponho sobre as entrevistadas foram contadas a mim por elas nas entrevistas.

Jussimara, também conhecida como Mana, é servente da instituição desde a sua inauguração, em 1983, começou a trabalhar com 17 anos cobrindo o período de férias das outras serventes e auxiliares de cozinha, com 22 anos ela assumiu um concurso e continua na instituição desde então. Na minha primeira visita à escola a diretora logo a chamou, pois ela é a funcionária mais antiga da escola, e assim, vários nomes foram comentados, inclusive das outras quatro entrevistadas. Apesar da entrevista não ter sido como imaginei, foi importante para o começo e para entender a dinâmica da situação.

A entrevista foi mais rápida do que eu imaginava, pensei que iria durar em torno de 30 minutos ou mais e durou só 15! Mesmo eu fazendo esforço pra que ela falasse mais coisas. Não sei se foi o meu roteiro que era muito formal, se foi a minha postura muito formal, se minhas perguntas foram evasivas, se o gravador a assustou ou se ela se sentiu desconfortável em falar da própria vida e da escola em que ela ainda trabalha. Precisei fazer perguntas adicionais depois das falas dela, para instigar que falasse mais sobre os assuntos que surgiam. (Diário de Campo, 02/12/2021).

Maria é uma senhora simpática que gosta de conversar e me contou várias vezes as mesmas histórias marcantes para ela. Ela começou como faxineira na prefeitura e quando a creche inaugurou: “abriu comigo limpando o chão. Depois é que foi chegando as crianças e eu fui pra cozinha cozinhar” (MARIA, 2022). A senhora analfabeta fez o concurso para

¹⁶ Todas entrevistadas assinaram termo de autorização para citar seus nomes, visto que suas identidades contribuem para a pesquisa.

merendeira de forma oral e se aposentou após 25 anos atuando em escolas. A entrevista com Maria foi importante para entender mais sobre o cotidiano da creche no seu começo, assim como a de Jussimara, que apesar de não serem professoras ou atendentes estavam em relação direta com as crianças, atuando também como auxiliares em diversos momentos.

A entrevistada Estela é uma professora que começou a atuar em 1987 e tinha uma turma de Jardim, quando inaugurou a creche ela cursava Magistério e foi participar do evento de inauguração. O seu início na educação em Osório está relacionado à outra entrevistada: “Então eu estava grávida, na verdade eu estava em licença gestante. E aí a doutora Leda me disse né? Então depois que terminar tua licença gestante tu me procura e eu vou conseguir pra ti um contrato. E realmente me aconteceu né?” (ESTELA, 2022). Após alguns anos de contrato Estela assumiu o concurso, depois começou a trabalhar com Ensino Fundamental, atuou como psicopedagoga e também como diretora, se aposentando em 2019. Estela tem uma atuação importante no município com palestras e projetos sobre questões de negritude

Catiana também é professora e começou a atuar em 1992, no estágio do curso de Magistério, quando recebeu um contrato emergencial em uma escola interior do município, Catiana (2022) conta que “era a única pessoa na escola, eu era a estagiária, eu era a titular, eu era tudo. Então meu estágio foi dessa forma, não tinha uma outra pessoa na escola, era só eu que trabalhava”. Em 1999, já concursada, ela foi convidada a trabalhar com a Educação Infantil, ingressando na creche com uma turma de Maternal II. A entrevistada destaca que ingressou no período de transição de creche para escola, mas que mesmo assim só havia professores no Jardim e no Maternal II, depois foi a primeira diretora eleita de forma democrática na instituição. Catiana trabalhou na creche, na época já escola, até 2008, quando passou a atuar na Secretaria de Educação como Supervisora da Educação Infantil.

O nome de Leda Rios foi comentado pelas outras entrevistadas, que destacaram a contribuição da pediatra para o atendimento à infância no município de Osório. Leda era esposa de Ciro Simoni, que foi eleito vice-prefeito em 1986, assim, como primeira dama passou a atuar em projetos sociais. Em 1989 fundaram a Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Serviço Social, da qual Leda foi secretária até 1996, no fim do mandato. Leda chegou a concorrer nas eleições daquele ano, mas não ganhou. Tivemos dois encontros, no primeiro conversamos informalmente sobre a primeira creche e ela me emprestou seus álbuns com os documentos que guardara durante os anos de governo, no segundo realizamos a entrevista. No início da entrevista Leda me contou sobre sua infância em Rio Grande, onde nasceu:

Então eu tive uma infância muito feliz, tive uma infância de muitos subsídios pra eu ter uma vida que eu pudesse sentir uma vida boa, uma vida completa.

Do ponto de vista intelectual, do ponto de vista afetivo. E o que é uma coisa nata em mim: a paixão pelas crianças. A necessidade de cuidar muito bem delas. Eu sou extremamente afetuosa e exigente com relação aos cuidados dedicados às crianças. Uma das palavras que me caracteriza é ser radical nisso aí, não tem meio termo pra mim. Não consigo ser conivente a nenhum tipo de agravo, maus tratos, seja do ponto de vista psicológico, seja do ponto de vista físico em crianças de qualquer idade, adolescentes, qualquer pessoa, qualquer ser humano. Mas a minha dedicação foi sempre aos bebês, bebês recém nascidos, durante a gestação acompanhar as mães. Então a minha dedicação durante a faculdade toda já estava definido que eu iria fazer materno infantil e é o que eu faço até hoje. Como eu te disse fiz plantão ontem e nasceram oito. Eu vesti os bebês, eu dei pras mães, ensinei as mães a amamentarem. (LEDA, 2022).

Leda estudou medicina na UFRGS na década de 1970, tem 45 anos de profissão, e atuou como pediatra em Porto Alegre por alguns anos, até vir para Osório em 1980. Ainda atua como pediatra no hospital do município de Osório. As entrevistas se tornaram uma importante ferramenta de produção de informação, visto que auxiliaram a conhecer algumas práticas recorrentes na creche, bem como o cenário em que ela estava inserida. A seguir realizo uma análise relacionando as entrevistas, os documentos dos acervos e autores que ajudam a compreender o processo do atendimento à infância na primeira creche do município de Osório.

6 O ATENDIMENTO À INFÂNCIA NA PRIMEIRA CRECHE DE OSÓRIO

O capítulo de análises desta dissertação busca compreender como se deu o início do atendimento à infância no município de Osório, por meio da primeira creche, que atendia crianças a partir dos 2 meses de idade. Para tanto está dividido em duas grandes categorias de análise: os Processos educacionais e a Articulação com a sociedade e o mundo político. Assim, observando o cotidiano da creche e o exterior a ela, busco entender a rede de interdependências a partir das figurações e o processo civilizatório produzido pelo trabalho da instituição.

6.1 PROCESSOS EDUCACIONAIS

A primeira categoria de análise denominada Processos Educativos apresenta três subcategorias que abordam estes processos no âmbito do cotidiano da creche, por meio das prioridades deste atendimento; no âmbito da realidade socioeconômica das crianças e suas famílias atendidas pela instituição; e ainda, no âmbito dos profissionais responsáveis por este atendimento. Apesar da creche ser um espaço inicialmente dedicado ao cuidado das crianças, sem um caráter educativo definido, esta categoria busca apresentar como o processo educativo estava presente na instituição mesmo sem o entendimento dos profissionais sobre este caráter.

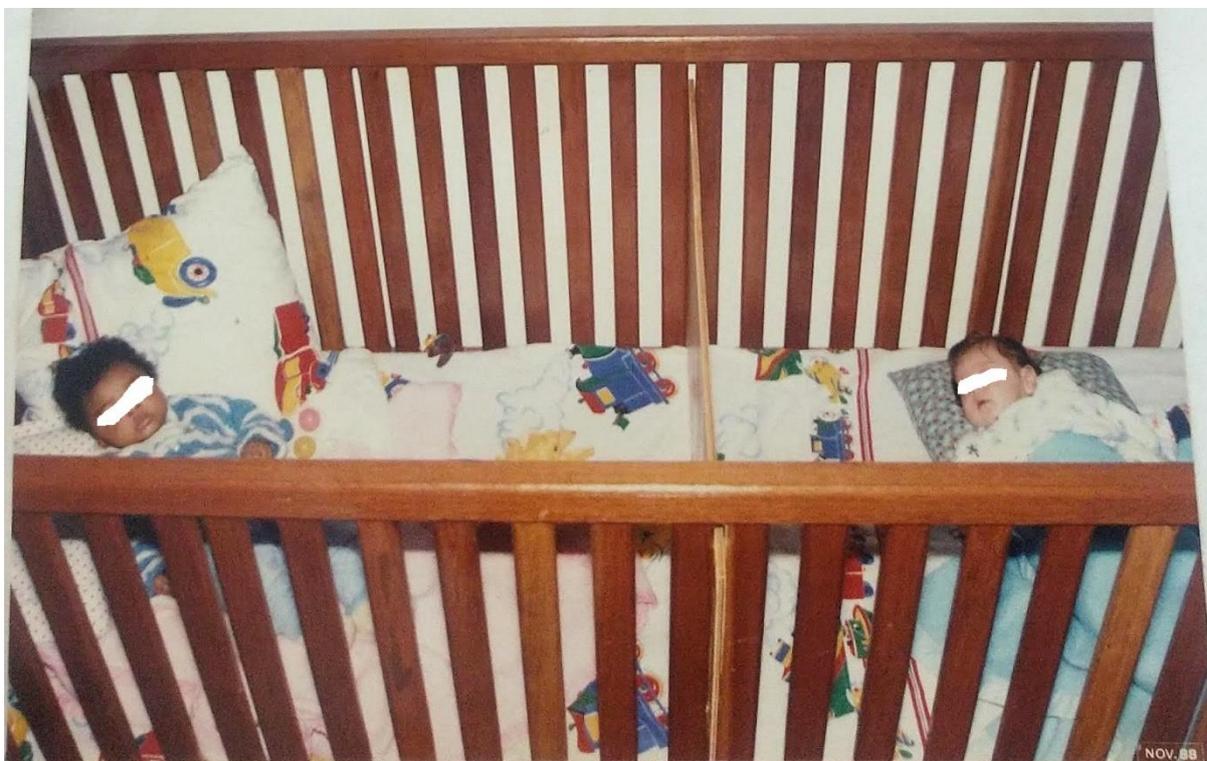
6.1.1 Saúde, higiene e alimentação das crianças como prioridade do atendimento

A menina foi acordada cedo pela mãe, por volta das 6h da manhã. Sem café da manhã, sem enrolação, porque não havia o que fazer em casa. A pé, às vezes de bicicleta, a mãe levava a menina até à creche. Creche Nossa Senhora da Conceição, nome comprido, lugar quentinho. A mãe deixava a menina por volta das 6h30min e ia pegar seu ônibus até a Beira Rio, fábrica de calçados em que trabalhava, o dia de trabalho seria longo. Mas na creche, a criança era bem recebida pela atendente, que logo a levava para tomar um banho quentinho e vestir uma roupa limpa e cheirosa com um avental igual aos dos colegas. Aquela roupinha que vinha de casa ia pra lavar. Mas o banho demorava um pouco, porque tinha seres indesejáveis nos cabelos curtos da menina. Depois do banho, da eliminação do máximo de piolhos possíveis e da roupa limpa, era hora de tomar um café da manhã. Leite, pão, frutas, tudo que havia de mais gostoso e saboroso para se comer na infância, e por toda vida talvez, se tivesse em casa sua mãe também iria se deliciar.

A manhã era longa, a sala era pequena, os brinquedos não lhe interessavam muito, já os tinha visto todos os dias. Lá fora a chuva impedia de ir ao pátio, de brincar na grama com as

folhas das árvores. Entre meio às trocas de fraldas, aos choros dos colegas e aos brinquedos gastos, a menina esperava o tempo passar. Até que chegava o momento do almoço com a comida quentinha e cheirosa da Dona Maria. Na volta, quando passava em frente às salas dos grandes, a menina espiava as brincadeiras que eles faziam, as atividades espalhadas pelas mesas, e sonhava com o dia que teria uma professora para lhe ensinar as músicas, as letras e os números¹⁷. De volta à sua pequena sala era hora de deitar no berço, os lençóis e as fronhas eram lindos, costurados com capricho, mas alguns colegas choravam, era difícil dormir em meio à bagunça de sons (FIGURA 4)¹⁸. Mas, quando chegava a Dona Maria com o radinho de pilha e uma música gostosa, ficava mais fácil relaxar e descansar.

Figura 4 - DAL034 - Berçário na Creche Criança Feliz



Fonte: Acervo de Leda Rios.

A tarde era ainda mais longa do que a manhã, afinal a mamãe só chegaria às 18 horas, se não se atrasasse. Assim, as atividades da manhã se repetiam outra vez, exceto naqueles dias em que vinha uma moça diferente para brincar, e ela tinha brinquedos diferentes, tinha rolinhos de espuma e conhecia músicas novas. Diziam que antigamente essa moça nunca vinha, e que

¹⁷ O sonho da menina condiz com a realidade do atendimento à infância no período estudado, em que a pré-escola era guiada por uma pedagogia diretiva, diferenciando-se da creche em que não havia o caráter pedagógico evidente, mas sim o assistencial.

¹⁸ Foram utilizadas fotografias de outras creches para ajudar a ilustrar o cotidiano, visto que a entrevistada Leda afirmou que as creches municipais eram padronizadas.

também ninguém cuidava quando alguém ficava doente. Chegavam as 18 horas e a menina ia para casa com a mãe. Faça chuva ou faça sol, a menina ia pra creche com a mãe, porque essa era a melhor opção.

Essa pequena história busca apresentar como poderia ser o cotidiano de uma menina na creche, por volta do final da década de 1980. Uma menina provavelmente do berçário ou do maternal que frequentava a Creche Nossa Senhora da Conceição. Este relato fictício foi escrito com base nas entrevistas realizadas¹⁹ e nos documentos analisados, há detalhes interessantes que foram relatados e outros que foram esquecidos ao longo dos anos. É possível perceber em diversas falas que o foco do atendimento da creche, nas décadas de 1980 e 1990, era em saúde, higiene e alimentação. Esses três elementos formavam os pilares do cotidiano das crianças, principalmente das menores de 4 anos.

A entrevistada Leda (2022) resume essa preocupação do atendimento em uma frase: “A gente conseguia, com as creches, cuidar das crianças de maneira que elas não ficassem doentes, que ficassem graves que precisassem de hospitalização”. O índice de mortalidade infantil, conforme relatado pela mesma entrevistada, foi o motivador para que o atendimento das creches em Osório fosse exemplar. O cuidado iniciava na chegada das crianças.

Eu pegava eles cheio de sarna, piolho levava pra debaixo do chuveiro, dava um banho, deixava bem cheirosinho, vestia uma roupa limpa, pegava aquela deles suja botava na máquina pra lavar, lavava, secava e eles iam embora com a roupinha limpa. No outro dia eles vinham com aquela roupa, aí já tava suja, tirava, botava a da creche, lavava a deles de novo. (MARIA, 2022)

Esse cuidado desempenhado por Maria, que na época era servente da instituição, demonstra o envolvimento dos funcionários em cuidar das crianças para que a permanência na creche fosse o mais higiênica possível. Jussimara (2021), a outra servente entrevistada, também explica que ao chegar na creche as crianças tomavam banho e suas roupas eram lavadas, durante a permanência na instituição utilizavam outra roupa que também era lavada no final do dia quando colocavam a sua roupa para voltar para casa, por cima da roupa usavam um avental como uniforme (FIGURA 5). Segundo Jussimara (2021) esse processo ocorria “porque naquela época, como as crianças eram muito humildes, daí vinha muita criança suja”.

¹⁹ As entrevistas realizadas narram o cotidiano escolar como positivo.

Figura 5 - DSN005 - Crianças no refeitório usando aventais



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

Alguns documentos analisados exemplificam as práticas realizadas na instituição que contribuíam para a manutenção e prevenção da saúde das crianças. Como listas com o número de crianças tratadas para Pediculose e para Verminose, relatórios sobre a aplicação de vacinas BCG e contra sarampo aplicadas nas creches, lista de materiais médicos recebidos pela escola e a antropometria realizada, com medições e pesagem das crianças (FIGURA 6).

Figura 6 - DAL036 - Antropometria nas creches municipais



Fonte: Acervo de Leda Rios.

Carvalho (2006, p. 118) destaca que a preocupação com a educação para a infância foi fortemente permeada pelo higienismo, os médicos e psicólogos “descreviam o que se considerava como sendo um desenvolvimento infantil normal e classificavam as condutas das crianças e de suas famílias como normais ou patológicas”. Para tanto, em uma instituição de atendimento à infância se tornava importante ter profissionais capacitados para verificar periodicamente a saúde das crianças. Os médicos e psicólogos buscavam por um desenvolvimento infantil ideal e para essa busca eram necessários novos personagens relacionados às instituições de atendimento à infância.

Ao ser questionada sobre o que modificou na Creche Nossa Senhora da Conceição depois de assumir a Secretaria de Educação, Leda (2022) destacou que:

Então, em cada escola nós colocamos uma técnica de enfermagem pra fazer a saúde do escolar, que basicamente era remédio de vermes e o sulfato ferroso pras crianças anêmicas, que tinham muitas. E a gente fazia o atendimento odontológico e o preventivo da puericultura, que é pesar e medir as crianças todos os meses, ou pelo menos uma vez por semestre as crianças maiores, pra gente ver se estavam crescendo, colocar na curva de crescimento pra gente

acompanhar. A gente tinha uma quantidade imensa de crianças desnutridas, de crianças, como eu te disse, que já não tinham os dentes permanentes em seguida que tinham trocado com 7, 8, 10 anos. E a gente tinha muitas famílias que dependiam da alimentação da creche e da escola pras crianças. Então, a gente tinha merenda, quem ficava o dia todo tinha 5 refeições e já ia de banho tomado pra voltar no outro dia e foi assim que a gente diminuiu a mortalidade infantil. As creches recebiam crianças a partir de 6 meses, mas depois nós vimos a necessidade de botar as crianças a partir de 2 meses, porque elas já chegavam a partir de 60 dias muito desnutridas e muito doentes.

Demais trechos da entrevista demonstram a preocupação com a alta taxa de mortalidade infantil e como os esforços da creche eram percebidos como uma forma de prevenção para a hospitalização. Segundo a entrevistada Leda (2022), a taxa de mortalidade diminuiu após a criação e o funcionamento das demais creches no município a partir de 1986. Uma listagem dos móveis e utensílios existentes na creche foi encontrada no Arquivo Municipal, e apesar de não estar datada, cita o gabinete médico em que havia um painel e um armário, provavelmente para armazenar a medicação recebida da prefeitura. A entrevistada Catiana (2022), diretora da instituição já na década de 2000, também cita em sua fala a sala reservada ao atendimento médico e ambulatorial que possuía na instituição, “como não tinha mais uso a gente desmanchou e fez outro espaço, mas tinha até uma sala, tipo um consultório, onde tinha atendimento médico. O médico ia atender as crianças lá ou as mães, era como um consultório médico”.

Nesse excerto percebi que a preocupação das creches não era só com as crianças, mas também direcionada às mães, que precisavam aprender a cuidar de seus filhos para que eles não adoecessem. Pois, no período que estavam na creche estava sendo bem cuidados, mas o período em casa poderia modificar essa realidade. As relações entre crianças, mães e profissionais da creche aqui começavam a ser repensadas, e a uma nova figuração era estabelecida. Para Elias (2011, p. 38):

A modificação das figurações humanas liga-se estreitamente à possibilidade de transmitir as experiências de determinadas gerações, como um saber social adquirido. Essa acumulação social contínua do saber contribui para a modificação da convivência humana e para que se alterem as figurações formadas pelos homens. Mas a continuidade da acumulação de saber e de sua transmissão pode ser rompida. O aumento do saber não leva a nenhuma modificação genética do gênero humano. Experiências adquiridas socialmente podem ser perdidas.

Assim, a creche com seu trabalho procurava, além de cuidar das crianças, ensinar às mães como cuidar de seus filhos. Esse trabalho já era exercido no município na década de 1960 com a Sociedade Osoriense de Assistência à Maternidade e à Infância (SOAMI), que em parceria com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), atendia à população carente, mais

especificamente, às mães carentes, e difundia estudos sobre higiene e puericultura. Para Batista e Schmidt (2022, p. 76) as mães eram

[...] consideradas ignorantes nas questões de higiene física e moral dos seus filhos, o que era considerado problema número um da nacionalidade. A criança robusta, saudável e regenerada era depositária da esperança no progresso, como promessa do futuro. Recorria-se à medicina social como futura e infalível solução para os problemas da infância, a serem corrigidos pela educação higiênica.

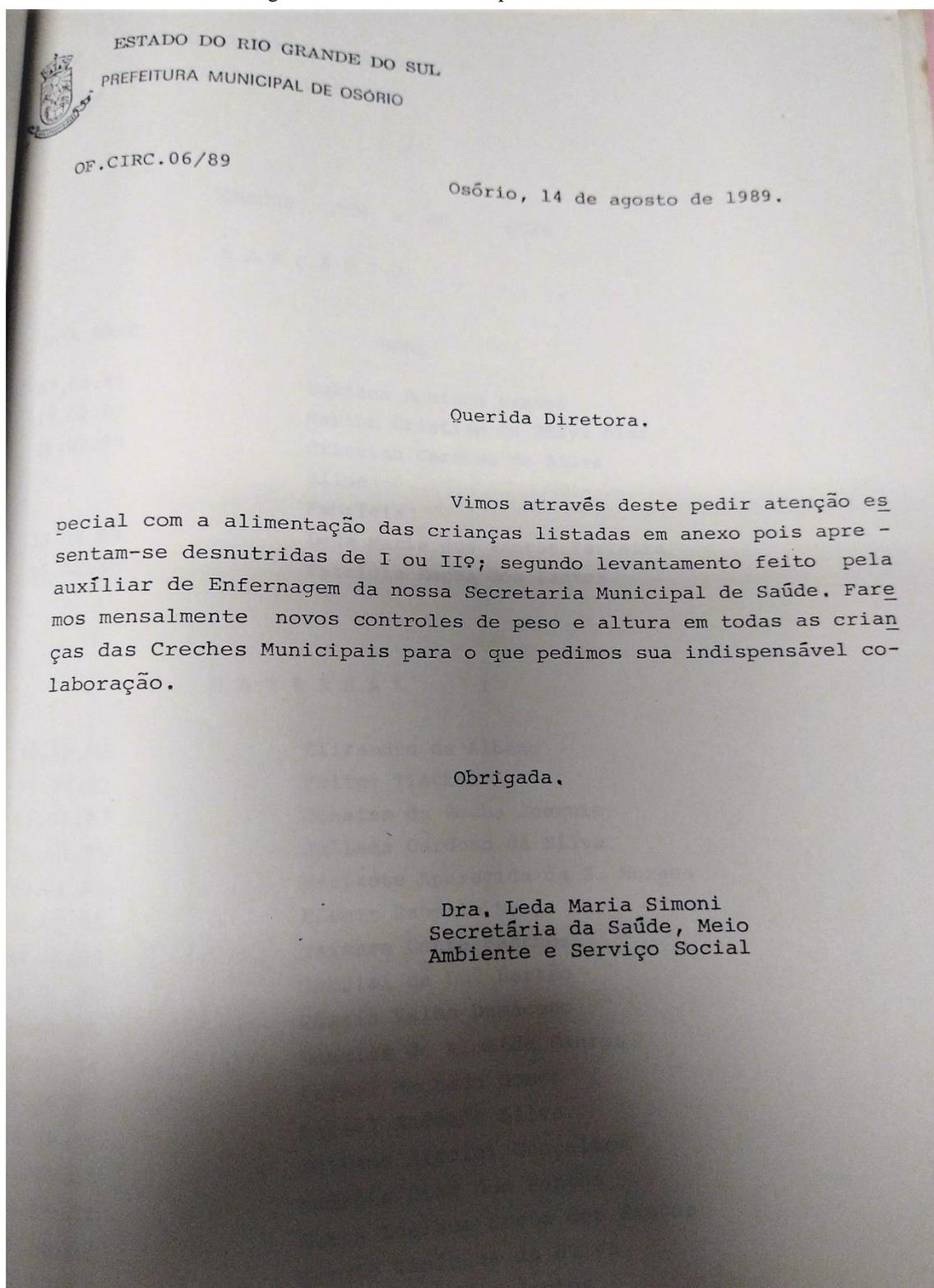
Este trabalho de ensinar às mães foi perdido após um tempo, provavelmente por estes conhecimentos estarem mais presentes na vida das famílias e serem passados de geração em geração, formando uma nova forma de pensar sobre os cuidados com os bebês no âmbito familiar. O que não significa que não ocorram tentativas de ensinar ou repassar outros conhecimentos para as famílias nas escolas atualmente. Mas, no período estudado, o cuidado correto relacionado à higiene, saúde e alimentação representava o desejo de ideal, assim havia um processo pedagógico com as famílias feito pela medicina, com uma concepção higienista, através da creche.

Para Elias (2006, p. 24) “[...] dentre os principais critérios para um processo de civilização estão as transformações do *habitus* social dos seres humanos na direção de um modelo de autocontrole mais bem proporcionado, universal e estável”, ou seja, a mudança nos cuidados despendidos pela família para com as crianças representa um processo civilizador, visto que foi sendo gradativamente compreendido pelas famílias. Assim, o cuidado que era exercido pela creche, era reconhecido pela população como importante para as crianças e difundido entre as famílias. Pois, uma sociedade higienista legitima os cuidados da creche com saúde, higiene e alimentação. Camara (2013, p. 83) destaca que a escola tem a função de modelar a “consciência higiênica”, auxiliando neste processo civilizatório. No caso desta creche, além de exercer o cuidado, havia ainda a intenção de ensinar a população, mais especificamente as mães, a cuidar.

Para completar o trio de prioridades da creche havia a preocupação com a alimentação das crianças, visto que, como destaca a entrevistada Leda (2022), algumas crianças dependiam somente da alimentação escolar. Catiana (2022) afirma que a prioridade da instituição era “atender às questões de nutrição, então as crianças eram medidas, eram pesadas para ver se estavam desenvolvendo direitinho, de saúde, de higiene, havia orientação pras mães de como cuidar das crianças”. Esse trecho reforça a nova figuração entre crianças, mães e profissionais da creche, destacando o papel da creche neste contexto como mediadora das relações.

No Arquivo Municipal foi encontrada uma carta (FIGURA 7), datada de 14 de agosto de 1989, endereçada à diretora da instituição, assinada pela própria Leda, enquanto secretária de Saúde, Serviço Social e Meio Ambiente, solicitando que a instituição se atentasse à alimentação das crianças listadas, que estariam desnutridas conforme o levantamento da auxiliar de enfermagem, e avisa, ainda, que seria feito um acompanhamento mensal. A lista apresenta 52 crianças, com suas datas de nascimento, e divididas pelas turmas.

Figura 7 - DAM023 - Carta para diretora da creche



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório.

A preocupação com a alimentação das crianças ocorria, porque o trabalho da creche se tornava ainda mais importante nos casos de pobreza, em que o alimento faltasse, pois segundo a entrevistada Leda (2022) “o cérebro se desenvolve 80% até os três anos. Se a criança se

desnutrir nesse período de 3 anos é muito pouco que nós vamos resgatar depois dos três anos. Então não adianta ou de pouco adianta a gente se preocupar com dar merenda escolar aos cinco, seis, sete, oito anos”. Assim, a realidade das famílias atendidas pela creche contribuía de forma direta para o atendimento ser como era, e justificava o foco em questões de higiene, alimentação e preservação da saúde. Buscava-se não só uma criança com a saúde ideal, mas também um cuidado familiar ideal e assim como a corte francesa do rei Luis XIV buscava o *homme civilisé*, o homem que “representava o verdadeiro ideal da sociedade de corte” (ELIAS, 2011, p. 52), aqui se buscava a criança ideal que dependia do cuidado ideal.

6.1.2 Realidades familiares das crianças atendidas pela creche

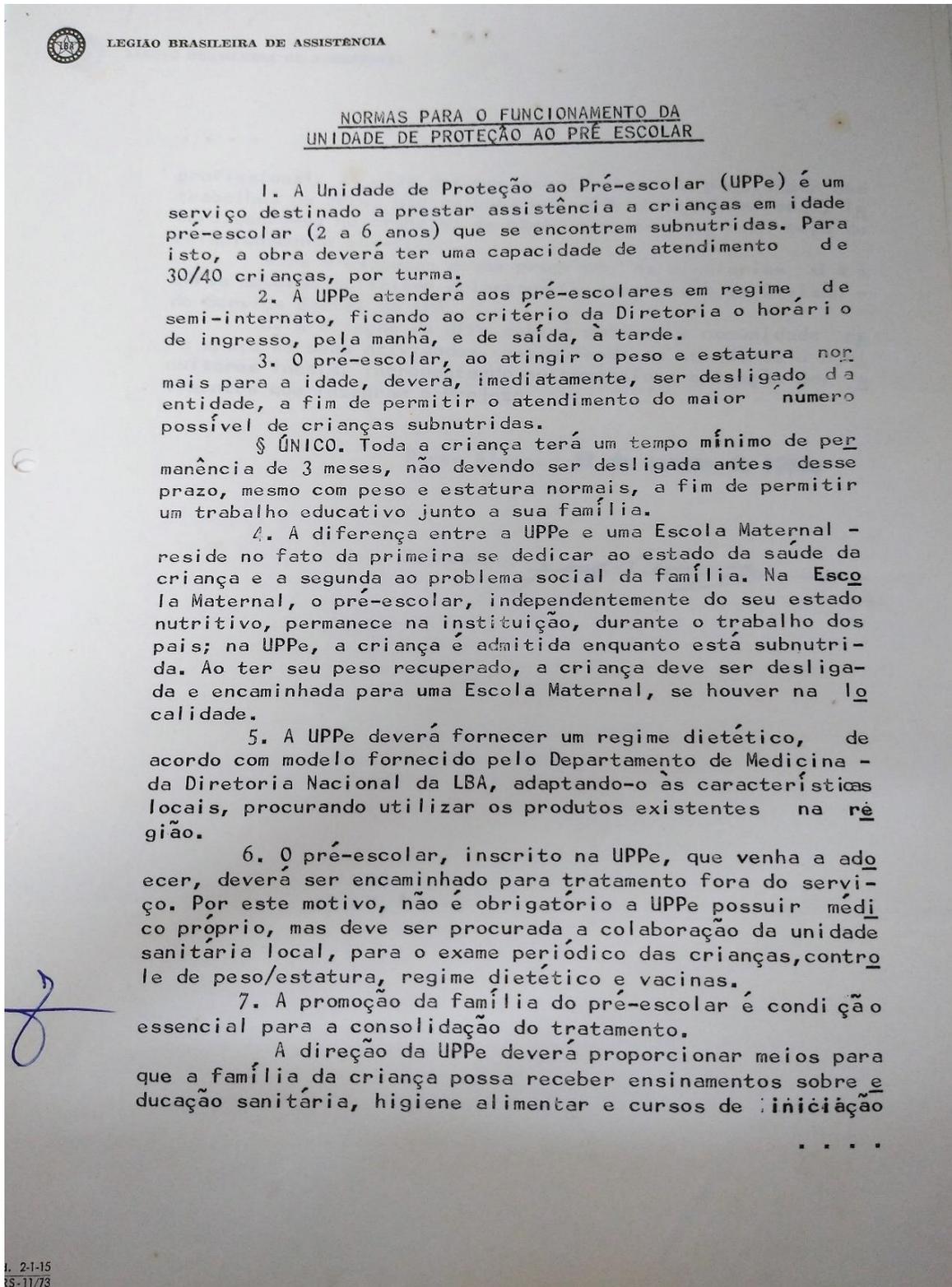
As entrevistas demonstram que a realidade das famílias das crianças que frequentaram a creche foi se modificando ao longo do tempo, em se tratando de 1983 até o final da década de 1990, da mesma forma como o atendimento foi sendo modificado. A entrevistada Jussimara (2021), que trabalha na instituição desde sua inauguração, relata que “naquela época eram crianças bem pobres mesmo. Os coitados vinham, eu acho que comiam só a comida da escola. Assim que abriu, essa escola era de família bem carente mesmo”. Novamente a nutrição aparece como uma finalidade da creche, visto que as crianças não tinham acesso adequado à alimentação em suas casas.

Aliada à alimentação estava a saúde, pois para evitar que as crianças fossem hospitalizadas em suas primeiras semanas de vida, a creche abria suas portas cada vez mais cedo para as crianças. Não só em questão de horários, mas em questão de tempo de vida. Como citado anteriormente, segundo Leda (2022) as crianças ingressavam a partir dos 6 meses, mas caso fosse percebida a necessidade atendia-se crianças a partir dos 2 meses, para evitar que ficassem desnutridas ou doentes.

A SOAMI já realizava um trabalho de distribuição de leite em pó para as crianças e gestantes desde a década de 1960. Na década de 1970, a UPPE se preocupava com a alimentação das crianças pré-escolares de 2 a 6 anos. Segundo as Normas para o Funcionamento da Unidade Proteção ao Pré-escolar, elaboradas pela Legião Brasileira de Assistência (FIGURA 8) a UPPE se diferenciava da Escola Maternal justamente por essa prioridade, como a primeira sendo a responsável por se dedicar ao estado de saúde da criança e a segunda ao problema social da família. Em Osório não havia Escolas Maternais, mas havia Núcleos de Pré-Escola com turmas de Maternal e Jardim de Infância, que se assemelham aos objetivos das primeiras. Ainda segundo as normas, a criança deveria permanecer na unidade por pelo menos 3 meses, mas “ao

atingir o peso e a estatura normais para a sua idade, deverá, imediatamente ser desligado da entidade, a fim de permitir o atendimento do maior número possível de crianças subnutridas”.

Figura 8 - DEA055 - Normas para o funcionamento da UPPE



Tanto a UPPE quanto a creche se preocupavam com a nutrição das crianças, porém a creche passa a se preocupar com a saúde desde o nascimento, pois atende bebês de pouca idade. Ao ser questionada sobre a idade dos bebês Jussimara (2021) destaca:

No berçário dependia da família, porque no caso era a doutora Leda, na época era a primeira dama esposa do doutor Ciro, se ela via que era família que não tinha condições, bem dizer não tinha um mês e já entrava. Senão, daí se pudesse, esperava até quatro meses, mas naquela época a maioria entrava, bem dizer só completava um mesinho.

Gondra (2010, p. 203) destaca que a condição social das famílias e o diagnóstico médico relacionado à pobreza “fazem o limite de idade deslizar para baixo, autorizando, com isso, a entrada do Estado no domínio das casas, sobretudo das mais pobres” e assim, as crianças são inseridas nas instituições de atendimento cada vez mais cedo. Como era o caso da creche, se fosse percebida a necessidade, as crianças com poucos meses já passavam a frequentá-la. Além da preocupação com a nutrição das crianças pode-se perceber uma tentativa de controle das famílias, controle na forma como as crianças serão educadas e cuidadas.

Para Elias (2001, p. 171) as relações de interdependência estabelecem as relações de poder, para o autor “[...] cada instituição é o produto de uma bem determinada distribuição de poder no equilíbrio das tensões entre grupos humanos interdependentes”. Assim, a creche era uma instituição em que as relações de interdependência determinavam quem iria ser atendido, com qual idade iria iniciar este atendimento e como ele seria efetuado. Elias (2001, p. 133) ainda destaca que “não é possível compreender um instrumento de poder sem considerar como um instrumento de dominação, o fim da dominação acaba sendo ele mesmo, sua existência, sua glória, sua honra”.

Nas falas das entrevistadas Estela e Catiana as realidades familiares se mostram diferentes, como percebi no momento das entrevistas e nas transcrições

Estava transcrevendo a entrevista da Catiana e reparei que ela fala de uma realidade bem diferente do que a relatada pela Jussimara e pela Maria. Na época delas as famílias possuíam uma realidade menos favorável do que depois, já no final dos anos 1980 e 1990. Talvez isso aconteceu porque foram criadas mais creches, principalmente nas zonas periféricas da cidade, o que pode ter permitido uma distribuição das crianças mais carentes. (Diário de Campo, 18/01/2022).

Estela que trabalhou no final da década de 1980 e na década de 1990 destaca que havia um grupo de pais que eram professores, balconistas em lojas, trabalhavam em postos de saúde. Para a entrevistada, “na EMEI Nossa Senhora²⁰ era uma clientela com um pouco mais, com um

²⁰ EMEI é a sigla da nomenclatura atual utilizada para a instituição, ou seja, Escola Municipal de Educação Infantil.

nível, um nível econômico e cultural um pouco melhor em relação aqui às periferias” (ESTELA, 2022). Catiana (2022), que esteve na escola a partir da década de 1990 afirma que um dos critérios para a criança estar na escola era que os pais trabalhassem, “na época era assim, tinha que comprovar que trabalhava, mesmo que fosse um trabalho esporádico, não um trabalho diário, por exemplo um prestador de serviço, uma diarista”. Logo, não havia situações extremas, apesar de haver casos que precisavam de auxílio da assistente social.

Segundo Catiana (2022), as famílias eram formadas por “pais trabalhadores, trabalhadores no comércio, nas fábricas, autônomos, professores ou profissionais liberais, era a realidade das famílias ali naquele bairro”. Para Vieira (2022, p. 35) “a creche começou a se fortalecer como demanda social, não só para a população de baixa renda, mas para setores de classe média assalariada, que começaram também a preferir educar os filhos em creches ou escolas maternas”, demonstrando um deslocamento da racionalidade da sociedade, que começava a entender a creche como espaço educativo.

A localização da creche e a expansão urbana também podem ter contribuído nessa mudança do perfil das famílias. Visto que, com a criação de novas instituições a partir de 1986, a creche Nossa Senhora da Conceição ficou em uma zona central da cidade, no bairro Porto Lacustre, próxima a bairros como Caiu do Céu, Farroupilha, Sulbrasileiro e Centro. Quando criada a creche, em 1983, a localização se mostrava, provavelmente, em uma zona mais periférica, mas com a expansão do perímetro urbano as realidades se deslocam. A entrevistada Leda (2022), quando falava sobre a realidade do município na época comentou sobre o programa de habitação Mutirão da Moradia, realizado onde hoje é o bairro Primavera, mais afastado do centro da cidade: “ali a gente fez as primeiras 40 casas populares, que hoje são mais de 400, o serviço foi continuado, e acabamos com a falta de moradias, onde as pessoas moravam em barracas no chão batido com papelão e plástico”.

O município de Osório, no final da década de 1980 passou por um processo de emancipação em massa. O Censo de 1980 (IBGE, 1980) define que Osório tinha 60.510 habitantes residentes, já o Censo de 1991 (IBGE, 1991) afirma que a população passou a ser de 36.775 habitantes, essa queda brusca no montante pode ser explicada por conta das emancipações ocorridas nessa década. Em 1882 Capão da Canoa emancipou-se e passou a ter mais de 24 mil habitantes no Censo de 1991 (IBGE, 1991). No ano de 1988 emanciparam-se Arroio do Sal, que passou a ter mais de 3 mil habitantes no Censo de 1991; Imbé, que passou a ter mais de 7 mil habitantes; Cidreira, que passou a ter mais de 8 mil habitantes; Terra de Areia, com mais de 10 mil habitantes; e Palmares do Sul, com mais de 11 mil habitantes (IBGE, 1991).

A estimativa do Censo de 1991 (IBGE, 1991) é que a população osoriense, descontando as emancipações, era em torno de 31 mil na década de 1980, representando um aumento de 5 mil habitantes em 10 anos na sede do município. Esse aumento da população também representa um aumento da cidade, uma extensão dos limites urbanos, e, portanto, uma modificação nas configurações dos bairros periféricos que passam a ser mais centrais, tornando a creche mais central do que periférica. Já no ano de 2000 a população Osoriense se manteve na faixa de 36 mil habitantes (IBGE, 2000).

Santos (1993, p. 96) destaca que o crescimento da área urbana cria um déficit nas residências, o que em conjunto com a especulação imobiliária, conduz “à periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano”. Alguns fatores, entre eles a própria distância do centro urbano e a falta de transporte, “torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros [...]. E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro círculo vicioso” (SANTOS, 1993, p. 96). Assim, a comunidade escolar que antes, nas falas das entrevistadas, se mostrava socioeconomicamente vulnerável, agora se mostrava diferente, pois não estava na zona periférica da cidade que já havia se expandido.

Essas mudanças na realidade das famílias, mostra como as figurações também se modificam com o passar do tempo. Com o início do atendimento da creche estabeleceu-se uma realidade em que famílias com poucas condições sociais frequentavam a instituição, porém, com o passar do tempo, com a criação de novas instituições, o público foi se diferenciando. Entretanto, no período anterior, quando não existia a creche, também havia uma figuração estabelecida, em que outros indivíduos cuidavam dessas crianças, fossem as mães ou demais familiares, pois para Elias (2006, p. 26) não há um começo quando se trata de figurações:

Embora não possuam um começo absoluto, não tendo nenhuma outra substância a não ser seres humanos gerados por mães e pais, as sociedades humanas não são simplesmente um aglomerado cumulativo dessas pessoas. O convívio dos seres humanos em sociedades tem sempre, mesmo no caos, na desintegração, na maior desordem social, uma forma absolutamente determinada. É isso que o conceito de figuração exprime. Os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas.

Assim, podemos afirmar que a figuração entre professor/atendente, mães e crianças se deu pela existência da creche, porque enquanto não se tinha creche, não se tinha essa figuração, havia outra entre mãe, criança e a pessoa que cuidava da criança, fosse quem fosse. Segundo Elias (2001, p. 214) “podemos estabelecer que condições tornam os homens interdependentes numa dada situação, e como essas interdependências se modificam sob o efeito das alterações, tanto endógenas como exógenas, da figuração em seu conjunto”, ou seja, as modificações

acontecem, sejam elas por fatores externos ou internos, por isso não há um começo absoluto, mas modificações que vão alternando os lugares dos indivíduos nas relações de interdependência. Com a inserção das mães no mundo do trabalho, se fez necessário um espaço seguro para deixar as crianças: a creche, que modificou, aos poucos, as relações que a permeavam.

No município de Osório havia, e ainda há, fábricas da área calçadista. No arquivo Municipal foram encontradas duas listas de crianças com as respectivas fábricas em que pelo menos um dos pais trabalhava. Uma das listas data de 11 de junho de 1987 e apresenta 14 crianças e três indústrias: Beira-Rio, Maide e Ebane (FIGURA 9). Uma segunda lista, sem data, apresenta 17 crianças e duas indústrias: Realce e Ebane. Conforme uma busca rápida no Google, três das fábricas encerraram suas atividades, somente a Beira-Rio continua em funcionamento no corrente ano.

Figura 9 - DAM009 - Lista de crianças e fábricas

Criche "N.S. SA. Conceição"

-	Diego Marques Pereira	- Ebane	10
-	Jefferson Ricardo Ferri Barbosa	- Ebane	11
-	Daiane Formagio Abel	- Ebane	12
-	Regiel dos Santos Vargas	- Maide	16
-	Dionatan Wagner Alves Reis	- Maide	17
-	Priscila da Silva Marques	- Ebane	13
-	Geibson Américo Soares	- Beira Rio	
-	Jonatas Adriano Lopes	- Ebane	14
-	Cibelle Andreoli Hussein	- Ebane	15
-	Luiz Carlos ^{Sandro} da Silva Curtinoni	- Maide	(18)
-	Tainize Ferri Barbosa	- Ebane	16
-	Vinicius Curtinoni Oliveira	- Ebane	17
-	Cristiane	- Beira-Rio	
-	Ederson	- Beira-Rio	

* Faltam as crianças da criche cantinho da Alegria

<p>Maide = $\underline{18} + 3 = \underline{21}$</p> <p>Ebane = $\underline{17} + 1 = \underline{18}$</p>	<p>Beira-Rio = <u>3</u></p> <p>Realce = ?</p>
---	---

11/6/87

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório.

A mãe trabalhadora era um dos critérios para o ingresso na creche, visto que seu objetivo era ser um lugar seguro para as crianças enquanto a família cumpria suas obrigações. Quando questionada sobre a realidade das famílias cujas crianças frequentavam a creche, Leda (2022) destaca:

[...] era uma creche pra crianças carentes, para mães que trabalhavam fora de casa, traziam um documento inclusive, da própria patroa, que se chamava assim naquele tempo, de que ela realmente era empregada doméstica ali, ou se ela não fosse, se trabalhasse no comércio ou em qualquer outro serviço, escolas, merendeiras, pessoas com bastante dificuldade pra criar os filhos. A gente abraçava essas crianças, pras mães poderem trabalhar e contribuir com o orçamento familiar, esse era o objetivo da creche.

A entrevistada dá ênfase: “esse era o objetivo da creche”. Para Kuhlmann Jr (2000, p. 11) as instituições de atendimento à infância “eram vistas como meio de educação para uma sociedade igualitária, como instrumento para a libertação da mulher do jugo das obrigações domésticas, como superação dos limites da estrutura familiar”. Porém, quando resolvem atender às mães trabalhadoras, não são mais somente as mães pobres que precisavam desse atendimento, mas as mães de outras realidades socioeconômicas, visto que a liberdade das obrigações domésticas era um desejo de muitas, além da necessidade de contribuir para com a renda familiar. Carvalho (2006) destaca que as creches estão diretamente relacionadas ao trabalho das mães nas indústrias, no caso de Osório, nas indústrias calçadistas.

O horário de trabalho na indústria geralmente começa cedo pela manhã. A entrevistada Estela (2022) destaca que:

As escolas infantis abriam às 6h30min da manhã. Então, o que acontece, as pessoas que trabalham na fábrica e outras mães que neste período agora trabalham nas praias²¹ ou fazem faxina, que são domésticas mesmo, elas precisam deixar os filhos bem cedo pra já ir pegar o ônibus ou então deixar os filhos 15min pras 7h ou então 6h30min pra pegar 15min pras 7h na fábrica.

No período em que a entrevistada trabalhou na creche Nossa Senhora da Conceição, o horário de atendimento começava às 6h30m, o que facilitava para as mães que iniciavam cedo sua jornada nas fábricas. Entretanto, em determinado momento - não especificado pela entrevistada - o horário passou para às 7h30m, devido às dificuldades em pagar funcionários para uma jornada tão extensa de trabalho nas creches e também devido às modificações de normativas sobre este atendimento. Dessa forma, passou para as mães a necessidade de ter auxílio neste horário com as crianças. Segundo Estela (2022), quando a creche abria às 6h30m

²¹ Por conta da questão regional e da proximidade do município de Osório com as cidades litorâneas é comum a prática de trabalhar nas cidades vizinhas.

era um alívio para as mães, “porque daí elas mesmas quando trabalhavam na fábrica, trabalhavam em outro serviço, e daí como era seis e meia da manhã elas mesmas podiam levar e hoje em dia elas tem que pagar alguém pra deixar porque não coincide, né?”.

Para Gondra (2010), essas transformações no mundo do trabalho, que incluíram as mães no trabalho regular, representaram novas demandas para o atendimento à infância, entre elas o alargamento do tempo escolar e a institucionalização realizada cada vez mais cedo, como aos dois meses no caso da EMEI Nossa Senhora da Conceição. Para Kuhlmann Jr. (2015, p. 16) quando estudamos as instituições de educação da criança pequena percebemos que elas estão “em estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção, etc., e, é claro, com a história das demais instituições educacionais”.

Após um tempo de funcionamento com a jornada escolar longa, passou a haver uma preocupação da prefeitura, como mantenedora, com a jornada das crianças dentro da creche e com a carga horária dos profissionais. Estela (2022) destaca a preocupação da prefeitura com o pagamento dos funcionários com uma extensa carga horária: “foi muito colocado isso pela prefeitura, das seis da manhã até seis horas da tarde. Então é muito complicado, é muito pra pagar o funcionário”. A creche foi criada pertencendo à Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social, mas a partir de 1989 passou a ser mantida pela Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Serviço Social. A então secretária da recém criada secretaria, Leda, destaca: “Eu procurei sempre trabalhar em conjunto com a Secretaria de Educação do município [...] E aí como a educação tinha 25% do orçamento municipal por lei já naquela época, muitas das atividades feitas nas escolas era com orçamento da educação”, quando aborda escola a entrevistada se refere às escolas da época e às que hoje são escolas, mas na época eram creches.

Além do orçamento da prefeitura, as creches contavam também com auxílio da LBA. Encontrei cartas de faturas em que a prefeitura apresentava à LBA o número de crianças matriculadas nas creches e as atividades desenvolvidas, que se resumiam a reuniões com funcionários, com os pais e atendimentos às crianças realizados pela psicóloga e pela pedagoga, as cartas datam de diferentes meses de 1990 e 1991. Vale ressaltar, que ainda no ano de 1970, já havia uma comunicação entre prefeitura e LBA para um convênio para a criação de uma creche no município. No ofício enviado pela LBA à prefeitura destaca-se que a instituição prevê várias formas de atendimento para entidades destinadas ao atendimento de berçário, inclusive per-capita, o que parece ser o formato do convênio estabelecido.

6.1.3 Os profissionais da creche

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, as creches passaram a ser parte da Educação Básica, sendo nomeadas como Escolas de Educação Infantil. A finalidade das instituições passa a ser então: “Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996). Logo, houve a partir de então uma preocupação com a educação, que passou a ser prioridade nas instituições de atendimento à infância. Surgiram, ainda, a partir de então discussões sobre as concepções de infância e criança, de aprendizagem e de educação, entre diversas temáticas. Porém, no período anterior à LDB/96 a realidade se mostrava diferente, visto que a própria LDB/71 ignora a etapa.

Na EMEI Nossa Senhora da Conceição, segundo as entrevistadas, as crianças eram acompanhadas pelas atendedoras, “professor mesmo era praticamente só lá no Jardim, e as outras turmas não tinham professor, então aquelas colegas, elas eram atendedoras, atendente de turma, atendente de creche como a gente chamava” (ESTELA, 2022). Estela (2022) destacou que nas turmas de crianças menores, que seriam do Berçário e do Maternal, a preocupação era com o “cuidado, a questão da alimentação, aquelas atividades lúdicas sem muita cobrança, era uma coisa bem tranquila. Na verdade, eu digo tranquila, que não tinha tanta cobrança, mas as crianças não eram tão estimuladas como eu sei e vejo como é hoje”. Essa prática modificava também a estrutura das salas, sendo as salas de jardim com mais recursos pedagógicos (FIGURA 10).

Figura 10 - DAL037 - Sala do Jardim de Infância na Creche Bem-me-quer



Fonte: Acervo de Leda Rios.

As atendentes não precisavam ter formação específica para atuar com as crianças, segundo a entrevistada Estela algumas atendentes não haviam concluído o Ensino Fundamental e poucas faziam magistério intensivo no verão, mas não havia uma exigência de formação. Venzke (2006) destaca que para atuar na creche era necessário gostar de crianças e de preferência ser mulher, por isso as contratações e indicações eram mais do âmbito político do que relacionado à competência ou escolaridade.

Com a falta de preparo das profissionais, percebeu-se uma lacuna no desenvolvimento das crianças. A entrevistada Leda (2022) destaca que havia “crianças de 1 ano e meio que não sentavam ainda, que não caminhavam, que não sabiam dizer nem mamama, nem papapa, nem pedir uma mamadeira”. Assim, a Secretaria de Saúde, Serviço Social e Meio Ambiente colocou terapeutas ocupacionais nas creches para realizar um trabalho com as crianças, além de psicólogos para as crianças e funcionários.

A presença de profissionais da área da saúde faz destacar as contribuições e interferências do higienismo nas instituições de atendimento às crianças. Para Gondra (2010, p. 204) houve uma “colonização” do campo pedagógico com os saberes médico-higienistas, assim “invadindo o saber pedagógico de um vocabulário e de uma dependência que enfraquecem, despotencializam cada vez mais a ação dos professores e das famílias”. Entretanto, para os anos iniciais das crianças na creche não havia uma compreensão por parte dos funcionários do caráter

pedagógico estabelecido no cotidiano, havia a preocupação com o cuidado, a higiene, a alimentação e a saúde. Não procuro desmerecer tais facetas do atendimento à infância, pelo contrário, as entendo como partes do caráter pedagógico. Entretanto, não havia este entendimento nos primeiros anos da creche. Ao ser questionada sobre o espaço da instituição Catiana (2022) descreve:

Era só as salas das crianças, eram as salas de aulas e o refeitório, a parte administrativa que era só uma salinha, não existia uma sala de professor, uma sala de reunião, porque não existia isso. Não havia uma demanda de reunião, até havia reuniões, mas aí eram feitas no refeitório no momento em que as crianças não estavam, à tardinha. Porque não havia essa preocupação de se reunir, de estudar, de planejar, de fazer registros sobre as crianças, uma chamada, um diário, o que estava acontecendo naquele dia, não existia isso. Havia uma ficha de matrícula com os dados das crianças, as coisas que a escola poderia precisar, mas não havia um registro das atividades, porque não havia atividades pedagógicas. Havia aquelas atividades de rotina, chegavam, tomavam um banhinho, tomavam café, brincavam, almoçavam, dormiam, acordavam, dormiam, brincavam. Era a rotinha deles, era isso.

A não definição do caráter pedagógico mostra que não havia um planejamento pedagógico, quando planeja o professor tem objetivos para cada ação e proposta que irá realizar no ambiente escolar que estão relacionados às aprendizagens esperadas. Como a entrevistada Catiana ressalta, não havia preocupação com o planejar, com o registrar e com o estudar, práticas usuais atualmente na docência das infâncias. Segundo Kuhlmann Jr. (2000) o atendimento de 0 a 3 anos, ou seja, as creches, não possuía um caráter educacional, mas sim uma orientação assistencialista que não era pedagógica. O movimento de luta pelo direito de as crianças estarem nas creches e pelo direito de as mães trabalharem, que começou na década de 1970, foi corroborado pela defesa do caráter educacional, pois as ações de alimentação e cuidados eram percebidas como uma ameaça ao pedagógico. Com a LDB/96 a educação passou a ser a prioridade das instituições de atendimento à infância, inclusive as renomeando como escolas, porém a tentativa de separar o cuidar e o educar parece ter gerado uma ruptura.

Apesar da LDB/96 ser um marco para a Educação Infantil, ela não pode ser vista como a única responsável pelo caráter pedagógico dessa etapa escolar. Dois podem ser os fatores para essa ressalva, o primeiro é o caráter pedagógico presente nas creches antes de 1996, mesmo que de forma não intencional e não planejada, o espaço da creche era um espaço de aprendizagens, e ainda, na pré-escola que acontecia junto às creches, o caráter pedagógico era nítido. O segundo fator é que após a promulgação da LDB/96 houve um período até que as novas normativas fossem estabelecidas e cumpridas, denotando um processo de mudança que aconteceu por anos, visto que a mudança de nomenclatura da instituição estudada só ocorreu em 2001 e as mudanças

nas práticas pedagógicas foram ocorrendo por décadas e continuam em processo, característica da formação continuada da docência.

A falta de compreensão das ações cotidianas de cuidado como também pedagógicas contribuíram na forma como elas eram realizadas, as entrevistadas relatam que outras funcionárias da instituição também auxiliavam nesta rotina. A entrevistada Maria (2022) afirma que auxiliava as profissionais no momento do sono das crianças,

[...] eu fazia comida, limpava a creche, cuidava das crianças pra dormir, porque as professoras, nenhuma conseguia fazer eles dormir. Aí eu tinha um radinho e eu levava, botava uma musiquinha e eles dormiam tudo. Aí enquanto a professora ia almoçar, ela vinha, eles dormiam tudo. “Dona Maria, deu sonífero pra eles?”. Eu disse “dormiram tudo”. Eu deitava no meio deles, que daí eles dormiam. E elas não deitavam porque tinham medo de pegar piolho, mas eu não tinha medo de pegar nada das crianças. Às vezes chegava lá criança cheinha de sarna, eu levava pra debaixo do chuveiro, passava um leite que tinha pra passar pra matar aquela sarna, eu fazia tudo e nunca peguei nada.

Figura 11 - DAL051 - Momento do sono na Creche Bem-me-quer



Fonte: Acervo de Leda Rios.

O cuidado desempenhado por Maria, a responsável pela limpeza da creche, demonstra que todos os profissionais estavam envolvidos com as crianças. Seja para ajudar a dormir, para dar banho, procurar piolhos, alimentar: “eu limpava, eu dava banho nas crianças, eu vestia eles, se tinha algum que não sabia comer com a mãozinha dele eu ia lá e dava na boquinha” (MARIA, 2022). O preconceito com estas atividades manuais de cuidados, alimentação e higiene “resulta na desqualificação do profissional que trabalha com as crianças menores” (KUHLMANN JR.,

2000, p. 13). Maria ainda destaca que algumas profissionais tinham receio de higienizar as crianças ou de “pegar piolho”. É preciso compreender as relações de interdependência estabelecidas na instituição, para evitar juízo de valor sobre as atribuições que se deslocavam entre servente, atendente e professora. Para Elias (2001, p. 216):

Existe uma tendência de, ao julgar os homens de outras épocas ou de outras sociedades, partir dos juízos de valor de sua própria época, selecionando na infinidade de fatos justamente aqueles que, à luz de seus próprios critérios, parecem revestir-se de importância. Assim procedendo, torna-se impossível discernir as interdependências entre os indivíduos cujo comportamento se busca compreender.

Mesmo sem a compreensão pedagógica, o ato pedagógico estava presente, mesmo sem a formação específica e mesmo sendo realizado por diferentes profissionais. A entrevistada Catiana (2022), destaca que já na década de 1990 essa prática de ser ajudada pelas outras profissionais da instituição ainda ocorria.

Eu tinha plena confiança, claro hoje a gente sabe que tu não podes deixar as crianças com outra pessoa, mas eu tinha plena confiança de ir lá tomar meu cafezinho, porque ela conhecia todos pelo nome, sabia onde moravam, conhecia os pais, porque ela estava ali muito antes de mim. Então era essa coisa de muita parceira, daqui a pouco as crianças estavam fazendo uma atividade mais tranquila, estavam brincando, eu ia lá varria a sala, passava o paninho pra facilitar o trabalho dela, porque ela tinha toda escola pra limpar. Então, essa coisa assim era uma coisa muito normal na escola.

É possível perceber as relações de interdependência que estavam presentes na creche entre professores, atendentes e demais funcionários, além das crianças. Para Elias (2001, p. 155), mesmo com diferentes indivíduos ocupando os mesmos cargos, as figurações podem continuar existindo da mesma forma: “[...] as figurações que os indivíduos formam entre si possuem a particularidade de poder continuar existindo, com poucas exceções, mesmo quando todos os indivíduos que as constituíram em determinado momento já estão mortos e seu lugar já foi tomado por outros”. Assim, mesmo uma década depois do início da escola, a relação entre professor/atendente e funcionário/servente se mantinha como uma relação de confiança e parceria.

Figura 12 – DSN003 - Funcionárias da Creche Nossa Senhora da Conceição em 1987



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

As falas das professoras Catiana e Estela representam falas de professoras de Jardim e Maternal II, as únicas turmas com professores e não atendentes, pelo menos até 1996. Ainda foi necessário um tempo até que a mantenedora se adaptasse às novas leis e em 06 de dezembro de 2001 passou a ser a Escola de Educação Infantil Nossa Senhora da Conceição de 0 a 6 anos. Já no ano de 2002 passa a ser nomeada Escola Municipal de Educação Infantil Nossa Senhora da Conceição de 0 a 6 anos. Segundo Catiana (2022) “as Escolas de Educação Infantil tinham poucos professores, normalmente tinha um professor na escola que tinha um caráter meio de pedagogo da escola e atuava com as turmas maiores, os maiorzinhos, com os Jardins, geralmente o professor ficava com essa turminha”.

No Relatório das realizações da Secretaria Municipal de Saúde, Serviço Social e Meio Ambiente nos anos de 1990 e 1991, responsável pelas creches a partir do final da década de 1980, no trecho dedicado ao trabalho com as creches se destaca:

- 1) Creches

Construção de mais três creches municipais que, somadas às outras três, feitas na administração anterior, atendem cerca de 430 crianças de 2 meses a 5 anos, as quais, permanecem abertas 12 horas p/ dia, cuidam do desenvolvimento integral das crianças desde o aspecto físico, mental, emocional e social das mesmas.

Contam com:

- 2 psicólogas
- 1 pedagoga
- 1 terapeuta ocupacional
- 12 professoras cedidas pela Sec. de Educação
- 30 voluntárias da AMAMOS
- 56 atendentes de creches (REALIZAÇÕES DA SECRETARIA DE SAÚDE, SERVIÇO SOCIAL E MEIO AMBIENTE, 1990-1991).

Assim, 12 professoras para seis creches, representa, em média, duas professoras para cada creche, com uma pedagoga para todo o município e cerca de 10 atendentes por creche, dependendo do número de crianças em cada uma delas, além de voluntárias da Associação Municipal de Assistência ao Menor (AMAMOS).

Os profissionais da creche eram mantidos pela prefeitura, destaque para as professoras que atuavam na instituição. Entre os documentos do Arquivo Municipal encontrei quatro efetividades de professores que atuavam na creche em 1984, ressalta-se que em março eram quatro professores e nos meses seguintes sete. As professoras na creche atuavam com as crianças maiores, de 4 a 6 anos, e possuíam magistério completo ou em andamento. Um convênio com o MEC, para o Programa Municipal de Educação Pré-Escolar, de 1988, faz a relação dos núcleos de pré-escola do município que eram alocados nas escolas e creches. Na Creche Nossa Senhora da Conceição eram atendidas 43 crianças no núcleo de pré-escola em 1988 nos turnos manhã e tarde. Outra lista, de 1987, em que 25 crianças eram atendidas no turno da manhã, afirma que o núcleo era nomeado Pinguinhos de Gente.

A associação AMAMOS, que selecionava voluntárias, estava vinculada ao Conselho Municipal de Assistência ao Menor (COMAM), criado em 1987 para corroborar nos trabalhos com as crianças no município. As atividades do Conselho e da Associação eram baseadas em voluntariado, participação nos eventos das creches, campanhas de arrecadação de doativos, participação em eventos sobre a infância, entre outras. A presença de professoras no espaço da creche, cedidas pela Secretaria de Educação, mesmo somente para crianças da pré-escola, denota um início de compreensão deste espaço como educativo.

Apesar de não haver exigência com a formação dos profissionais atuantes na creche, havia a preocupação com as qualificações destes. Estela (2022) destaca que com o passar do tempo, já na década de 1990, as atendentes começaram a ser qualificadas, “começou a exigir

mais, a prefeitura começou a proporcionar mais cursos. Quando se tinha reunião pedagógica, começou a querer a participação delas também”. Ainda na década de 1980 ocorriam formações para as funcionárias, a entrevistada Leda (2022), enquanto pediatra e Secretária de Saúde, fala sobre sua participação nestas ações:

Era um trabalho que eu fazia voluntariamente ensinando a elas as curvas de ganho de peso, ensinando as vacinas, ensinando quais os cuidados fundamentais, quais eram os sinais de risco que elas precisavam ter, os olhos de ver quando uma criança não está bem emocionalmente e quando uma criança não vai bem do lado físico, de estar doente, ou estar com baixo peso, ou estar com retardo neuropsicomotor e aí nas creches foram colocadas, inclusive na Conceição, as terapeutas ocupacionais.

O trabalho voluntário aqui descrito pode ser entendido por meio do conceito de “dádiva” de Marcel Mauss (2003). Pois, esse caráter voluntário, livre e gratuito pode ser considerado interessado e assume “quase sempre a forma do regalo, do presente oferecido generosamente, mesmo quando, nesse gesto que acompanha a transação, há somente ficção, formalismo [...], há, no fundo, obrigação e interesse econômico” (MAUSS, 2003, p. 188). E esse conceito se repete no processo de criação das creches do município, pois, o presente, que pode ser a formação para os funcionários ou mesmo a própria creche, exige algo em troca, não no mesmo momento, não com o mesmo valor monetário, mas “a coisa recebida não é inerte. Mesmo abandonada pelo doador, ela ainda conserva algo dele. Por ela, ele tem poder sobre o beneficiário” (MAUSS, 2003, p. 198).

No ano de 1990 foi realizado o 1º Encontro Municipal de Creches, com um convite endereçado às atendentes de creche. O encontro coordenado por Leda teve como temática “Estimulação Essencial e Desenvolvimento Neuro-psico-motor [sic] da criança de zero a 6 anos”, com as palestrantes Dra.²² Sandra Muttes, a pedagoga Denise Silveira e a própria Dra. Leda. Mesmo com uma pedagoga entre as palestrantes, a temática do encontro era da área da saúde aplicada ao atendimento às crianças (FIGURA 13). Até mesmo um filme do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sobre Estimulação Essencial foi apresentado para as atendentes, fazendo perceber que a temática não partia somente deste município, mas fazia parte da agenda internacional para a infância (FIGURA 14).

²² Uso este termo tendo em vista a forma como as fontes narram os sujeitos.

Figura 13 - DAL075 - 1º Encontro Municipal de Creches



Fonte: Acervo de Leda Rios.

Figura 14 - DAL075 - 1º Encontro Municipal de Creches



Fonte: Acervo de Leda Rios.

Apesar deste encontro ter sido nomeado como o 1º, no ano anterior já havia sido realizado um encontro entre as funcionárias das três creches do município que ocorreu na Creche Nossa Senhora da Conceição. Segundo a reportagem do Jornal Momento de 13 de abril de 1989, as funcionárias, coordenadas por Leda, debateram sobre as dificuldades do atendimento e a importância do afeto entre adulto e criança (FIGURA 15). Além de discutirem sobre a temática dentro da instituição, também foi abordada a relação dos pais com as crianças e como a instituição poderia melhorá-la.

Figura 15 - DAL047 - Treinamento nas creches



Fonte: Acervo de Leda Rios.

Para Carvalho (2006, p. 124), as creches surgiram com o intuito de melhorar a qualidade do ambiente para as crianças, principalmente as filhas de fabris, "havia uma concepção de que

a família seria, de certa forma, ‘incapaz’ de administrar a educação de sua prole”, ocorrendo assim uma busca por disciplinar as crianças e as famílias de acordo com o ideal de homem e sociedade moderna.

A creche como conhecemos hoje, em 2022, é diferente da creche da década de 1980 e diferente da de 1990. Segundo Elias (2001, p. 39) “[...] as modificações da organização social ocorridas em diversos setores da humanidade, durante os últimos dez mil anos, são imensas. [...] E o ritmo de mudança de tais sequências de desenvolvimentos foi se acelerando consideravelmente”. Essas mudanças estão expressas nos papéis dos profissionais da creche. O papel do professor, ora presente ora não, o papel da atendente, ora como responsável pela turma ora como auxiliar, o papel das serventes, ora como auxiliares ora somente cumprindo suas atribuições legais. Essas mudanças, denotam como “uma instituição não é produzida apenas uma vez, mas produz-se durante certo período muitas vezes, repetidamente, como uma figuração que dura mais do que muitos indivíduos” (ELIAS, 2001, p. 171).

6.2 ARTICULAÇÃO COM A SOCIEDADE E O MUNDO POLÍTICO

A segunda categoria de análise busca o externo à instituição, busca a articulação com a sociedade e o mundo político por meio de duas subcategorias: a primeira apresenta atores sociais e estabelece suas interdependências que estão diretamente relacionadas à constituição da creche e ao seu trabalho; e a segunda aborda a doação e a filantropia, seja de instituições ou de terceiros, que auxilia a manter a creche e a promover rituais de reificação que estabelecem a creche para a sociedade como um símbolo das crenças presentes na racionalidade da mesma.

6.2.1 Atores sociais e suas interdependências

A Creche Nossa Senhora da Conceição foi criada e construída em 1982, com a inauguração em março de 1983, em um período ainda de ditadura militar no país. Sob o governo de Jorge Dariva, prefeito de Osório, foi estabelecido um contrato com o Programa Pró-Creche em julho de 1982, coordenado pela primeira dama do estado do Rio Grande do Sul, Mirian Gonçalves de Souza. Entretanto, o decreto de criação da creche (FIGURA 16) já havia sido publicado em 31 de março do mesmo ano, demonstrando o interesse em construir o local, que

abrigaria a nova creche e uma Unidade de Proteção ao Pré-escolar, programa que já estava presente no município.

Figura 16 - DAM044 - Decreto de criação da Creche Nossa Senhora da Conceição

Decreto nº 20182

Cria Creche Municipal.

O Prefeito Municipal de Osório, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, artigo 38, inciso IV,

Decreta:

Art. 1º - É criada a Creche Municipal Nossa Senhora da Conceição que faz parte do programa Pro-Creche, instituído pela Primeira Dama do Estado, Dona Miriam Gonçalves de Souza, anexos a mesma uma Unidade Pré-Escolar, subordinadas à Unidade de Bem Estar, Saúde e Assistência Social.

Art. 2º - A Creche será mantida por verbas orçamentárias da Prefeitura Municipal, por verbas recebidas de órgãos federais, estaduais e por doações que lhe forem feitas.

Art. 3º - O Poder Executivo baixará o regulamento municipal ao funcionamento da Creche e da respectiva Unidade Pré-Escolar a ela anexa.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Osório, em 31 de março de 1982.

M. S. S.
Prefeito
Carolina B. Simoni
Secretária de Administração

Certidão:

Certifico que o presente Decreto foi afiscado hoje às 10,00 horas no mural localizado no átrio da Prefeitura onde permanecerá por 30 (trinta) dias, conforme prescrito a Lei Orgânica do Município.

Em 31 de março de 1982.
Carolina B. Simoni
Secretária de Administração

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório.

No dia 20 de março de 1983, às 11 horas, na Rua João Pessoa, no bairro Porto Lacustre em Osório/RS é inaugurada a Creche Nossa Senhora da Conceição (FIGURA 17). Com a presença do prefeito Bruno Niederauer, do secretário municipal de educação Francisco Luvielmo, e outros personagens do cenário político municipal.

Figura 17 - NJA037 - Manchete sobre inauguração da creche



**PDS DE OSÓRIO FAVORÁVEL
A EXTINÇÃO DAS ÁREAS
DE SEGURANÇA**

INAUGURADA A CRECHE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO



Foi inaugurada dia 20.03, às 11 horas, a Creche Nossa Senhora da Conceição, localizada na rua João Pessoa, s/nº, Bairro Porto Lacustre, a Creche tem como objetivo atender a mãe carente que trabalha fora de casa, proporcionando aos filhos de 3 meses a 7 anos de idade, um desenvolvimento biopsicológico, através de atendimento nas áreas de recreação, educação, saúde e nutrição.

Integrada ao Programa Estadual Pró-Creche do Estado, em convênio que integrou a Prefeitura Municipal com sua Secretaria de Educação, LBA e 11ª Delegacia de Educação, a Creche está inserida numa área de 1.250 m2, dos quais 232 m2 são ocupados pelo prédio, apresenta as seguintes dependências: hall de entrada, Gabinete Médico, Secretária, Sala do maternal 1 (crianças de 2 a quatro anos), sala do maternal 2 (crianças de 4 a 7 anos de idade), refeitório, co-



zinha, despensa, WC para adultos, WC infantil, lavanderia e berçário. No patio que ladeia o prédio está montada uma infraestrutura nos moldes necessários a recreação.

A clientela abrigará inicialmente 30 crianças, podendo após um período de adaptação, receber até 90 crianças. Por ocasião da inauguração o secretário Francisco Luvielmo, lembrou o aniversário de 1º ano de falecimento de Jorge Dariva, fazendo um agradecimento especial por ser ele um dos idealizadores da Creche, e que nada mais justo do que inaugurá-la naquela data.

Também agradeceu a Sra. Mirian Gonçalves de Souza, destacando que "devemos muito ao amor e carinho desta mulher que tudo fez para as crianças carentes do nosso estado". Destacou o trabalho de Maria Heloisa Haldergem, Adail Moraes, o Prefeito Bruno Niederauer, a Receita Federal, ao Rotary Club, a Ala Jovem do GAO, Gil Davoglio, Imprensa e a todos os que colaboraram para a construção da obra.



Ildo Trespach Monteiro fez um pronunciamento onde frisou "feliz de um povo que pode construir obras desta natureza. Jorge Dariva registrou uma página deste município, e após sua morte, continua provando que o homem trabalha para o bem do seu povo. Assim fica nestas palavras, o agradecimento a ele. Temos fé, compreensão para o lhamos sempre para o pobre. Fazemos alguma coisa pelo nosso irmão. Dona Jaci, seu esposo está feliz porque continuamos sua obra".

Gil Davoglio em nome do Conselho Comunitário do Porto Lacustre falou aos presentes destacando a importância desta obra para as crianças pobres da cidade, e o trabalho de Francisco Luvielmo.

O Prefeito Bruno Niederauer agradeceu a toda a comunidade que ajudou a construção da Creche N. Sra. da Conceição. O Pastor Mario Hesse deu a bênção ao prédio que certamente marcará a comunidade Osoriense.

Com a inauguração da Creche Nossa Senhora da Conceição inicia um próspero trabalho em prol da criança carente de nosso município.

FOLHA DO LITORAL - AGORA DUAS VEZES POR SEMANA
CIRCULAÇÃO, OSÓRIO, TRAMANDAÍ, CAPÃO DA CANOA, SANTO ANTONIO, PALMARES DO SUL, MOSTARDAS, IAVARES.
A MELHOR COBERTURA JORNALÍSTICA DO LITORAL NORTE

Segundo a reportagem da capa do Jornal Folha do Litoral do dia 22 de março de 1983, “Com a inauguração da Creche Nossa Senhora da Conceição inicia um próspero trabalho em prol da criança carente em nosso município”. Para Guimarães (2011, p. 304) a infância pobre se tornou “o foco de diferentes discursos que propunham ações para a melhoria do país, entre eles o discurso médico”, pois a pobreza era vista como o principal empecilho para o desenvolvimento da infância brasileira. Rizzini e Gondra (2014) afirmam, ainda, que a pobreza precisava ser medicalizada a fim de proteger e defender a sociedade.

Em 1986 com a redemocratização e as primeiras eleições diretas, o prefeito Ângelo Guasselli e o vice-prefeito Ciro Simoni assumiram o governo de Osório. Apesar de ser comum a esposa do prefeito assumir o trabalho com questões assistenciais, nesse período quem assumiu foi a pediatra Leda Rios, na época esposa do vice-prefeito e figura marcante na história das creches de Osório. Catiana (2022) afirma: “ela foi uma referência muito forte no início das escolas de Educação Infantil do município”.

A chegada da pediatra nas creches não se deu ao acaso, mas sim devido à rede de relações em que ela estava inserida, ou seja, como esposa do vice-prefeito foi possível a ela se inserir no trabalho assistencial do município. Essa rede de relações é conceituada para Elias (2001) como uma rede de interdependência. Leão (2007, p. 30) destaca que em um processo civilizatório essas redes de interdependência “mantêm os indivíduos ligados e formam nexos mutáveis chamados figurações ou configurações”. Porém, “o conceito de figuração é neutro. Ele pode se referir a relações harmoniosas, pacíficas e amigáveis entre as pessoas, assim como a relações hostis e tensas” (ELIAS, 2001, p. 155), a partir das entrevistas é possível perceber relações harmoniosas que aconteciam, mas não é possível afirmar que todas ocorriam desta forma.

A entrevistada explica como iniciou seu trabalho assistencial no município:

Nosso governo começou em 1986²³, depois que Osório deixou de ser área de segurança e teve a primeira eleição, foi um mandato de 3 anos. E meu ex marido Ciro Simoni que era o vice, então por isso que eu acabei me envolvendo nas questões de serviço social da prefeitura, porque a esposa do Angelo Guasselli já era uma senhora de muita idade, o Guasselli também. Aí o Ciro era mais jovem que o prefeito, então me coloquei à disposição e ela achou ótimo (LEDA, 2022).

Já no segundo mandato do mesmo governo, no final da década de 1980, foi criada a Secretaria de Saúde, Serviço Social e Meio Ambiente, tendo como secretária Leda Rios. A

²³ Neste período Leda Rios era esposa do vice-prefeito, somente a partir de 1989 passou a ser secretária de Saúde, Serviço Social e Meio Ambiente.

partir de então, a Creche Nossa Senhora da Conceição passa a ser mantida por esta secretaria e não mais pela Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social e são criadas as demais creches do município. Até este momento o investimento na única creche de Osório havia se baseado na estrutura do local:

Porque quando nós chegamos ela já existia, a única coisa que a gente fez foi aumentar o prédio, tinha uma área com um muro de trás, a gente aproveitou ali e fizemos um salão grande pras crianças correrem e brincarem, porque só as salinhas eram muito pequenas. E fizemos ali o escovódromo que são as pias pequeninhas pras crianças escovarem os dentes e dois ou três banheiros ali naquele pavilhão pras crianças ficarem mais tempo em lugares mais amplos, uma vez que Osório é frio no inverno e venta muito. (LEDA, 2022).

No jornal Folha do Litoral a inauguração do Pavilhão de Recreação foi marcada com uma manchete, não há data na reportagem por se tratar de um recorte de jornal presente nos documentos da entrevistada Leda, porém, as fotos mostram o momento do corte da fita e da bênção. As figuras 18 e 19 mostram a vista interna e a fachada do pavilhão.

Figura 18 - DAL022 - Vista interna do pavilhão



Fonte: Acervo de Leda Rios.

Figura 19 - DAL023 - Pavilhão de Recreação



Fonte: Acervo de Leda Rios.

O nome da pediatra apareceu nas demais entrevistas também, a entrevistada Catiana (2022) destaca que as colegas comentavam sobre Leda: “ela não era aquela profissional de gabinete, ela ia pra escola, ela ajudava a dar banho, ela ajudava a tirar o piolho, ela ajudava a tirar o bicho de pé da criança, ela dizia que aquela troca de fralda não estava bem feita, que tinha que higienizar melhor”. Jussimara (2021) afirmou que a Leda influenciava na creche e “ela era bem envolvida, ela sempre fazia bem”.

Elias (2001) destaca que historiadores por vezes estudam indivíduos sem considerar as figurações das quais eles fazem parte, e que sociólogos estudam figurações sem considerar seus indivíduos, porém, as duas abordagens tratam de um mesmo processo histórico, portanto, nesta pesquisa consideramos indivíduos como parte de uma figuração. Ou seja, quando falamos da primeira-dama, pediatra e secretária de saúde, Leda Rios, estamos falando da posição que ela ocupa nessa figuração que permeia a creche.

Se comparamos a figuração do atendimento à infância em Osório com a figuração da corte francesa do Rei Luís XIV podemos comparar duas figuras que se destacam nas relações

de interdependência, a Leda e o próprio rei. Ambos promoviam a etiqueta como uma forma de legitimação de si mesmos, para o rei por meio das cerimônias rigorosas e para a pediatra por meio de seu trabalho junto à comunidade, mostrando como deveria ser feito o cuidado e a higiene para com as crianças e das festas. Porém, assim como esta etiqueta é uma ferramenta de dominação é também uma prisão, pois o rei precisa da rede de relações para manter sua posição, ele depende delas, da mesma forma de Leda dependia das relações com políticos, com funcionários e com instituições para manter o funcionamento das creches da forma que desejava.

Leda, enquanto secretária de saúde, promoveu diversas campanhas no município, dentro e fora das creches, para assegurar saúde e higiene para as crianças e suas famílias. Segundo a entrevistada Jussimara (2021), profissionais e voluntários se reuniam para visitar as casas, ajudar às pessoas, e “às vezes até limpar a cabeça a gente limpava”. Conforme Perez e Passone (2010, p. 660) o atendimento à infância “passou a se caracterizar pela prática política que combinava ações assistencialistas, higienistas e repressivas, com a introdução de caráter mais participativo e comunitário”, o trabalho não se reduzia a dentro das instituições de atendimento à infância, mas percorria o município de casa em casa.

Havia uma forte preocupação da parte da pediatra quanto à higiene e saúde das crianças, por isso ela participava dos espaços como uma forma de observar a execução das atividades e mostrar como fazer, “ela tinha muito esse olhar médico, sanitário dos espaços, então ela queria tudo, pelo relato das profissionais ela era uma pessoa muito exigente, ela era visionária” (CATIANA, 2022). Essa preocupação se dava, segundo a pediatra, por conta da alta taxa de mortalidade infantil no município.

A gente tinha uma alta mortalidade infantil, morriam de 36 de cada 1000 nascidos vivos antes de completar 1 ano de idade e depois de 12 anos de trabalho a mortalidade ficou em 6 por mil, o que é a mortalidade até hoje de países como Japão e Estados Unidos, só morrem crianças prematuras extremas de menos de um quilo e meio e crianças com malformações congênitas incompatíveis com a vida, o resto não morreu mais. Então isso foi um trabalho feito durante os três governos que a gente teve. Não vou citar partido político, porque não dependeu do partido político, dependeu muito mais da nossa visão de vida, do meu ex marido e minha de nos dedicarmos pro que mais importava. Pra mim o que mais importa são as crianças. Não tem nada mais importante. (LEDA, 2022)

Para Carvalho (2006) o espaço escolar, aqui entendido como creche, era propício para realizar um trabalho preventivo nos aspectos higiênicos e físicos, pois havia uma preocupação com a saúde e o bem-estar das crianças, características do discurso médico-higienista que permeava o atendimento à infância. A entrevistada Leda (2022) destaca que as crianças

precisavam entrar cada vez mais cedo nas instituições de atendimento para evitar a doença e a internação.

As ações da primeira dama demonstram uma tentativa de produzir um processo de civilização com a população do município, principalmente com as mães e profissionais da creche. Era um processo civilizatório do atendimento à infância, uma civilização de como cuidar das crianças. Para Leão (2007, p. 10) “[...] todos os caminhos levam a civilidade à escola, porque ela entra com toda a força na longa história cultural dos modelos e das práticas pedagógicas”. Veiga (2002, p. 155) ainda corrobora quando afirma que esse processo civilizatório mostra o incômodo com as práticas sociais das camadas pobres e trabalhadoras e, portanto, busca mudar o pensamento dos indivíduos, que estaria permeado por uma suposta irracionalidade, e assim:

“[...] ganha corpo a ideia da necessidade de uma racionalidade exterior que venha em socorro da irracionalidade interior, substituindo práticas sociais tradicionais por práticas modernas, com o objetivo de alocar os indivíduos, tanto física quanto culturalmente, em seus devidos lugares políticos. A cidade se desdobra na sua intenção pedagógica”.

Quando questionada sobre o que mudou na Creche Nossa Senhora da Conceição a partir da sua participação no governo, Leda (2022) afirma que “ficaram todas no mesmo esquema padrão. Todas tinham assistência médica, odontológica, psicológica, terapia ocupacional, enfermeiras, técnicas de enfermagem, vacinação, treinamentos, tudo padronizado”. Batista e Schmidt (2022, p. 77) destacam que com uma educação higiênica e moral, que considerava a “criança como um objeto de observação e intervenção educativa [...] havia que se constituir instituições de cunho educativo higiênico que dela se ocupasse, para garantir o desenvolvimento biofisiológico esperado”, ou seja, creches. Segundo a entrevistada Catiana (2022), a Leda era

[...] muito exigente, ela ia olhar o serviço, ela ia cobrar se não estivesse bem feito, se não estivesse bem limpo, se não estivesse bem organizado. Então ela queria tudo muito correto dentro daqueles padrões que o espaço se propunha, se era um espaço de cuidar, de higienizar, de nutrir as crianças tinha que ser bem feitinho, né.

A exigência pelo que considerava correto faz parte do processo civilizatório, havia comportamentos e habilidades sobre os cuidados das crianças que eram esperadas tanto das mães como das atendedoras. Assim como, quando Elias (2011) aborda a corte francesa, havia um comportamento esperado para as relações da hierarquia, nesse caso a ofensa era a principal preocupação, e gradualmente esse comportamento tornava-se mais rigoroso, enquanto as noções de como se comportar ficavam mais sutis, ou seja, as mudanças que o processo civilizatório propunha eram assimiladas e desempenhadas pelos indivíduos daquela figuração

cada vez de forma mais natural. Veiga (2002, p. 156) destaca, quando aborda a construção da cidade de Belo Horizonte, que a população que passa por um processo civilizatório é considerada “infantil, rude e inculta; ou seja, muito necessitada das lições de civilidade. Entre uma norma estabelecida e uma irracionalidade explícita, a ação pedagógica encontra seu lugar”. Apesar de em nenhum momento serem utilizados estes adjetivos pejorativos para a população osoriense, ou para as mães das crianças que frequentavam a creche, entende-se que havia uma concepção de que as famílias eram incapazes de cuidarem sozinhas das crianças.

Além das creches, a Secretaria de Saúde, Serviço Social e Meio Ambiente se preocupava com outras ações necessárias para o município. Entre elas a criação de postos de saúde, muitas vezes junto às escolas. Conforme a entrevistada Leda (2022): “A estratégia era sempre a mesma que eu fiz: é escola; do lado é o posto de saúde com médico pediatra, médico ginecologista pra fazer o pré natal pras crianças nascerem bem, as vacinas; a escola. Escola, creche, posto de saúde juntos”. Escola, posto de saúde e creche. Juntos para realizar um atendimento completo para as crianças. Para as crianças da escola que não dispunha de turno integral havia ainda o Extra Classe, com atividades, alimentação e higiene no contraturno escolar.

A Creche Nossa Senhora da Conceição nunca recebeu um posto ao seu lado, mesmo tendo um terreno vazio. Porém, segundo Catiana (2022), isso se deu por uma iniciativa da comunidade escolar, pois quando a prefeitura comprou o terreno contíguo e demonstrou interesse em construir um posto de saúde, “a comunidade escolar se mobilizou e disse não, que ficasse pra escola, porque a escola precisava de um espaço amplo pras crianças porque é uma das maiores escolas”. Assim, a creche mais antiga do município, e na época a maior, foi a única naquele período que não recebeu um posto de saúde ao seu lado. Hoje já foram construídas mais creches que também não seguiram a estratégia. Essa atitude da comunidade escolar mostra como a concepção de creche estava mudando, pois se percebia a necessidade de espaço para as crianças, espaço para ser ocupado por elas nas práticas cotidianas da instituição e não para ser ocupado pela saúde, que apesar de beneficiar as crianças, não se mostrava mais como a prioridade da instituição.

Quando falamos da Creche Nossa Senhora da Conceição estamos também falando das demais creches do município, das histórias da educação do município, do estado e do país, porém, com suas especificidades. Havia ali um contexto local que não necessariamente era igual aos demais municípios, pois para Elias (2006, p. 22-23) quando abordamos um processo de civilização, sabemos que são

Inseparáveis do processo de civilização humana, mas distintos no plano do pensamento, são os processos especiais de civilização que — de tribo para tribo, de nação para nação, em suma, de unidade de subsistência para unidade de subsistência — diferem em função das particularidades de seu destino social.

Mesmo se tratando de um contexto local, com suas especificidades, as ideias de como organizar esse atendimento não surgiram do nada, a entrevistada Catiana (2022) afirma que “a gente percebe que tem, de algum lugar ela buscou essas referências pra criar esses espaços”. E a própria Leda (2022) conta de onde veio a inspiração para o trabalho realizado no município:

[...] eu fui à Cuba conhecer o sistema de saúde de família lá e a gente implantou aqui. Não exatamente igual ao de Cuba, mas parecido, que era o que era possível e depois foi implementado pelo Ministério da Saúde o Programa Saúde da Família onde eu te falei que eu trabalhei 10 anos. E também assim como a Lei de Proteção à Criança, depois foi feito o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA, que já fez 30 anos, a nossa lei municipal de proteção à criança é anterior.

No período de redemocratização política da sociedade brasileira começaram a ser criadas novas normatizações, segundo Perez e Passone (2010) estabeleceram um novo padrão político, jurídico e social. A própria Constituição de 1988 redefiniu “a posição e a representação da criança na sociedade, reconhecendo-a como sujeito de direitos e objeto de proteção integral” (PEREZ; PASSONE, 2006, p. 666). Para Leão (2007, p. 24) essa mudança de pensamento em relação às crianças, essa preocupação com o cuidado delas, está relacionado ao *habitus* nacional, que “deve ser entendido como uma comunidade imaginada de sentidos e de sentimentos reconhecida por um conjunto de indivíduos que se determinam reciprocamente em suas relações sociais e no modo pelo qual reagem diante de acontecimentos pessoais e impessoais”, ou seja, um processo civilizador que busca uniformizar o atendimento à infância, com o que considerava-se mais adequado.

No município de Osório, em 1987 foi criado o Conselho Municipal de Assistência ao Menor, coordenado pela Leda, que buscava auxiliar no trabalho das creches por meio de voluntariado, doações e participação nos eventos. Segundo Forell (2009, p. 72) o trabalho voluntário é presidido pela ação em prol de um grupo de pessoas, porém “é possível afirmar que o voluntariado possui sempre um lado arbitrário, no sentido que as pessoas impõem suas práticas e seus costumes a outras pessoas”. Dessa forma, o agente voluntário descarta o conhecimento popular, porque, para o autor, o ato voluntário é “um espaço de relação política e de inserção de credos, verdades, paixões e ideologias” (FORELL, 2009, p. 73), o que pode nos levar a pensar em um processo civilizador, em que uma forma de pensar e agir está sendo buscada.

O trabalho em equipe, não só nas escolas, mas na secretaria também, foi destacado por Leda (2022) como um ponto importante para o funcionamento das ações.

Porque nós éramos uma enorme equipe de mulheres e alguns homens, basicamente as professoras das creches e as atendentes, as professoras das escolas, eram todas mulheres. E na secretaria municipal de educação só tinha um professor, um homem, então todas as professoras do Ensino Fundamental naquela época, hoje não sei se a realidade continua sendo a mesma, eram mulheres. E o que eu vejo é que aquela turma toda, ela pegou junto com as minhas ideias, elas davam todo suor que elas tinham pelas creches, elas faziam de tudo pra que as crianças ficassem bem, elas alimentavam as crianças com todo amor e carinho. Nós fazíamos treinamento periódico, inclusive na Creche Nossa Senhora da Conceição, elas adoravam o dia de treinamento, era em fins de semana e não tinha hora extra.

O trabalho das professoras e atendentes sendo percebido como uma doação de si, um empenho em que não tinha hora extra, entra no mérito da desvalorização profissional quando se entende a docência como vocação. Não é o foco desta análise, mas vale a ressalva, pois novamente pode ser percebido o conceito de “dádiva”. A formação, ou aqui o treinamento, é realizada em momentos específicos, além do horário de trabalho, e se espera em troca que as treinadas só aceitem. Segundo Mauss (2003, p. 231) “uma parte da humanidade, relativamente rica, trabalhadora, criadora de excedentes importantes, soube e sabe trocar coisas consideráveis, sob outras formas e por razões diferentes das que conhecemos”.

Em uma conversa inicial, alguns dias antes da entrevista, quando ela me emprestou os álbuns de documentos, a pediatra destacou que havia uma rede de pessoas que fizeram o atendimento acontecer: “Ela ressaltou pra mim que criou as creches para as crianças pobres, para elas não morrerem como acontecia, [...]. Na verdade, não ela sozinha, mas toda a rede que ela ajudou a conceber, construir e fazer funcionar” (Diário de Campo, 13/01/2022). Ou seja, uma rede de figurações, pois segundo Elias (2006, p. 26) “os seres humanos, em virtude de sua interdependência fundamental uns dos outros, agrupam-se sempre na forma de figurações específicas”, que podem ser escolas, famílias, comunidades religiosas, associações, entre outros.

Vale destacar também o descontentamento da pediatra com a inserção das creches na Educação Básica a partir da LDB/96

Porque deixaram de ser creches, perderam o objetivo que era salvar as crianças pequenas, perdeu o objetivo que era que as mães pobres deixassem as crianças seguras pra poderem trabalhar. Hoje eu sei que a lei diz que todos têm direito a deixar seus filhos em creche, mas eu acho muito injusto uma pessoa que tenha condições de pagar creche particular pro seu filho usar a vaga de uma criança pobre que vai ficar em casa, muitas vezes cuidadas por crianças um pouquinho mais velhas.

Kuhlmann Jr. (2000, p. 7) adverte: “A incorporação das creches aos sistemas educacionais não necessariamente tem proporcionado a superação da concepção educacional assistencialista”. As autoras Rosseti-Ferreira, Ramon e Silva (2002, p. 68) verificam que as propostas dos governos para o atendimento à infância entendem a “educação/cuidado infantil como uma forma de intervenção social para superação das desigualdades”. Assim, a desigualdade social, seja ela relacionada a gênero, condição econômica ou étnica é uma justificativa utilizada para as políticas públicas de assistência e educação, porém os mesmos dados “indicam que essas políticas só tendem a reforçar a desigualdade já existente entre os diferentes estratos sociais” (ROSSETTI-FERREIRA; RAMON; SILVA, 2002, p. 83). Nesta realidade a filantropia se mostrou mais forte e importante para a manutenção das creches, inclusive com o voluntariado.

6.2.2 A doação e a filantropia como meio de sustentar os “supérfluos” da creche

A prefeitura é a mantenedora da creche desde sua criação em 1982, segundo a entrevistada Maria (2022), nada faltou para a instituição em termos de alimentação: “ali na creche Nossa Senhora da Conceição tinha muita fartura. Era do tempo do falecido Jorge Dariva. Aquele ali tudo que tinha vinha pras creches. Carne, galinha, massa, tudo que era bom, fruta, verdura, tinha sempre pras crianças”. Porém, uma instituição que atende crianças precisa mais do que alimentos e pessoas. São necessários materiais para que a brincadeira das crianças seja enriquecida, além de outros detalhes como água filtrada.

[...] a gente sempre contava com mais doações, tinha um período que a gente tinha nas escolas a água filtrada, aí entre os pais mesmo eles já davam um real, porque eu lembro que na época era 5 reais a bombona, aí todos eles ajudavam. Se tu precisava de um tapete, alguma coisa, a gente dizia “quem tiver um tapete pra doar”, aí sempre tinha uma mãe ou outra que trazia. (ESTELA, 2022).

A fala da entrevistada Estela exemplifica doações simples realizadas pela própria comunidade escolar que auxiliavam o trabalho da creche no cotidiano. No Arquivo Municipal havia uma lista com o número de mães que realizaram sua doação no mês de agosto. Não há data, mas encontrava-se junto aos documentos do final da década de 1980, e apresentava o valor total arrecadado por cada creche, mostrando que o controle não se dava só internamente na instituição. A Creche Nossa Senhora da Conceição recebeu 25 doações de um total de 95 crianças matriculadas. Dentre as quatro que aparecem na lista foi a que mais teve contribuições, em um total de 287 crianças matriculadas.

Outras ajudas também eram recebidas pela instituição, no Jornal Folha do Litoral se destaca uma reportagem de 14 de julho de 1984 sobre os grevistas da Previdência Social que arrecadaram roupas para as crianças. Batista e Schmidt (2022, p. 75) destacam que “enfrentar a pobreza era um dos objetivos do Estado, bem como, da elite, a partir de valores filantrópicos e beneméritos pelo engrandecimento nacional”. A entrevistada Leda (2022), enquanto era Secretária de Saúde também promovia a filantropia para ajudar onde fosse necessário.

Eu sempre estimulei muito o voluntariado, aqui em Osório quando eu fui secretária de saúde durante 12 anos eu tinha uma quantidade muito grande de senhoras do Lions Clube, do Rotary Clube, do Rotaract, do Lions Juvenil também, das escolas, professoras, das igrejas todas, independente que eu sempre fui católica, mas a gente tinha sempre ajuda e eu sempre estimulei todas as voluntárias de igrejas, sejam evangélicas ou não evangélicas.

Para Kuhlmann Jr. (2015), quando falamos em assistência podemos falar em caridade e em filantropia. Assim, a caridade estaria relacionada a “significados diferentes ao longo da história, referindo-se à religião, ao Estado, ou a um sentimento de ordem individual em relação à pobreza” (KUHLMANN JR., 2015, p. 56). Enquanto a filantropia “pode se referir à secularização, à iniciativa não governamental, ou à organização racional da assistência” (KUHLMANN JR. 2015, p. 56). Portanto, aqui adota-se a expressão filantropia como uma forma de agrupar “todas as formas de assistência aos pobres que visassem diminuir o custo social de sua reprodução” (KUHLMANN JR. 2015, p. 56).

Assim, além das famílias que ajudavam havia instituições que faziam doações regulares. Duas reportagens, uma do Jornal A Semana de 1991 e a outra sem identificação, apresentam o Lions Clube como padrinho de outra creche do município, a Cantinho da Alegria. Porém, ainda no final dos anos 1980, o clube realizou doações para a creche em estudo, na fotografia se encontra Leda Rios ao centro recebendo a doação (FIGURA 20). A entrevistada Catiana (2022) afirma que o Lions Clube também é padrinho da EMEI Nossa Senhora da Conceição

Tem o Lions, que são os padrinhos da escola, que isso já é uma coisa que vem da época do assistencialismo. Então tinham as instituições que apadrinhavam as escolas, pra presentear as crianças no natal, coisas assim. E daí na época a gente lembra que, na época uma das pessoas do Lions era a Sirlei, ela já é falecida, era a esposa do Doca, não sei se tu sabe ali a madeireira? E eu dei aula pro filho dela, então eu já conhecia de muito tempo, conheci ela dessa época. Aí a gente fez um combinado que os presentes que eles iam oferecer não seriam brinquedinhos, mas algo que fosse compartilhado por todos, todos pudessem aproveitar, que ficasse de legado pra escola. Uma pracinha, um escorrega novo, coisas que ficassem pra escola, seria um presente pra eles, uma novidade, uma pracinha, uma casinha, e que seria compartilhado por todas as crianças.

Figura 20 - DAL015 - Doação do Lions Clube para a creche



Fonte: Acervo de Leda Rios.

Para Camara (2017, p. 201) essa caridade exercida pelas instituições e a assistência representada pela creche buscavam assegurar “aos preceitos higiênicos elementares, o socorro à pobreza, a atenuação da ignorância e a cura das doenças”, ou seja, atender à essa comunidade em suas necessidades básicas de higiene e saúde. Outra reportagem, de 18 de junho de 1983, no Jornal Folha do Litoral, mostra que a creche recebia apoio desde o seu começo, dessa vez da Casa da Amizade, que doou roupas e estufas para enfrentar o frio do inverno. A Casa da Amizade foi considerada a madrinha do berçário da creche estudada, pois doou antes da inauguração cortinas, colchas, lençóis, cobertores, colchões e travesseiros (FIGURA 21).

Figura 21 - NJA036 - Reportagem do Jornal Folha do Litoral em 03/02/1983

**CASA DA AMIZADE FAZ
DOAÇÃO À CRECHE
N.S. DA CONCEIÇÃO**



Além de cem mil cruzeiros, a Casa da Amizade, doou a creche Nossa Senhora da Conceição, que será inaugurada dia 23 de fevereiro, cortinas, colchas, lençóis, cobertores, colchões, travesseiros, enfim todo o material que necessitará o berçário da creche.

A creche está localizada na rua João Pessoa, s/nº, entre o bairro Caravaggio e o Porto Lacustre, com o principal objetivo de atender as crianças carentes daquelas imediações. A Casa da Amizade, como madrinha do berçário não está medindo esforços para ajudar esta obra de extrema importância para nossa cidade.

A Sra. Anita Bertuzzi fez a entrega das doações, representando a Casa da Amizade.

Fonte: Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho.

Além de doações, as instituições promoviam ações, como a visita ao Jardim Zoológico na semana da criança, promovida pelo Lions Clube e pela Legião Brasileira de Assistência. A LBA estava presente no município há algum tempo, já na década de 1960 há registros da parceria entre a instituição e a Sociedade Osoriense de Assistência à Maternidade e Infância (SOAMI), que era mantida em parte pelo auxílio da legião. Na década de 1970 foi criada a primeira Unidade de Proteção ao Pré-escolar, também em parceria com a instituição.

A creche buscava por parceiros para auxiliarem em seu trabalho, seja no cotidiano, seja em datas comemorativas. Estela (2022) destaca que “tanto na função de professora e depois como gestora também, eu sempre procurava parceira com as pessoas. Doações assim no sentido de festinha pras crianças, festinha de natal, de páscoa”. A entrevistada cita, então, um empresário, dono de um jornal da cidade, e também uma rede de mercados do município, como dois parceiros para a realização das comemorações da creche. O discurso em prol das creches articulava “saberes médico-higiênicos, jurídicos, pedagógicos, da assistência social, filantropia e dos sistemas jurídico-policiais” (RIZZINI; GONDRA, 2014, p. 578). A entrevistada Leda (2022) demonstra como os discursos se encontravam emaranhados.

Mas é que saúde, educação e serviço social são três atividades que elas se completam e elas precisam caminhar juntas. Porque não adianta só criança ter saúde e não ter física, não ter afeto, não ter sido estimulada a ser um ser humano solidário, altruísta, amoroso. Também não adianta a gente ter uma criança afetivamente bem, porém sem desenvolver capacidades intelectuais, porque ela vai precisar disso pra ela entrar no mercado de trabalho, pra ela se sustentar, pra ela formar família se quiser ou pra ela ajudar outras pessoas a crescerem também. Então o crescimento, ele é um crescimento em todos os sentidos, né.

O Conselho Municipal de Assistência ao Menor também trabalhava em parceria com a Associação Municipal de Assistência ao Menor de Osório, a AMAMOS, que realizava um trabalho voluntário intenso no município a partir de 1987. Conforme o relatório de atividades da Associação de 1989 e 1990, havia uma forte participação nos eventos das creches municipais, como chás e pedágios beneficentes, além da arrecadação de agasalhos e brinquedos para as crianças. Havia, ainda, o trabalho de seleção e organização de grupos de voluntárias para as creches, o que poderia significar uma falta de profissionais nas creches.

As ajudas que a creche recebia eram intensificadas em períodos festivos, como natal, páscoa e dia das crianças, o que reforça a necessidade das instituições de mostrarem à comunidade seu trabalho e sua importância, e estas datas são os momentos escolhidos para os rituais de reificação e legitimação. As festas se destacam nas memórias, mesmo sem terem sido convidadas. Não questionei nas entrevistas sobre as festas, as datas comemorativas, os desfiles,

nem nada do gênero. Mas, a minha pergunta sobre momentos marcantes na trajetória dentro da instituição evocou estas lembranças.

D: E tem alguma coisa que tu lembras, que tu quer me contar, alguma coisa que foi legal nesses anos?

J: Era bom sempre aquelas festas que eles faziam pras crianças, que vinha Terno de Reis cantar pras crianças.

D: No natal?

J: No natal, que eles faziam de noite aqui na escola.

D: E tinha de dia das crianças também?

J: Tinha, tinha festa. (JUSSIMARA, 2021)

Os registros da creche também abordam somente as festas e comemorações, além de momentos de destaque como passeio ao zoológico e a fachada do prédio da instituição. Afinal, a fotografia na década de 1980 tinha um valor monetário diferente do que o atual, assim os registros ficavam para momentos de destaque e não para o cotidiano. A escola possui álbuns com fotografias desde 1983, a maioria com legendas. No dia da entrevista com a Jussimara ela me mostrou as fotografias e contou um pouco sobre as festas, “depois que eu desliguei o gravador ela buscou os álbuns de fotos para me mostrar. Foram três e um deles era antigo, com fotos da década de 1980, inclusive da fachada da escola e das crianças” (Diário de campo, 02/12/2021).

Para Magnani (1984, p. 22), “a organização da vida familiar, as relações de vizinhança, as formas de entretenimento e cultura popular, podem constituir, pois, uma realidade até mesmo privilegiada para entender alguns aspectos das orientações políticas e dos movimentos sociais populares”, ou seja, as festas, as comemorações, as datas escolhidas, podem nos dizer sobre a cultura da instituição e da comunidade a qual faz parte. O autor ainda complementa que “a permanência de suas estruturas, a periodicidade de algumas celebrações e seu significado para a comunidade fazem desse espaço o depositário de aspirações quase sempre adiadas mas continuamente renovadas no interior desses centros de reprodução do imaginário popular” (MAGNANI, 1984, p. 22).

Quando pensamos nas ideias da população, no processo civilizador ali existente, podemos perceber as comemorações como uma forma de legitimar o papel da creche na comunidade. A festa chama a comunidade para dentro da instituição, mostra para ela como é o cotidiano ou pelo menos um pouco dele, visto que as festas são uma fuga da rotina cotidiana. DaMatta (1979 *apud* PEIRANO, 2003, s/n) afirma que os eventos especiais e o cotidiano devem ser considerados contrapontos, pois “ambos são parte de uma mesma estrutura, como as duas faces de uma mesma moeda expressando os mesmos princípios sociais”, e, ainda, a festa promove uma dramatização do cotidiano que “faz surgirem novos significados”.

As festas podem ser consideradas como lazer, que segundo Magnani (1984, p. 11) “é parte integrante da vida cotidiana das pessoas e constitui, sem dúvida, o lado mais agradável e descontraído de sua rotina semanal. Exatamente por estas razões é que não está imune a preconceitos quando se trata, não de desfrutá-lo, mas de refletir sobre seu significado”. Apesar de atualmente haver uma concepção sobre o mecanicismo presente nas datas comemorativas e as fragilidades em abordá-las de forma leviana²⁴, para o período estudado elas representavam outro papel, portanto elas são lembradas e relembradas quando se trata de momentos marcantes. A entrevistada Catiana (2022) destaca:

O que a gente ouvia das pessoas que trabalhavam na escola era normalmente as atividades alusivas às datas comemorativas, como o dia das mães, dia dos pais, havia os registros fotográficos, os álbuns da escola. Normalmente as atividades relacionadas ao dia da criança, ao dia das mães, ao dia dos pais, um chá, um passeio ciclístico, um jogo de futebol, atividades que até hoje são usuais nas escolas com relação a essas comemorações. Festa junina com apresentações das crianças, eram normalmente as atividades que a escola realizava e que a gente tem registro, pelo menos fotográficos e orais das colegas.

É o que uma geração conta à outra, o que o registro conta para o futuro. Chartier (2004, p. 22) afirma que em uma pesquisa historiográfica “[...] a festa deixou o lugar do pitoresco e do anedótico para tornar-se um revelador maior das clivagens, tensões e representações que atravessam sociedade”. Para Elias (2011, p. 26), em um processo civilizador os conceitos criados neste processo são transmitidos e:

Uma geração os transmite à outra sem estar consciente do processo como um todo, e os conceitos sobrevivem enquanto esta cristalização de experiências passadas e situações retiver um valor existencial, uma função na existência concreta da sociedade - isto é, enquanto gerações sucessivas puderem identificar suas próprias experiências no significado das palavras.

Festa, comemoração, datas comemorativas são palavras que não necessariamente mudaram seu significado, mas que foram interpretadas de diferentes maneiras através das gerações do atendimento à infância. Porém, mesmo com essas mudanças:

Mais relevante que lamentar a perda de uma suposta autenticidade, no entanto, é tentar analisar as crenças, costumes, festas, valores e formas de entretenimento na forma em que apresentam hoje, pois a cultura, mais que

²⁴Para Barbosa e Horn (2008), as datas comemorativas compõem o calendário de festividades e as crianças ficam expostas à uma “indústria das festas”. Dessa forma, a comercialidade das datas comemorativas se destaca em detrimento do significado para as crianças, reduzindo o aspecto pedagógico. BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetualidade em diferentes tempos**: na escola e na sala de aula. Projetos Pedagógicos na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2008.

uma soma de produtos, é o processo de sua constante recriação, num espaço socialmente determinado (MAGNANI, 1984, p. 18-19).

Apesar de Magnani (1984) trazer o hoje como temporalidade de pesquisa, podemos substituir pelo ontem, pela história, pelas histórias presentes nas comemorações. A cultura como um processo de recriação, como também o processo civilizador, um processo de mudança do pensamento da comunidade. Podemos usar ainda outra expressão para estes eventos especiais: ritual. Para Forell (2014, p. 41), “a utilização da noção ritual não necessariamente tem a ver com uma conceituação sobrenatural ou metafísica, que constitui este momento como ritual. O ritual está presente em espaços sociais que não necessariamente invoquem a religião como fato social”. Peirano (2003, s/n) ainda corrobora “em relação aos rituais: em todas as sociedades, existem eventos que são considerados especiais”.

A creche é o espaço desta pesquisa, os rituais presentes na creche podem ser percebidos nos próprios álbuns de fotos da instituição. Festas de Dia das Mães (FIGURA 22), Festa Junina (FIGURA 23; FIGURA 24), Páscoa, Natal, Dia das Crianças, e até mesmo festas de aniversário (FIGURA 25). Apesar de haver festas religiosas acontecendo dentro da instituição, é preciso considerar o significado que elas têm para quem participa. Para Forell (2014, p. 48) “para ser considerado analisado enquanto ritual, o conteúdo não é tão importante, mas sim a significância para a comunidade que o vivencia”.

Figura 22 - DSN001 - Festa de Dia das Mães



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

Figura 23 - DAL031 - Festa Junina



Fonte: Acervo de Leda Rios.

Figura 24 - DSN004 - Festa Junina



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

Figura 25 - DAL060 - Festa de aniversário

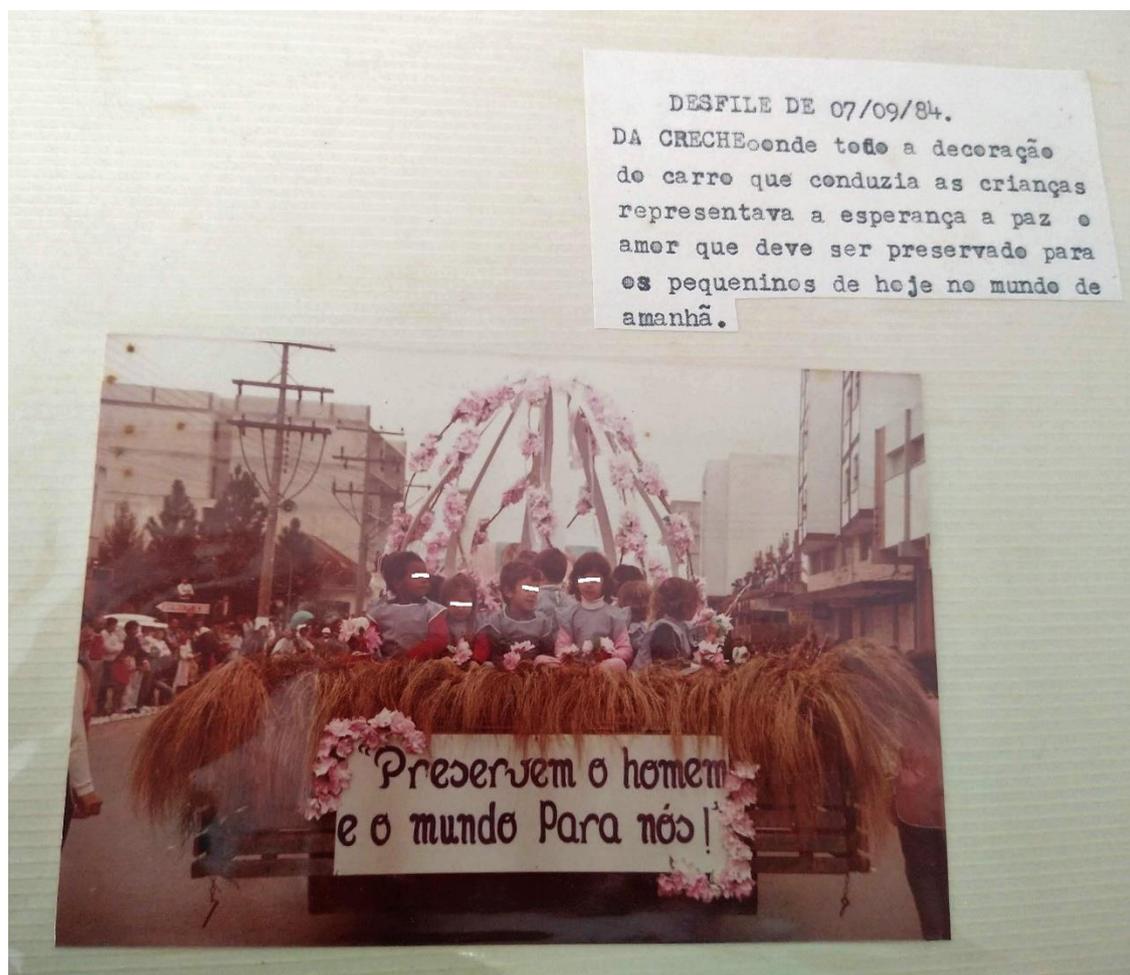


Fonte: Acervo de Leda Rios.

Além dessas comemorações no espaço da instituição, a festa nacional com maior participação das instituições de educação: o desfile de 7 de setembro (FIGURA 26; FIGURA 27; FIGURA 28), e o desfile da Semana da Farroupilha (FIGURA 29; FIGURA 30). Peirano (2003, s/n) destaca que para a sobrevivência de um ritual “é necessário um grupo de pessoas, uma comunidade moral relativamente unida em torno de determinados valores”, aqui é a creche. Lahire (2022 *apud* FORELL, 2014, p. 125) destaca que os rituais

[...] são elementos sociais que produzem homogeneização dos comportamentos, tendo em vista que são constitutivos e constituidores de cultura. Por outro lado, essa homogeneização se configura, em uma sociedade complexa, de forma pontual e local, ou seja, as pessoas aprendem a conviver de acordo com as lógicas culturais do lugar apenas neste local, sendo que a transposição destes hábitos para outros locais sempre se dá de forma heterogênea, dependendo do quão normativo é o outro espaço e o quão potente foi o ritual na lógica de construção de disposições dos indivíduos.

Figura 26 - DSN015 - Desfile em 07/09/1984



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

Figura 27 - DSN019 - Desfile em 07/09/1985



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

Figura 28 - DSN019 - Desfile em 07/09/1985



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

Figura 29 - DAL085 - Desfile da Semana Farroupilha



Fonte: Acervo de Leda Rios.

Figura 30 - DAL085 - Desfile da Semana Farroupilha



Fonte: Acervo de Leda Rios.

E falar em homogeneização de comportamentos, neste caso é falar em processo civilizador. Porém, para Elias (2008, p. 172) em um processo civilizador, “ocorrem mudanças no autocontrole de cada um que não são necessariamente unilineares”, ou seja, há uma tentativa de homogeneização, mas que não ocorre de forma padrão e evolutiva. Um exemplo desse processo no município de Osório pode ser a forte participação filantrópica que acontecia nas festas. Na Semana da Criança, em 1983, o Lions Clube promoveu um passeio ao Jardim Zoológico com as crianças (FIGURA 31), e o destaque da foto das crianças em frente ao ônibus é a bandeira com o logo do Lions Clube, talvez uma tentativa de frisar e não deixar esquecer o patrocínio. No mesmo ano a Casa da Amizade promoveu uma festa para as crianças dentro da instituição (FIGURA 32), e estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Prudente de Moraes promoveram uma apresentação artística para as crianças, demonstrando também o voluntariado. A festa natalina daquele ano foi organizada pelas senhoras da Igreja Metodista. No ano de 1991, há uma reportagem explicando como as doações foram importantes para promover festas de natal nas creches do município (FIGURA 33). Todos estes momentos foram registrados nos álbuns de fotos da creche. A AMAMOS também participava das comemorações das creches, como os chás beneficentes.

Figura 31 - DNS011 - Passeio a Jardim Zoológico



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição.

Figura 32 - DSN010 - Festa de dia das crianças



Fonte: Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição

Figura 33 - DAL066 - Reportagem sobre natal nas creches



Peirano (2003, s/n) afirma que o ritual é “um fenômeno especial da sociedade, que nos aponta e revela representações e valores de uma sociedade, mas o ritual expande, ilumina e ressalta o que já é comum a um determinado grupo”. Ou seja, no caso da creche mostra os valores referentes à filantropia, que não acontecia só nas festas, mas nas festas era mais percebida, era ressaltada sua importância. Mostra, ainda, os valores relacionados às crianças, como a preocupação com a saúde e a higiene, visto que em quase todas as comemorações as crianças estão vestindo os aventais azuis, seus uniformes dentro da instituição.

Por meio dos rituais manifestados nas festas, a creche conseguia demonstrar seus valores, suas crenças, e assim se tornar um símbolo destas crenças relacionadas à filantropia e à higiene e saúde. Para Peirano (2003, s/n) os rituais “são bons para transmitir valores e conhecimentos e também próprios para resolver conflitos e reproduzir as relações sociais”, ou seja, além de serem úteis para um processo civilizador, em que uma ideia (valores e conhecimentos) busca ser estabelecida, também são úteis para manter e estabelecer as relações de interdependência existentes naquele espaço. Chartier (2004, p. 23), ao estudar a festa no Antigo Regime da França, destaca que “ela é sempre aquele momento particular mas reiterado em que se pode aprender - mesmo se mascaradas ou investidas - as regras de um funcionamento social”, ou seja, as relações de interdependências daquele espaço.

Oliveira e Pires (2019, p. 59) ao estudar os álbuns de uma instituição educacional afirmam que “ver uma fotografia isolada não nos traz o mesmo significado que ver mais uma fotografia encadeada entre outras, que seguem uma ordem e possibilitam demais interpretações”. Assim, os álbuns da creche, com seus registros sobre as festas, nos contam uma história sobre o que era desejado registrar e contar para nós.

Ao entender as relações de interdependência existentes na creche desde 1983 até a década de 1990, podemos entender como alguns processos foram estabelecidos. Como as prioridades do atendimento foram estipuladas e modificadas, como a realidade das famílias atendidas foi se modificando, como os profissionais da creche foram sendo escolhidos e aperfeiçoados, como as escolhas políticas foram realizadas, como a filantropia foi estabelecida e como a creche se tornou um símbolo do cuidado com as crianças. A festa “com seus rituais, seus gestos, seus objetos, ela é uma gramática simbólica que permite enunciar, apresentando-o para ser visto ou ouvido, um projeto político” (CHARTIER, 2004, p. 38). Todos estes âmbitos podem ser relacionados ao processo civilizador que aconteceu durante os primeiros anos de funcionamento da Creche Nossa Senhora da Conceição.

Um processo civilizador que aconteceu tantos no nível da sociogênese, ou seja, da sociedade, quanto no nível da psicogênese, ou seja, dos indivíduos. Pois, o processo civilizador,

para Elias (2011) acontece dessa forma, de fora para dentro e de dentro para fora. Agentes da sociedade afirmam e demonstram o comportamento/pensamento esperado de forma que os indivíduos compreendam, assimilam e assim, reproduzam, incorporando a si os valores e conhecimentos. Entretanto, esse processo não é instantâneo, é necessário tempo e ferramentas como a auto-observação e o autocontrole, para que lentamente, novos valores sejam incorporados e se estabeleça um processo civilizador. Assim, “os comportamentos, as emoções individuais e a vida coletiva” (LEÃO, 2007, p. 19) vão sendo modificados. A Creche Nossa Senhora da Conceição se tornou um símbolo do cuidado de crianças e bebês na década de 1980 e promoveu, por meio das relações de interdependências, um processo civilizador com estes valores.

7 PRODUTO DO PROGRAMA DE MESTRADO

Por se tratar de um Mestrado Profissional, há a exigência de um produto que se relacione à temática da pesquisa. Durante a produção de informações para a pesquisa me deparei com muitos documentos, que estavam espalhados pelos quatro acervos que consultei. Assim, com uma ideia de unir as informações em um só espaço criei um site, denominado Histórias da Educação do Litoral Norte Gaúcho²⁵. Esse site irá funcionar como uma plataforma colaborativa em que as diversas histórias sobre a educação da região serão divulgadas e será alimentado com fotografias e histórias enviadas pelos moradores da região, sejam professores ou estudantes. Além disso, já conto com um acervo de imagens e documentos construído durante o mestrado que também serão divulgados na plataforma. Decidi não limitar ao município de Osório, visto que tenho uma rede de relações com outras cidades da região que também podem contribuir para a alimentação do site.

Figura 34 - Página inicial do site



Fonte: própria autora (2022).

²⁵ <https://www.historiaseducacaolitoralrs.com.br/>

Decidi criar três categorias para o formato das postagens. O primeiro formato é composto por fotografias acompanhadas de um pequeno texto contando o que acontecia naquele momento, ou seja, o evento que estava acontecendo, seja ele envolvendo toda a comunidade escolar ou do cotidiano, essa é a principal contribuição da comunidade. O segundo formato envolve além das fotografias um embasamento teórico a partir de autores apresentados na dissertação, assim, fotografias não de eventos específicos, mas que representam ideias, conceitos e práticas antes corriqueiras. A terceira categoria de postagem é a divulgação de outros trabalhos que abordam as histórias da educação do Litoral Norte Gaúcho, sejam eles de nível acadêmico, escolar ou pessoal. As postagens serão realizadas semanalmente.

Figura 35 - Página das publicações do site



Fonte: própria autora (2022).

A divulgação tanto da proposta quanto das postagens será realizada nas redes sociais de maior amplitude, neste momento Instagram²⁶ e Facebook²⁷, sem excluir a possibilidade de expandir para outras redes sociais que se mostrarem relevantes. Para estender ainda mais a rede de relações do site estabeleci uma parceria com as historiadoras do litoral Fabiana Mayboroda e Maria Augusta Martiarena de Oliveira, para auxiliarem na divulgação do site e na ampliação rede relações.

²⁶ <https://www.instagram.com/historiaseducacaolitoralnorte/>

²⁷ <https://www.facebook.com/historiaseducacaolitoralnortegaucho>

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nenhuma teoria e nenhum modelo, em qualquer campo de pesquisa, pode ter a pretensão de ser definitivo e absoluto. E, nesse caso, é certo que se trata antes de um começo que de um fim (ELIAS, 2001, p. 59).

Finalizar uma dissertação é decidir quando dar por terminada uma história, mesmo que ela possa continuar sendo contada. Finalizar uma pesquisa historiográfica significa contar uma história, ou pelo menos contar uma versão da história. Uma versão que se constitui a partir dos achados e da perspectiva do autor, para Elias (2001, p. 53) a escala de valores pessoais do historiador “define em grande medida o modo de colocar as questões e a seleção das fontes”. A história que busquei contar aqui surgiu a partir de aproximações pessoais com a temática e, assim, depois de buscar os primeiros achados surgiu uma pergunta que guiou o restante do processo e me fez contar esta história. **Como foi se constituindo o atendimento à infância na primeira creche de Osório/RS na década de 1980?**

Posso afirmar que o atendimento à infância na Creche Nossa Senhora da Conceição, fundada em 1983 em Osório/RS, iniciou com três prioridades: a alimentação, a higiene e a saúde. Entretanto, apesar dos fortes marcadores destas prioridades, há uma presença sutil da preocupação com os desenvolvimentos físico e cognitivo das crianças, quando são inseridas na creche as terapeutas ocupacionais e as psicólogas. Não havia uma preocupação pedagógica definida neste atendimento dos bebês e das crianças bem pequenas, porque ao contrário das turmas de Maternal II e de Jardim, que funcionavam na mesma instituição, não havia professoras para que houvesse este entendimento. Porém, as crianças aprendem a todo momento.

Dessa forma, mesmo sem o entendimento pedagógico, mesmo sem a docência nesta faixa etária, que veio somente com a LDB/96, havia um aprendizado da parte dos bebês. Na inauguração da creche, antes mesmo de Leda Rios estar envolvida com as creches, o periódico local destacou que a instituição se preocuparia com o desenvolvimento biopsicológico, “através de atendimento nas áreas de recreação, educação, saúde e nutrição” (Folha do Litoral, 22/03/1983, capa), sem diferenciar o atendimento entre as faixas etárias. Na sua inauguração a creche era mantida pela Secretaria de Educação, e em 1986 com o novo governo e a criação da Secretaria de Saúde, Meio Ambiente e Serviço Social em 1989, passou a ser vinculada à nova secretaria. Fazendo assim o caminho inverso da maioria das creches, que passaram da assistência para a educação após a promulgação da LDB/96.

A Creche Nossa Senhora da Conceição também passou por esta transição após a LDB/96, porém sua história anterior a este período ganha um destaque especial por este desvio do senso comum. As pesquisas analisadas no estado do conhecimento desta dissertação retratam esta realidade, instituições de atendimento à infância extremamente vinculadas à assistência social. Não é meu intuito afirmar que uma das formas de atendimento seja melhor em detrimento de outra, pois o papel de um historiador não é julgar, mas entender e explicar o que aconteceu analisando a partir de pontos de vista. Portanto, minha observação quanto à vinculação da creche estudada ter passado da Secretaria de Educação para a nova secretaria não busca recriminar a gestão, mas apontar uma questão que aconteceu de forma diferente da maioria.

Além das prioridades do atendimento e da presença da preocupação com o desenvolvimento das crianças outras questões se destacaram na pesquisa. Como a urbanização da cidade que modificou a realidade das famílias atendidas pela instituição, como a filantropia que a creche recebia, principalmente nas épocas festivas, e como a rede de relações de interdependência que permearam a creche modificaram suas práticas e seu atendimento. Pois, com a mudança de gestão em 1986 e a inserção de Leda Rios na política assistencial do município, a creche teve suas prioridades redefinidas e foi considerada uma instituição salvadora da infância.

Essa mudança não aconteceu instantaneamente, mas fez parte de um processo de mudança no pensamento da população, que passou a ver a creche como uma instituição importante para as crianças do município. Um processo civilizatório que, segundo Leão (2007, p. 21), “aponta para o desenvolvimento conjunto do aparelho psíquico e das cadeias de relações formadas pelos indivíduos na sociedade. A primeira dimensão chama-se psicogênese; e segunda, sociogênese”. Logo, em um processo civilizatório as redes de relações mantêm os indivíduos ligados uns aos outros e formam a figuração da sociedade ou das instituições. Na creche, a figuração entre funcionários, políticos, famílias e crianças promoveu o processo de compreensão e legitimação da creche como um espaço para salvar as crianças da fome, da doença e do perigo.

Estudar e compreender este processo me revelou o que eu desconfiava e não sabia: meu gosto pela História da Educação. O que eram duas áreas de interesse, ou então uma área de interesse e uma paixão, agora são duas paixões: a História e a Educação Infantil. Unir as duas nesta dissertação me permitiu explorar ainda mais uma área que chegou para mim despretensiosamente e se tornou minha companheira há muitos anos. Os arquivos muitas vezes me cansaram, mas mesmo assim não deixaram de me encantar, a cada achado uma emoção me

tomava, era como se mais uma peça do grande quebra-cabeça se encaixasse, mesmo assim tenho a sensação de que não o terminei – e de que ele não tem fim.

Para Elias (2001) a história é sempre reescrita pois o pesquisador obedece à sua época com as suas particularidades, portanto a história que aqui conto pode ser recontada daqui alguns anos, podem ser encontradas outras evidências que deixei escapar nos documentos, podem ser encontrados outros achados em outros documentos ou outras memórias podem ser contadas. Mesmo com a vulnerabilidade desta história, com a possibilidade de ser mudada, ela se mostra importante para mim, para minha dissertação e para a instituição observada, estudada e analisada. Ouso dizer que contar esta história é importante para a união das duas áreas, que por vezes se aproximam e desaproximam por caírem no senso comum.

Quando comecei a escrever as considerações finais de minha pesquisa me perguntei o que eu aprendi com ela, e percebi que as aprendizagens vão além das análises. Aprendi um pouco mais sobre pesquisar em acervos, aprendi a conversar com as pessoas e perguntar o que eu realmente quero saber, aprendi um pouco mais sobre escrita e como me posicionar de forma respeitosa, porém, firme, e aprendi ainda mais que sozinha não se faz pesquisa. É preciso uma rede de interdependências para que a pesquisa aconteça, é preciso ajuda para encontrar acervos, para compartilhar os achados, para encontrar quem entrevistar, para indicar leituras, para revisar escritas e principalmente para compartilhar frustrações e alegrias.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes orais: Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla (Org.). **Fontes históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **O Tecelão dos Tempos**: novos ensaios de Teoria da História. São Paulo: Intermeios, 2019.

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Memórias da Rural**: Narrativas da experiência educativa de uma Escola Normal Rural pública (1950-1960). 2007. 272 f. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ARCE, Alessandra. As pesquisas na área da Educação Infantil e a História da Educação: construindo a história do atendimento às crianças pequenas no Brasil. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 21, p. 107-131, jan./abr. 2007.

ARCE, Alessandra; VALDEZ, Diane. “A primeira infância vai à escola” O regulamento do Jardim de Infância – Goiás/1928. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 16, p. 129-151, set. 2004.

BATISTA, Rosa; SCHMIDT, Leonete Luiza. Centro de Puericultura Beatriz Ramos: Berço da Creche em Santa Catarina da década de 1940. **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, n. 45, p. 67-96, jan./jun., 2022. Universidade Federal de Santa Catarina.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação é a Base. Brasília, MEC, CONSED, UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1967, de 24 de janeiro de 1967, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988, de 05 de outubro de 1988, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 08 ago. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf> Acesso em: 08 ago. 2021.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8069, 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 5.692**, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 02 set. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 010172**, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

CAMARA, Sônia. As Damas da Assistência à Infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930). **Revista História da Educação** (Online), Porto Alegre, v. 21, n. 53, p. 199-218, 2017.

CAMARA, Sônia. Inspeção Sanitária escolar e educação da infância n obra do médico Arthur Moncorvo Filho. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 13, n. 3 (22), p. 57-85, set./dez. 2013.

CAMARA, Sônia; SILVA, Alessandra Moura da. Em favor da infância e em caridade da Pátria: a criação da primeira colônia escolar de férias do Rio de Janeiro de 1923 a 1924. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 17, n. 3 (46), p. 106-136, jul./set. 2017.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. A emergência das Instituições de Educação Infantil. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 20, p. 115-134, set. 2006.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

ELIAS, Aluizio Ferreira; RESENDE, Haroldo de. A criança ajustada: aspectos do pensamento de Dante Moreira Leite sobre a infância urbana brasileira. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 13, n. 1, jan./jun. 2014.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios**: estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1**: uma história dos costumes. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FARGE, Arlete. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

FORELL, Leandro. **Participando na cidade**: Um estudo etnográfico sobre a participação em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Parque Ararigbóia em Porto Alegre/RS. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2014, 180f.

FORELL, Leandro. **Trabalho voluntário em projetos sociais esportivos**: uma análise a partir do Programa Escola Aberta de Novo Hamburgo/RS. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Educação Física, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Movimento Humano, Porto Alegre, 2009, 164f.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

GONDRA, José Gonçalves. A emergência da infância. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 01, p. 195-214, abr. 2010.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Romagem do Tempo e Recantos da Memória**: Reflexões metodológicas sobre História Oral. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. O discurso médico sobre a educação da infância pobre veiculado pela *Revista do Ensino* de Minas Gerais (1925-1930). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, n. 2, jul./dez. 2011.

HARTOG, François. **Crer em História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/osorio.html>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1980**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico de 1991**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 1992

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais. **Estimativas da população residente com data de referência 1º de julho de 2020**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/osorio.html>>. Acesso em: 07 ago. 2021.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico**: 2000. vol. 7. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

KUHLMANN JR., Moysés; FERNANDES, Fabiana Silva. Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 693-716, set./dez. 2014.

KUHLMANN JR., Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, Rio de Janeiro, n. 14, mai./jun./jul./ago. 2000.

KUHLMANN JR., Moysés. **Infância e Educação Infantil**: uma abordagem histórica. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015, 192 p.

KUHLMANN JR., Moysés; MAGALHÃES, Maria das Graças Sandi. A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação. **Educação em Revista**, Itatiba, v. 26, n. 01, p. 327-349, 2010.

LEÃO, Andréa Borges. **Norbert Elias & a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: UNICAMP, 1990.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço**: cultura popular e lazer na cidade. Brasiliense: São Paulo, 1984.

MARQUES, Fabiano de Souza. **“LUGAR DE APRENDER”**: Possibilidades na ação docente fora dos muros da escola no município de Osório. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Osório, 2020.

MAUER, Diana Patrícia Mauer et al. A Imprensa na pesquisa historiográfica: uma abordagem da História da Educação. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, IFRS, Canoas, v. 3, n. 1, 2014.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MAYBORODA, Fabiana Gazzotti; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos. A Política Pública dos Jardins de Recreio como espaço civilizados no contexto urbano de Porto Alegre (1920-1950). **Revista História da Educação** (Online), ASPHE/UFRGS, Porto Alegre, v. 23, p. 1-27, 2019.

MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; LEITE, Aristeo Leite. “A criança tem necessidade de expansão física”: recomendações e prescrições de uma educadora para o Jardim de Infância. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 10, v. 2, jul./dez. 2011.

MONTIEL, Larissa Wayhs Trein; SARAT, Magda. A educação infantil da assistência social para a educação: uma experiência no interior do Brasil (Naviraí, 1974-2005). In: **Anuario de Historia de la Educación**, Buenos Aires, vol. 21, n.º 1, p. 125-145, 2020.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Fundação e Instalação da Escola Polivalente. In: OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; PIRES, Ezequiel Nunes. **História e Memória da Educação profissional**: caracterização do Acervo Fotográfico da Escola Polivalente em Osório/RS (1974-1996). Porto Alegre: Pragmatha, 2019.

PEIRANO, Mariza. **Rituais ontem e hoje**. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro, 2003.

PEREZ, José Roberto Rus; PASSONE, Eric Ferdinando. Políticas Sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, v. 40, n. 140, p. 649-673, maio/ago. 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

RABELO, Giani; STEPHANOU, Maria. Pedagogia Missionária e construção da ideia de infância sagrada: a *Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei* (Santa Catarina – 1960 – 1970). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 24, p. 35-54, set./dez. 2010.

REIS, José Carlos. O lugar da teoria-metodologia na cultura histórica. In: **Revista de Teoria da História**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás. n. 3. dez/2011.

RIZZINI, Irma; GONDRA, José Gonçalves. Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899). **Revista Brasileira de Educação**, ANPEd, Rio de Janeiro, v. 19, n. 58, jul./set. 2014.

ROSSETI-FERREIRA, Maria Clotilde; RAMON, Fabiola; SILVA, Ana Paula Soares. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, n. 115, p. 65-100, mar. 2002.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena História do documento. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 309-328.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

TEIXEIRA, Andrisa da Cruz; ISOPPO, Karla Suzana; MILANI, Sandra Teresinha. Polivalente: passado, presente e futuro. In: OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de; PIRES, Ezequiel

Nunes. **História e Memória da Educação profissional**: caracterização do Acervo Fotográfico da Escola Polivalente em Osório/RS (1974-1996). Porto Alegre: Pragmatha, 2019.

TEIXEIRA, Clarice Maria de Sousa Portela Germann; MAUER, Diana Patrícia; OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho: acervos jornalísticos e a História da Educação. In: OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena; TEIXEIRA, Clarice Maria de Sousa Portela Germann; MAUER, Diana Patrícia (Orgs.). **Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho**: Imprensa e História. Porto Alegre: Pragmatha, 2019.

VANDI, Elisa dos Santos. A breve história de Ethelvina: caridade, filantropia e assistência à infância em Pelotas (RS, 1875-1900). **Revista História da Educação** ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 12, p. 143-158, set. 2002.

VEIGA, Cynthia Greive. **Cidadania e Educação na trama da cidade**: A construção de Belo Horizonte em fins do século XIX. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VENKE, Lourdes Helena Dummer. Educação Infantil: espaços, tempos, desafios. **Revista História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEL, Pelotas, n. 20, p. 153-169, set. 2006.

VIEIRA, Livia Maria Fraga. Uma história da política de creches no Brasil: o projeto casulo da LBA (1977-1985). **Zero-a-Seis**, Florianópolis, v. 24, n. 45, p. 34-66, jan./jun., 2022. Universidade Federal de Santa Catarina.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papirus, 1998.

ZAGO, Nadir. Entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, Nadir; CARVALHO, Maria Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (org.). **Itinerários de pesquisa**: Perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.

APÊNDICE A – Quadro Estado do Conhecimento

Quadro com as pesquisas do Estado do Conhecimento

Título	Revista	Ano	Autor
Histórias da educação infantil brasileira	Revista Brasileira de Educação	2000	Moysés Kuhlmann Jr.
A breve história de Ethelvina: caridade, filantropia e assistência à infância em Pelotas (RS, 1875 - 1900)	Revista História da Educação	2002	Elisa dos Santos Vanti
Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento	Cadernos de Pesquisa	2002	Fabiola Ramon; Ana Paula Soares Silva; Maria Clotilde Rossetti-Ferreira
"A primeira infância vai à escola" O regulamento do Jardim da Infância - Goiás/1928	Revista História da Educação	2004	Alessandra Arce; Diane Valdez
A emergência das Instituições de Educação Infantil	Revista História da Educação	2006	Rodrigo Saballa de Carvalho
Educação Infantil: espaços, tempos, desafios	Revista História da Educação	2006	Lourdes Helena Dummer Venzke
As pesquisas na área da Educação Infantil e a História da Educação: construindo a história do atendimento às crianças pequenas no Brasil	Revista História da Educação	2007	Alessandra Arce
A emergência da infância	Educação em Revista	2010	José Gonçalves Gondra
A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (1920-1940)	Educação em Revista	2010	Moysés Kuhlmann Jr.; Maria das Graça Sandi Magalhães
Pedagogia Missionária e construção da ideia de infância sagrada: a Crônica do Jardim de Infância Cristo-Rei (Santa Catarina - 1960 a 1970)	Revista Brasileira de História da Educação	2010	Giane Rabelo; Maria Stephanou

Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil.	Cadernos de Pesquisa	2010	José Roberto Rus Perez; Eric Ferdinando Passone
"A criança tem necessidade de expansão física": Recomendações e prescrições de uma educadora para o Jardim de Infância	Cadernos História da Educação	2011	Ana Chrystina Venancio Mignot; Aristeo Leite Filho
O discurso médico sobre a educação da infância pobre veiculado pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930)	Cadernos História da Educação	2011	Paula Cristina David Guimarães
Inspeção Sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho	Revista Brasileira de História da Educação	2013	Sônia Camara
A criança ajustada: aspectos do pensamento de Dante Moreira Leite sobre a infância urbana brasileira	Caderno História da Educação	2014	Aluizio Ferreira Elias; Haroldo de Resende
Educação, cultura e infância no Parque Infantil paulistano (1947-1957)	Revista Diálogo Educacional	2014	Moysés Kuhlmann Junior, Fabiana Silva Fernandes
Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil (1875-1899)	Revista Brasileira de Educação	2014	Irma Rizzini; José Gonçalves Gondra
As damas da assistência à infância e as ações educativas, assistenciais e filantrópicas (Rio de Janeiro/RJ, 1906-1930)	Revista História da Educação	2017	Sonia Camara
Em favor da infância e em caridade da Pátria: a criação da primeira colônia escolar de férias do Rio de Janeiro de 1923 a 1924	Revista Brasileira de História da Educação	2017	Sonia Oliveira Camara Rangel; Alessandra Moura Silva
A política pública dos Jardins de Recreio como espaço civilizador no	Revista História da Educação	2019	Fabiana Gazzotti Mayboroda; Luciane

contexto urbano de Porto Alegre (1920-1950)			Sgarbi Santos Grazziotin
---	--	--	-----------------------------

Fonte: elaborado pela autora.

APÊNDICE B – Quadros de documentos catalogados e utilizados na pesquisa

Quadro de documentos utilizados na pesquisa

Código	Título	Data	Resumo	Nº de páginas
Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho				
DEA037	Relatório sobre a Sociedade Osoriense de Assistência à maternidade e infância, de Osório	(sem data)	Dados de identificação, finalidade e atendimento da SOAMI.	3
DEA039	Relatório sobre a Sociedade Osoriense de Assistência à maternidade e infância, de Osório	21/03/1969	Relatório com números de atendimentos.	4
DEA047	Ofício	10/06/1970	Solicitação para saber o recurso necessário para a creche.	1
DEA050	Decreto	22/04/1974	Gratificação às professoras que ministraram o curso de Especialização em Educação Pré-Primária.	1
DEA055	Normas para o funcionamento da Unidade de Proteção ao Pré Escolar	31/08/1976	8 normas de funcionamento da UPPE.	2
DEA080	Instruções para leitura de relatório RRIS	1987	Instruções para leitura do relatório que contém o cadastro dos estabelecimentos de ensino de Educação Pré-escolar.	1
DEA081	Relatório sobre Educação Pré-escolar	1987	Cadastro dos estabelecimentos de ensino de Educação Pré-escolar, indicando dependência administrativa, nome, endereço,	4

			identificação, localização, matrícula final e idades.	
DEA082	Relatório sobre Educação Pré-escolar	1988	Cadastro dos estabelecimentos de ensino de Educação Pré-escolar, indicando dependência administrativa, nome, endereço, identificação, localização, matrícula final e idades.	8
Notícias do jornal Folha do Litoral do acervo do Arquivo Histórico Antônio Stenzel Filho				
NJA027	Primeira dama inaugura creche Estrela do Mar	14/02/1982	Primeira dama do estado; primeira creche de Tramandaí; Programa Pró-creche; mantenedora Matra.	1
NJA030	Pró-creche assina contratos com mais quatro municípios	22/07/1982	Construção de creche em Osório.	1
NJA031	Saiu o dinheiro para a creche municipal	22/07/1982	Convênio para construção de creche.	1
NJA033	Creche pronta até o final do ano	12/08/1982	Creche, UPPE e Jardim de Infância funcionaram no local; idade limite de 7 anos.	1
NJA036	Casa da Amizade faz doação à creche N.S. da Conceição	03/02/1983	Doação de cruzeiros e enxoval para o berçário; Casa da Amizade é madrinha do berçário.	1
NJA037	Inaugurada a creche Nossa Senhora da Conceição	22/03/1983	Crianças carentes (3 meses a 7 anos); desenvolvimento biopsicológico; atendimento nas áreas de recreação, educação, saúde e nutrição; Programa Pró-Creche; 30 vagas.	1
NJA040	Creche recebe ajuda	18/06/1983	Creche Nossa Senhora da Conceição; doação de roupas e	1

			estufas; Casa da Amizade e Rotary Club.	
NJA043	Grevistas da previdência ajudam creche de Osório	14/07/1984	Grevistas fazem campanha para creche.	1
NJA044	1 aniversário pró-creche Nossa Senhora da Conceição	20/03/1984	Homenagem ao aniversário da creche; agradecimentos; comemorações: passeata, momento religioso e abertura para visitação pública.	1
NJA046	Secretaria de Educação: Escola para todos: um incentivo à cultura	02/03/1985	Relato das atividades da administração municipal; creche com 72 crianças recebendo recreação, nutrição, educação geral, atendimento médico-odontológico e psicológico.	1
Arquivo da Prefeitura Municipal de Osório				
DAM009	Creche Nossa Senhora da Conceição	6/11/1987	Lista de crianças com nomes das fábricas.	1
DAM012	Nº de mães que deram sua contribuição nas creches (agosto)	(sem data)	Número de mães, número de crianças matriculadas e valor.	1
DAM016	Relação de alunos tratados com Paraseticida para pediculose	16/05/1990	Número de crianças por professora e turma em diversas datas, Nossa Senhora da Conceição foram 7 loções em 21.06.1990.	3
DAM017	[sic] aplicados paraseticidas na Creche Nossa Senhora da Conceição	(sem data)	Relação de crianças por turma MI, MII e pré.	2
DAM018	Relatório da Campanha de Verminose realizada nas creches	(sem data)	Relação por creche do número de crianças do Berçário, Maternal I.	1

			Maternal II e pré que tomaram 4 ou 6 comprimidos.	
DAM019	Modelo de ficha das crianças	(sem data)	Com informações sobre vacinas, peso, altura e perímetro cefálico ao longo dos meses.	1
DAM020	Relação de materiais médicos enviados para as creches	11/12/1989	Nossa Senhora da Conceição recebeu 01 drenison, 1 vol Hovalg solução, 01 hirudóide (valor 56,45) em 05.12.89 todas as 4 creches de Osório receberam 60 panfugan líquido, 03 losa poda, 02 tb, 01 mucolitic infantil (valor 913,10).	1
DAM021	Levantamento das crianças com peso e altura abaixo do normal	(sem data)	Relação das crianças por turma (3 levantamentos).	3
DAM022	Relatório da aplicação da vacina BGC nas creches	21/08/1989	Número de crianças por creche.	1
DAM023	Carta para diretora	14/08/1989	Pedido para atentarem-se à alimentação das crianças listadas (desnutridas).	3
DAM024	Número de crianças pesadas e medidas	(sem data)	Número por creche.	1
DAM025	Vacinas	(sem data)	Número de vacinas aplicadas nas creches (DPE e Sabin; Sarampo).	1
DAM026	Relação de crianças e fábricas	(sem data)	15 crianças com pais que trabalham nas fábricas.	1
DAM027	Relação de crianças e fábricas (a mão)	(sem data)	17 crianças com pais que trabalham nas fábricas.	1
DAM038	Carta com faturas do contrato de serviços das creches municipais	27/12/1991	Carta com uma fatura anexa.	2

	relativas ao mês de outubro			
DAM039	Carta com faturas do contrato de serviços das creches municipais relativas aos meses de julho, agosto e setembro	17/10/1991	Carta com uma fatura anexa.	2
DAM040	Carta com faturas do contrato de serviços das creches municipais relativas aos meses de abril, maio e junho	27/09/1991	Carta com uma fatura anexa.	2
DAM043	Relação de móveis e objetos existentes na Creche Nossa Senhora da Conceição	(sem data)	Lista a mão dos móveis e objetos em cada setor (secretaria, entrada, gabinete médico, lavadeira, corredor, sala jardim, maternal I, maternal II, berçário, refeitório, pavilhão, cozinha).	6
DAM044	Decreto de Criação da Creche Nossa Senhora da Conceição	31/03/1982	Decreto escrito à mão criando a creche.	2
DAM045	Decreto nº135/2001	06/12/2001	Altera a denominação de Creche para Escola de Educação Infantil.	1
DAM046	Decreto nº090/2002	20/06/2002	Altera a denominação para Escola Municipal de Educação Infantil.	1
DAM047	Efetividade de Professores	09/03/1984	Efetividade de 4 professores de março na creche.	1
DAM048	Efetividade de Professores	03/04/1984	Efetividade de 7 professores de abril na creche.	1
DAM049	Efetividade dos professores nomeados	12/03/1982	60 professores no município.	2

	do município no março de 1982			
DAM050	Efetividade de Professores	de 04/06/1984	Efetividade de 7 professores de junho na creche.	1
DAM051	Efetividade de Professores	de 04/05/1984	Efetividade de 7 professores de maio na creche.	1
DAM052	Efetividade de professores contratados no município no mês de março de 1982	de 15/04/1982	Efetividade de 13 professores.	1
DAM066	Lista de escolas, classes e professoras	(sem data)	Creche Nossa Senhora com duas classes de pré escola e duas professoras.	1
DAM067	Programa Municipal de Educação Pré-escolar	1988	Convênio com o MEC, locais das classes, nomes das professoras.	14
DAM068	Locais de atendimento, denominação e endereço	(sem data)	Núcleos de pré-escola (nomes).	2
DAM069	Nomes das professoras	1986	Nomes e números.	2
DAM070	Locais de atendimento, denominação e endereço	(sem data)	Núcleos de pré-escola (nomes).	3
DAM071	Locais de atendimento, denominação e endereço	1987	Núcleos de pré-escola (nomes).	3
DAM079	Programa de Estimulação precoce	1988	II Treinamento interno, Apostila.	57
DAM082	Demonstrativo Trimestral da Distribuição de refeições e consumo de gêneros nas escolas	(sem data)	Creche Nossa Senhora, lista de alimentos e quantidades.	3

DAM083	Guia de remessa - alimentos	01/12/1989	Alimentos, quantidades e valores.	1
DAM084	Guia de remessa - alimentos	27/12/1989	Alimentos, quantidades e valores.	1
DAM085	Guia de remessa - alimentos	06/12/1989	Alimentos, quantidades e valores.	1
DAM086	Guia de remessa - alimentos	07/12/1989	Alimentos, quantidades e valores.	1
Acervo da EMEI Nossa Senhora da Conceição				
DNS001	Festa dia das mães	05/1988	Crianças com avental em frente a uma mesa com bolo.	1
DNS002	Inverno	1987	Crianças no pátio da escola, bem agasalhadas com as professoras em frente ao varal.	1
DNS003	Funcionárias	1987	Fotografia de 5 funcionárias.	1
DNS004	Pré-escolar Festa Junina	06/1988	Crianças vestidas para festa junina.	1
DNS005	Coelho da páscoa	04/1980 (sic)	Crianças de avental no refeitório recebendo o coelho.	2
DNS006	Papai Noel	12/1980 (sic)	Crianças de avental recebendo o Papai Noel e no pátio.	1
DNS007	Fachada da Creche	06/1988	Fotografia da fachada da creche.	2
DNS008	Desfile de 7 de setembro	07/09/1983	Equipe de professores (6) e carro enfeitado.	1
DNS009	Comemoração Semana da Criança	14/10/1983	Escola Estadual Prudente de Moraes faz apresentação para as crianças.	1
DNS010	Festa em comemoração ao dia da criança	06/10/1983	Festa promovida pela Casa da Amizade.	1
DNS011	Excursão ao Jardim Zoológico	10/1983	Com apoio do Lions Clube em comemoração à Semana da Criança.	1
DNS012	Festa Natalina	08/12/1983	Organizada pelas senhoras da Igreja Metodista.	1

DNS013	Homenagem às mães	11/05/1984	Roda de mães, mensagem, apresentação das crianças (com avental).	2
DNS014	Festa Junina	29/06/1984	Crianças com adultos no pátio da escola.	1
DNS015	Desfile de 7 de setembro	07/09/1984	Crianças de avental nos carros alegóricos.	2
DNS016	Crianças e adultos no pátio em frente a uma mesa com bolo	(sem data)	Crianças com avental, adultos em pé e sentados.	1
DNS017	Crianças sentadas em mesas ao ar livre	11/1983	Crianças de avental.	1
DNS018	Festa de natal	01/12/1985	Apresentação do presépio com crianças grandes, chegada do papai Noel distribuindo presentes confeccionados pelas crianças, ceia de natal com pratos trazidos pelos participantes e encerramento com Terno de Reis.	6
DNS019	Desfile 7 de setembro	07/09/1985	Carros alegóricos, crianças de avental, decoração linda com flores, frases nos carros.	4
DNS020	Crianças na pracinha	(sem data)	Usando avental e com palhaços na volta.	1
Acervo de Leda Rios				
DAL002	Dia das mães na Creche Nossa Senhora da Conceição	17/05/1986	Reportagem com fotografia da comemoração de dia das mães com crianças e mães em frente a um bolo.	1
DAL007	Creche Nossa Senhora da Conceição	(sem data)	Fotografias da fachada da creche.	1
DAL012	Obras de ampliação da Creche Nossa Senhora da Conceição	(sem data)	Fotografias da obra na creche.	2

DAL015	Doação das senhoras do Lions Clube para a creche Nossa Senhora da Conceição	(sem data)	Fotografia da entrega das doações, com Leda ao centro.	1
DAL021	Creche do Porto tem pavilhão	(sem data)	Reportagem sobre a inauguração do pavilhão e fotografias do momento da benção e do corte da fita.	2
DAL022	Pavilhão de recreação - vista interna	(sem data)	Fotografias das crianças dentro do pavilhão.	1
DAL023	Creche Nossa Senhora da Conceição e Pavilhão	(sem data)	Fotografias da fachada do pavilhão.	1
DAL030	Festa das mães na Creche Nossa Senhora da Conceição	1988	Fotografias das crianças e das mães na comemoração.	3
DAL031	Festa Junina na Creche Nossa Senhora da Conceição	06/1988	Fotografias da apresentação das crianças, das comidas e das crianças.	3
DAL034	Creche Criança Feliz	(sem data)	Fotografias das salas da creche Criança Feliz.	4
DAL036	Antropometria nas creches municipais	(sem data)	Fotografias de medição de crianças.	1
DAL037	Creche Bem-me-quer	05/06/1989	Fotografias das saldas da creche Bem-me-quer.	2
DAL038	Encontro Municipal de Creches	01/06/1990	Fotografias das funcionárias no encontro.	1
DAL043	Realizações da Secretaria da Saúde, Meio Ambiente e Serviço Social 1990-1991	1990-1991	Documento sobre as realizações da secretaria, na seção "Serviço Social" estão as creches.	2
DAL044	Primeiro Encontro Municipal de Creches	01/06/1990	Convite e ficha de avaliação do evento.	3

DAL045	O desfile da Semana da Pátria	09/12/1990	Reportagem no Jornal A Semana e fotografias do desfile das escolas e creches.	7
DAL047	Treinamento nas creches	13/04/1989	Reportagem no Jornal Momento sobre o treinamento realizado com todas as funcionárias das três creches.	1
DAL048	Festa de dia das mães	05/1989	Fotos das festas das três creches.	1
DAL051	Creche Bem-me-quer	1989	Fotografias das saldas da creche Bem-me-quer e antropometria.	6
DAL056	O pequeno universo das creches	14/10/1989	Reportagem no Jornal A Semana sobre o atendimento nas creches.	3
DAL058	Creche Recanto Infantil	1989	Fotografias das salas da creche Recanto Infantil.	5
DAL060	Festa na Creche Nossa Senhora da Conceição	(sem data)	Fotografias de festa de aniversário na creche.	1
DAL061	Entrevista inicial berçário	(sem data)	Formulário.	2
DAL062	Entrevista Inicial	(sem data)	Formulário.	3
DAL066	Natal das creches	11/01/1991	Reportagem sobre as festas de natal das creches e as doações.	1
DAL067	O Natal nas creches municipais	(sem data)	Reportagem sobre as festas de natal das creches e as doações.	1
DAL068	Lions Clube assume creche	(sem data)	Reportagem no Jornal Momento sobre o compromisso assumido pelo Lions Clube.	1
DAL069	Lions é padrinho de creche	16/01/1991	Reportagem no Jornal A Semana sobre o compromisso de Lions Clube com a Creche Cantinho da Alegria.	1
DAL072	Creches recebem plano de trabalho para este ano	06/03/1992	Reportagem sobre o treinamento dado às profissionais das creches, inclusive as novas concursadas.	1

DAL073	Estimulação Essencial (1º encontro de creches)	01/06/1990	Cartilha sobre estimulação de bebês.	2
DAL074	Avaliação do 1º Encontro municipal de creches	01/06/1990	Ficha de avaliação do encontro.	1
DAL075	Funcionárias das Creches Municipais no 1º Encontro Municipal das Creches	01/06/1990	Fotografias das funcionárias no encontro.	3
DAL076	Encontro de creches	12/06/1990	Reportagem no Jornal A Semana sobre o encontro de funcionárias das creches.	1
DAL078	Creche Bem-me-quer	(sem data)	Fotografias das salas da Creche Bem-me-quer.	7
DAL081	Natal das creches	1990	Fotografias de entrega de presentes em uma creche.	1
DAL083	Relatório de atividades da AMAMOS	1989-1990	Relatório de atividades da associação.	2
DAL085	Desfile da Semana Farroupilha	20/09/1991	Fotografias do desfile das escolas e creches.	8
DAL089	Mortalidade Infantil é a menor do Brasil	24/06/1992	Reportagem no Jornal A Semana sobre a taxa de mortalidade infantil em Osório.	1
DAL090	5º Treinamento de funcionários das creches	01/09/1992	Fotografia das funcionárias no encontro.	1

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C – Roteiro geral de entrevista para professores(as)

Como foi que você acabou trabalhando na educação/escola?

Você gostava do trabalho? Como era pra você?

Você lembra em que época isso se passou?

Como é que você conseguiu o emprego? (era um contrato? um concurso?)

Você morava perto? Como você vinha pra escola?

Qual era a sua função na escola? Quais turmas você atendeu? Desempenhou alguma outra função?

Você lembra quais crianças eram atendidas na escola? Faixa etária? De onde elas vinham?

Como eram as famílias? Como era a relação com as famílias? Com as mães?

E como era esse atendimento? Como funcionava a escola? Quais eram as prioridades de vocês em relação às crianças?

Como era organizada a escola? Como eram divididas as salas?

Quais foram as primeiras realizações ligadas ao início das atividades? E os principais problemas deste início?

O que te deixava feliz em atuar nesta escola? E o que te incomodava?

Quais acontecimentos foram marcantes? Teve crianças que te marcaram? Porque?

Como era a relação entre os professores? Quais eram as principais tensões?

E como era a relação com a Secretaria de Educação? Realizavam cursos? Recebiam algum apoio nesse sentido?

E você sabe como que a comunidade percebia a escola? Vocês se sentiam valorizadas?

Você ouviu alguma frase da população ou da imprensa que te impactou?

A escola tinha parceiros na comunidade, que ajudavam de alguma forma?

Você sabe/tem conhecimento sobre onde essas crianças ficavam antes da implementação da creche? Elas ficavam em casa? Com parentes? Ou existiam mães crecheiras aqui?

APÊNDICE D – Roteiro geral de entrevista para funcionários(as)

Como foi que você acabou trabalhando na educação/escola?

Você gostava do trabalho? Como era pra você?

Você lembra em que época isso se passou?

O que você fazia na escola?

Como é que você conseguiu o emprego? (era um contrato? um concurso?)

Você morava perto? Como você vinha pra escola?

Alguém da sua família chegou a frequentar aqui a escola? Filhos ou netos?

Você tinha contato com as crianças da escola? Como era a sua relação com elas?

Você se recorda quais eram as crianças atendidas? Quais idades? De onde elas eram? Qual era a realidade das famílias?

Teve alguma situação em relação às crianças que te marcou? Alguma coisa que você presenciou? Seja ela boa ou não tão boa.

E como era a sua relação com as professoras ou as atendentes?

Você se recorda como era organizada a escola? Como eram divididas as salas? Mudou a estrutura da escola ao longo dos anos?

Você lembra como eram as salas dos berçários? Você se envolvia na organização dessas salas? (verificar se ela era merendeira ou faxineira, estou na dúvida)

Você se lembra de problemas que a escola enfrentou no início das atividades?

Você lembra como que a comunidade percebia a escola? O que falavam dela?

O que te deixava mais feliz em trabalhar aqui? E o que te entristecia ou te incomodava?

APÊNDICE E – Roteiro geral de entrevista para ex Secretária de Saúde

De onde você é? Nasceu aqui em Osório mesmo?

Qual é a sua formação? E qual a tua trajetória profissional? Como você começou? Como acabou trabalhando com a educação em Osório? Em que época isso aconteceu?

Na época você era casada com o vice-prefeito, era comum as esposas dos prefeitos realizarem esses trabalhos? Qual era a responsabilidade a ti atribuída?

Como era pra ti esse trabalho com a educação? O que você fazia? O que você gostava?

E como era o atendimento às crianças? Como funcionavam as creches? Quais eram as prioridades de vocês em relação às crianças?

Como era organizada a escola? Como eram divididas as salas?

Você lembra quais crianças eram atendidas na escola? Faixa etária? De onde elas vinham? Como eram as famílias?

Como era a relação com as famílias? Com as mães?

E como era a tua relação com as professoras e as auxiliares? Quais eram as principais tensões que existiam?

Quais foram as primeiras realizações ligadas ao início das atividades? No caso, você estava à frente da criação das outras creches municipais, mas você recorda algo da Nossa Senhora da Conceição? Ou mesmo depois que você já estava atuando aqui, quais as atividades que a creche desenvolvia que se destacavam?

E os principais problemas deste início?

Você fazia parte da Secretaria de Saúde, mas e como era a relação com a Secretaria de Educação? Eles davam algum apoio pras creches?

E você sabe como que a comunidade percebia a escola?

Você ouviu alguma frase da população ou da imprensa sobre a creche que te impactou?

A escola tinha parceiros na comunidade, que ajudavam de alguma forma?

O que te deixava feliz em atuar com a educação? E o que te incomodava?

Como era a tua relação com as crianças atendidas? Com as famílias? Teve acontecimentos marcantes? Teve crianças que te marcaram? Porque?

Você sabe/tem conhecimento sobre onde essas crianças ficavam antes da implementação da creche? Elas ficavam em casa? Com parentes? Ou existiam mães crecheiras aqui?

APÊNDICE F – Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSETIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

A pesquisadora Diana Patrícia Mauer, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculada à linha de pesquisa Currículo e Políticas na formação docente, da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, por meio do estudo, o qual originará sua Dissertação de Mestrado, vem, através desse documento, convidá-lo(a) a participar de sua pesquisa como um(a) dos(as) entrevistados(as). A pesquisa em questão procura compreender o processo histórico da criação e fundação do atendimento educacional institucionalizado aos bebês no município de Osório-RS. Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes das participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A entrevista será gravada por meio de gravador de voz. A participação nesta pesquisa não oferece risco ou prejuízo à pessoa entrevistada. O(a) entrevistado(a) pode retirar seu consentimento a qualquer momento. A pesquisadora responsável pelo trabalho se compromete em esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do e-mail diana-mauer@uergs.edu.br.

Após ter sido devidamente informada de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____, RG nº _____ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa desenvolvida pela mestranda Diana Patrícia Mauer, a fim de que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso de referências em outras pesquisas e publicações, ficando vinculado o controle de informações a cargo desta pesquisadora.

() Solicito que seja resguardada a minha identificação.

() Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,

_____, ____/____/20____.

Participante da Pesquisa

Pesquisador